



Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura

**Catástrofe e cotidiano:
afirmação da vida no Morro do Bumba
(estudo etnográfico)**

Dissertação do Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio.

Orientador: Prof. José Carlos Souza Rodrigues

Rio de Janeiro
Maio de 2013



Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura

**Catástrofe e cotidiano:
afirmação da vida no Morro do Bumba
(estudo etnográfico)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social do Departamento de Comunicação Social do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. José Carlos Souza Rodrigues

Orientador

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Profª Vera Figueiredo

Departamento de Comunicação Social - PUC-Rio

Prof. Márcio Goldman

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRJ

Profª Mônica Herz

Vice-Decana de Pós-Graduação do CCS

Rio de Janeiro, 02 de Maio de 2013

Todos os direitos reservados, é proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização do autor, do orientador e da universidade.

Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura

Graduou-se em Comunicação Social (Jornalismo) na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2010. Cursou mestrado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi um dos coordenadores da Revista Vírus Planetário

Ficha catalográfica

Nomura, Seiji Felipe Prata Pacheco

Catástrofe e cotidiano: afirmação da vida no Morro do Bumba: (estudo etnográfico) / Seiji Felipe Prata Pacheco Nomura ; orientador: José Carlos Souza Rodrigues. – 2013.

144 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Comunicação Social, 2013.

Inclui bibliografia

1. Comunicação Social – Teses. 2. Risco. 3. Morro do Bumba. 4. Estado. 5. Processo civilizador. 6. Dádiva. 7. Etnografia. 8. Política. 9. Tráfico de drogas. I. Rodrigues, José Carlos. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Comunicação Social. III. Título.

CDD 302.23

Agradecimentos

Ao meu orientador José Carlos Rodrigues por conduzir o trabalho com paciência e bom humor. Agradeço pela atenção nas revisões e a precisão nas análises, mas especialmente pela amizade e companheirismo.

A Francisco Carlos de Souza, Eliane e família, ex-moradores do Bumba, sem os quais essa pesquisa não seria possível. Suas histórias e sabedoria inspiraram boa parte deste trabalho, mas o principal foi a boa vontade em me receber como alguém da família, muitas vezes em horas incômodas. Com a companhia deles, pude me sentir em casa.

Aos amigos Roseli, Dickson e seus filhos. Não tenho como agradecer o carinho e as informações que recebi nas visitas, nem a alegria comemorada nas festas que ocorreram durante a pesquisa.

Aos moradores do Bumba e do Abrigo do III Batalhão de Infantaria por sua coragem em continuar e em dar ânimo à vida.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, por possibilitar e dar apoio a esta pesquisa.

À Capes, por incentivar não só este trabalho como muitos outros no Brasil.

À minha família, pelo apoio nas horas difíceis e por entenderem as ausências e desentendimentos que a pesquisa acabou acarretando. Agradeço especialmente aos meus pais Masaru Nomura e Marta Prata, bem como ao meu irmão Thiago Yukio e minha avó Adméa Prata.

Aos amigos do mestrado, pela troca de ideias e as animadas conversas. Bruno, Jorge, Renata, Maiara, Aurélio, Alexandre, Natália e Lorena foram fundamentais para alguns trechos da dissertação e companhias inestimáveis neste percurso.

Aos amigos que me acompanham desde a adolescência, alguns por entenderem as ausências, outros por emprestarem um ombro amigo nas horas de necessidade. Especialmente a Vinícius, Rodrigo, Daniel, Eduardo, João, Pedro, Carina, Karin, Mariana, Denise e Rafael.

Aos amigos da faculdade Marcello, Miguel, Nathália, Monique e André. Sem eles não teria nem terminado a monografia, quiçá continuado a estudar no mestrado.

À minha segunda família, pelo abrigo e a alegria que possibilitaram este trabalho. Só tenho a agradecer à Maria Penteado, Vinícius, João, Flavinho e Rosa.

À Regina Arcuri, por ter me dado conselhos e me arranjado um teto onde morar durante o período final desta dissertação. Sua experiência e apoio foram imprescindíveis, além de também ter que agradecer a ela por ter sido mãe da peste do Rodrigo.

Aos professores que participaram de minha formação. Especialmente à Raquel Paiva, Muniz Sodré, Márcio D'Amaral, Cristina Rego Monteiro e Vera Follain Figueiredo.

À banca examinadora, por aceitar avaliar este trabalho. Receberei com atenção e respeito as críticas e conselhos de Márcio Goldman, Vera Follain e José Eudes, cujas opiniões e análises muito admiro.

A Marise Lira Teixeira, secretária da pós-graduação do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, pelo carinho e pelas broncas. Sem ela, certamente teria perdido ainda mais prazos do que de fato perdi.

A Paula Mairan, por possibilitar contatos sem os quais essa pesquisa não poderia ser realizada. Deixo a ela meu muito obrigado

Resumo

Nomura, Seiji Felipe Prata Pacheco; Rodrigues, José Carlos Souza. **Catástrofe e cotidiano: afirmação da vida no Morro do Bumba (Estudo Etnográfico)**. Rio de Janeiro, 2013. 144p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Trabalho etnográfico realizado no Morro do Bumba, favela localizada no bairro de Viçoso Jardim, em Niterói. Apesar de ser motivado inicialmente por um interesse nos desabamentos ocorridos no local em 2010, nas ações do Estado e na cobertura da imprensa, o foco da dissertação foi mudando conforme a convivência no campo. A partir de manifestações políticas e situações cotidianas, este texto apresenta o objetivo de repensar o alcance de certos conceitos e noções a partir dos quais se costuma basear a nossa ideia sobre o que é nossa sociedade. Indivíduo, risco, Estado, contravenção, dinheiro e política são algumas das categorias que ganham formas diferentes das veiculadas oficialmente, quando se trata do Bumba. Vivendo junto com as pessoas do local e observando, o etnógrafo se pergunta: será que onde o Estado e a imprensa veem apenas a falta e a necessidade, não existem também diferenças que resistem aos “processos civilizadores” que ocorrem em nossa sociedade? Seja na rejeição a certo tipo de pensamento sobre o processo eleitoral, quando evitam algumas instituições de saúde, segurança e lei, ou quando há a preferência pela espontaneidade onde se costuma recomendar a precaução, é possível perceber a afirmação de um discurso próprio no qual muitos não veem senão ruídos.

Palavras-chave

Risco; Morro do Bumba; Estado; processo civilizador; dádiva; etnografia; política; tráfico de drogas

Abstract

Nomura, Seiji Felipe Prata Pacheco; Rodrigues, José Carlos Souza. **Catastrophe and everyday life: the affirmation of life in Morro do Bumba (Ethnographic Study)**. Rio de Janeiro, 2013. 144p. MSc Dissertation – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ethnographic work in Morro do Bumba, a slum located in Viçoso Jardim, Niterói, Rio de Janeiro. Despite being initially motivated by an interest in the landslides that occurred in 2010, as well as in the actions of the State and the press coverage, the focus of the dissertation has changed as the research in the field progressed. Based upon political manifestations and everyday situations, this text aims to rethink if certain concepts and ideas used to think our society actually go as far as we believe them to do. Individual, risk, State, contravention, money and politics are some of the categories that in Morro do Bumba happen differently than it is usually expected by the official discourses. Living alongside the locals and observing, the ethnographer asks himself: where the State and the press see only necessity and misery, is it impossible to see also differences that resist to the “civilizational processes” that try to shape our society? When refusing certain kind of thoughts about the electoral process, when avoiding certain health, security and law institutions or when people choose spontaneity when some would expect precaution and see only noise, is it possible to notice the affirmation of a discourse?

Keywords

Risk; Morro do Bumba; State; Civilizational process; Gift; Ethnography; Politics; Drugdealing

Sumário

1. Introdução	9
2. Aproximações	19
3. Coexistências	48
4. Transgressões	81
5. Jeitinhos	117
6. Considerações finais	138
7. Referências Bibliográficas	143

1. Introdução

Apesar de estar longe de ser a única linha de pensamento, ainda goza de grande hegemonia nos perguntar sobre como a humanidade criou a sociedade industrial e capitalista. Seguindo esta questão, existem tanto teorias que abordam essa história como sendo a do “progresso dos meios de produção” e das tecnologias quanto aquelas que mostram a colonização e o imperialismo como processos que assolaram e assolam outros povos.

Existem pensadores que seguiram outro rastro ao desenvolver suas hipóteses: a de que para que haja as condições para este tipo de sociedade, é necessário criar nos sujeitos as disposições que ela exige. Isso é bem ilustrado na famosa cena do filme de Charles Chaplin “Tempos Modernos”, em que um personagem trabalha em uma linha de montagem apertando parafusos. Não se adaptando ao ritmo da fábrica e a uma tarefa tão repetitiva e mecanizada, acaba se enrolando ao parar para se coçar ou para protestar contra o supervisor que grita com ele. Confuso pelo ritmo da produção, passa a repetir o movimento descontroladamente mesmo após o expediente. Acaba atrapalhando todo o trabalho e é demitido. A ficção retrata como não foi automática essa transição, que para muitos está longe de estar completa.

Um dos pesquisadores que mais se dedicaram a esse tema foi Michel Foucault. Ao estudar os métodos punitivos de diferentes épocas e a transformação das práticas penais, ao contrário de outros que trabalharam com o tema, Foucault não procurou escrever uma história que ressaltasse um pretense alívio das práticas punitivas, em direção ao tratamento menos degradante dos condenados. Em vez de levar em conta o que chamou de hipótese repressiva, direcionou seus esforços para colocar em evidência aquilo que efetivamente o poder *produz* através e por intermédio das novas práticas de punição.

...numa economia servil, os mecanismos punitivos teriam como papel trazer mão-de-obra suplementar – e constituir uma escravidão civil ao lado da que é fornecida pelas guerras ou pelo comércio; com o feudalismo e numa época em que a moeda e a produção estão pouco desenvolvidas, assistiríamos a um brusco crescimento dos castigos corporais – sendo o corpo na maior parte dos casos o único bem acessível; a casa de correção – o Hospital Geral, o Spinhuis ou Raspheis – o trabalho obrigatório, a manufatura penal apareceriam com o desenvolvimento da economia de comércio. Mas como o sistema industrial exigia um mercado de mão-de-obra livre, a parte do trabalho obrigatório

diminuiria no século XIX nos mecanismos de punição, e seria substituída por uma detenção com fim corretivo.
(Foucault:1987;29)

Devemos tomar cuidado, claro, com a correlação estreita e simples entre os elementos de um determinado campo e o sistema produtivo em geral. O próprio Foucault nos alerta para isso. Mas sua obra torna evidente a importância de mostrar qual tipo de ser humano pretende a sociedade produzir por meio de seus hospitais, clínicas psiquiátricas, estudos científicos, etc.

Foucault descreveu como foram ocorrendo modificações em discursos, arquiteturas e instituições - mudanças que eram sintomas do incremento progressivo do controle sobre os ritmos corporais, as atenções e os modos de fazer de cada um. Os modos de gestão do mundo tornam-se mais individualizantes: vão se preocupando cada vez mais em dar tratamento discriminando as características “particulares dos aos presos, premiando o bom comportamento, julgando se o homicida teve ou não intenção de matar, se o criminoso estava ou não em sã consciência quando cometeu o ato...

Em contraste, Foucault evocou o que caracterizou como “suplício”, isto é, as torturas e execuções em praça pública, nas quais via manifestações da força desproporcional do soberano, em cerimônias não raramente dotadas de caráter público e festivo. Comparou a partir daí estas cenas punitivas com as mudanças que ocorreram no sistema penal no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX, em que as punições se foram tornando de caráter menos confrontador. Cada vez mais a pretensão foi passando a ser reformar a índole do prisioneiro, procurando contextualizar o ato criminoso como problema específico da história daquele indivíduo particular e, com base neste princípio, tentando fazer com que a ação punitiva se desse de forma a mudar a conduta individual.

Em uma linha com elementos parecidos com os de Foucault, *O Processo Civilizador* (1990), de Norbert Elias, descreve como progressivamente foi sendo afirmada no Ocidente uma cultura de adestramento e de controle dos hábitos das classes altas europeias. Este processo de reeducação dos costumes atingiu principalmente as maneiras à mesa, a expressão das emoções, as práticas ligadas às relações entre os sexos, a higiene corporal, às relações entre os corpos e assim por diante. Parte importante do processo que Elias, correndo o risco de ser acusado de etnocêntrico, denominou “civilizador”, foi sua lenta, mas persistente

difusão e adaptação na direção de outras camadas da sociedade. Para ele, embora comportando variações locais, a ideologia que subjaz às estratégias de disciplinar e controlar as emoções e os impulsos foi uma das condições para a formação das individualidades e dos Estados modernos.

É impossível deixar de se surpreender com algumas das passagens do livro de Elias. Em um dado momento, citando o tratado de Erasmo de Rotterdam, *Da civilidade em crianças*, de 1530, diz, com tom irônico: “Você talvez queira oferecer a alguém de quem gosta a carne que está comendo. Evite isso. Não é muito decoroso oferecer a alguém alguma coisa semimastigada” (1990; 71). Ainda que Erasmo estivesse se dirigindo a crianças da nobreza, é reveladora a necessidade de referir-se a hábitos estabelecidos em grande parte da população, incluindo a aristocracia. Outro trecho do livro de Elias (1990), especialmente esclarecedor e engraçado para os dias de hoje, refere-se com naturalidade sobre assuntos que em épocas posteriores certamente provocariam vergonha:

Mas é também necessário e possível a Erasmo dizer: Não exponha sem necessidade “as partes a que a Natureza conferiu pudor”. Alguns recomendam, diz ele, que os meninos devem reter os ventos.

No final do primeiro volume de *O Processo Civilizador*, Norbert Elias (1990; 212) relaciona alguns hábitos aqui colocados com o contexto político da Idade Média:

Um novo comedimento, um controle e regulação novos e mais extensos do comportamento que a velha vida de cavaleiros fazia necessário ou possível, são agora exigidos do nobre. São resultado da nova e maior dependência em que foi colocado o nobre. Ele não é mais um homem relativamente livre, senhor de seu castelo, do castelo que é sua pátria. Agora vive na corte. Serve ao príncipe. Presta-lhe serviços à mesa. E na corte vive cercado de pessoas. Tem que comportar-se em relação a cada uma delas em exata conformidade com a sua posição e a delas na vida. Precisa aprender a ajustar seus gestos exatamente às diferentes estações e posições das pessoas na corte, medir com perfeição a linguagem, e mesmo controlar exatamente os movimentos dos olhos. É uma nova autodisciplina, uma reserva incomparavelmente mais forte, que é imposta às pessoas pelo novo espaço social e os novos laços de interdependência.

Portanto, não devemos considerar apenas o discurso da saúde, da gestão pública ou da etiqueta acerca desses fenômenos. Precisamos observar que se trata também de questões culturais, que expressam valores, constroem modos de vida e se associam a circunstâncias políticas. Emprestam, enfim, seu peso para determinar os rumos de uma sociedade.

Longe de sugerir um retorno à Idade Média ou o abandono das práticas que o Ocidente vem procurando incutir, o que se procura é mostrar que já foi habitual agir de maneira diferente — e não apenas por 'ignorância' ou 'falta'. E que o que se faz agora não adquire sentido apenas por conta de avanços na medicina ou por uma evolução nas boas maneiras e dos povos, mas também porque se procurou produzir um tipo de disciplinamento e concepção de ser humano mais adequado ao esquema que o poder delineou. No trecho acima, Elias mostra como esses processos de controle das emoções, internalização e perda da capacidade de falar sobre certos assuntos estão associados a mudanças na estrutura da sociedade. Coerentemente, o segundo volume de *O Processo civilizador* trata da formação dos Estados modernos, que requerem das pessoas comportar-se de forma muito diferente da que lhes exigia a vida medieval, com seus hábitos impulsivos, seus extremos de emoção e irreverência quanto a fenômenos que constituem os verdadeiros tabus atuais.

Na introdução ao livro de Norbert Elias, Renato Janine Ribeiro (1990;11) observa que hoje traz estranhamento a hipótese de que a história do Ocidente tenha comportado um controle dos costumes cada vez maior. Numa época em que os meios de comunicação exibem homens e mulheres sumariamente vestidos com sungas e microbiquínis, talvez possamos pensar que manuais de boas maneiras sejam literatura mais adequada às cortes vitorianas, com sua obsessão de esconder o sexo. Segundo Ribeiro, Elias soube se defender dessa acusação: “referindo-se ao uso de roupas de banho que mostravam mais partes do corpo, comentou que elas exigiam, por parte dos homens e das mulheres, um *autocontrole* bem maior do que quando os corpos se escondiam”.

Em várias outras dimensões da vida, ocorreram processos como os que descreveram os autores. Pode-se pensar, por exemplo, que não é por acaso que as fábricas se pareçam muito com as prisões e sua constante vigilância. Igualmente, o modelo das salas de aula também guarda algo deste ideal de disciplinamento, de formação das condutas, de controle das emoções, de individualização. As transformações que Foucault, Elias e seguidores analisaram estão associadas à formação histórica do capitalismo e à industrialização. Isto incluiu, simultaneamente, elementos aparentemente díspares, como a exaltação do indivíduo como ponto privilegiado para estruturar e pensar a sociedade e o

mundo, acompanhado de controle e vigilância sobre este mesmo indivíduo em escalas muito maiores.

As teorias de base individualista estão em toda parte em nossa sociedade: nas doutrinas econômicas, nos catecismos pedagógicos, nos sistemas eleitorais, nas constituições dos Estados ocidentais, nas declarações de direitos humanos. Também se espalharam fortemente pelo que se chama de “cultura de massas”. Nos filmes de faroeste, por exemplo, não há imagem mais marcante que a do forasteiro solitário e durão, mas dono de um bom coração, indo embora de uma vila em direção ao pôr-do-sol, depois de ter feito a diferença ao salvar as pobres vítimas de bandidos aproveitadores. Este herói quase sempre chega sozinho e sozinho vai embora. O irônico é que este forasteiro solitário é o personagem com o qual o público é levado em massa a se identificar. Frequentemente, somos convocados por anúncios de roupas e de CDs de música a comprá-los como uma maneira de “ser você mesmo” ou a “ser autêntico”, esquecendo o paradoxo de que se trata de produtos padronizados e gerados industrialmente.

Não é difícil lembrar, em nosso cotidiano, de ter ouvido uma mãe ou um pai dizer ao filho que ele conseguirá o emprego ou a vida com que sonha se realmente tiver força de vontade e se esforçar para o que quer. Bem intencionados e querendo o que é considerado melhor para nossas crianças, muitas vezes nos esquecemos de que mesmo se todos nos esforçarmos, nos submetermos à competição e quisermos igualmente alcançar lugar de sucesso, somente poucos serão escolhidos. Mesmo sabendo que pode ser mais motivador acreditar que se pode conseguir “chegar lá”, será que não se torna estranho que em uma sociedade que nem sequer fornece empregos a todos, existirão postos considerados nobres para todos que assim pretenderem? Mesmo assim, ideias similares acabam sendo bases de projetos educacionais, baseiam carreiras e políticas empresariais, são divulgadas em livros, filmes e jogos...

A época em que se imagina que a liberdade individual seja o maior valor é ao mesmo tempo aquela em que mais as pessoas têm que se submeter aos olhares vigilantes e normativos de especialistas em psicologia, cardiologia, nutrição, ortodontia... O tempo em que mais se difundem as tecnologias de vigilância é também o que nos convida a pensar que somos autônomos e independentes.

Talvez possamos neste ponto fazer uso do conceito de ideologia. Essa palavra ganha diferentes significados na tradição acadêmica ou nos usos

cotidianos. Aqui, ela não se refere à ideia de engano ou de falsidade pura e simplesmente. Mesmo que fundamentadas em ideias que não descrevem com maior precisão o mundo, as ideologias são princípios organizadores da sociedade e do mundo em que se habita. Evidentemente, tem mais chance de alcançar posições bem-sucedidas em uma sociedade ou contexto individualista alguém imbuído de crenças e disposições ligadas ao individualismo. Isto é, quem esteja disposto a sacrificar o presente pelo futuro, quem se acostumou à ideia de que “sucesso” se resume a certa situação definida pelos critérios de uma sociedade individualista, quem prefere conter a revolta contra o abuso de um chefe ou professor... Apesar de poder ser uma interpretação seletiva e cheia de contradições, uma ideologia muitas vezes se sustenta por funcionar na realidade social, nas relações práticas e por ser comprovável no cotidiano. Para entender melhor esse conceito, é necessário abandonar a separação simplista e radical entre verdadeiro e falso, entre o que é e o que não é. Uma mentira ou uma ficção podem estar grávidas de muitas verdades, como bem sabem os sedutores.

O que importa para a questão que estamos trabalhando é que as ideologias não podem ser vistas em separado dos contextos históricos onde ganham sua forma, isto é, das instituições que as possibilitam e lhes propiciam o avanço. No caso do individualismo, um olhar desatento poderia nos levar a crer que se trate de uma sociedade em que as condições de vida se tornam progressivamente mais personalizadas e fragmentadas, em que a liberdade individual seja maior do que nunca, a custo de outros valores, talvez mais coletivos. Embora em alguns aspectos isso possa se confirmar, devemos lembrar que a cultura individualista é ao mesmo tempo uma cultura de massa e que o individualismo não é um fenômeno individual, mas coletivo.

Acreditar que somos seres autônomos, individualmente responsáveis pela totalidade de nossos próprios destinos, e aceitar determinado regime de trabalho e pensamento sobre a vida dependem de um sistema bem específico e padronizado de produção e mercado e de regimes de educação e enquadramento. Nem sempre estas condições se dão de maneiras iguais para as camadas diferentes da sociedade.

A tendência que se observa é a de que formas de pensamento que não se adaptam ao modelo civilizatório que foi se moldando na história do ocidente acabem sendo enquadradas como “deficientes” (no caso, por exemplo, da loucura,

outro tema estudado por Foucault) ou ignorantes. Esta última classificação é frequentemente atribuída a setores menos abastados da sociedade, sobretudo quando se propõe que é responsabilidade do Estado instituir a obrigatoriedade de certas instituições, como a escola ou os consultórios médicos. Não são poucas as vezes em que qualquer rejeição ou revolta contra estas são vistas como reflexo da miséria, de carência educacional ou algum outro tipo de condição que impossibilitaria o entendimento da suposta necessidade de certas medidas.

*

- “Sabe, eu tenho muita pena de vocês, sempre que passo em frente a esse abrigo da prefeitura. Eles tinham que fazer alguma coisa por vocês” – a madame de nariz empinado bem me falou assim, me olhando de cima, sabe como é?

- “Pena? Pena por quê? A gente não é coitado não, eu disse pra ela, revoltada. Porque sabe como é, Seiji, esse pessoal fica olhando aqui pra gente como se a gente fosse menos que eles. Não é só o que diz... É também o jeito! Aqui não tem coitado nenhum não... Até quem não trabalha tá sempre se arranjando com a comida do abrigo, fazendo bicos... Ninguém gosta de se sentir coitado, não! Olha, tem gente aqui que vive melhor aqui que muita gente lá fora. Aí a mulher chegou pra mim e disse:

- Desculpa, eu devo ter me expressado mal.

- “É, se expressou mal mesmo – eu falei e saí de perto pra não me irritar mais ainda”. (História contada por Violeta, ex-moradora do Morro do Bumba, residente no abrigo de São Gonçalo no III Batalhão de Infantaria).

Segunda semana de abril de 2010. Fortes chuvas caem sobre o estado do Rio de Janeiro. Lembro-me de na época ter ficado muitíssimo preocupado com os alagamentos e com o trânsito. Como ia ser para ir no dia seguinte ao estágio, se a chuva não parasse? Ligada a televisão, vi imediatamente como a situação era extremamente pior para outras pessoas. A queda d’água provocou desabamentos em muitos lugares, como no Morro dos Prazeres, na capital, e no Morro do Céu, em Niterói. No Morro do Bumba, a escala foi devastadoramente maior. Os números de mortos ao fim do resgate variavam em torno dos 267 segundo os jornais da época.

Como muitos na época, fiquei chocado com o tamanho do desastre e com as imagens de dor que passavam na televisão. Mesmo enquanto escrevo este trabalho, em 2013, ainda aparecem notícias eventualmente sobre o Morro do Bumba na televisão, sendo o caso mais recente as rachaduras em prédios feitos para que os desabrigados pudessem se mudar. Como este é um trabalho etnográfico realizado sobre a favela do Morro do Bumba, com algumas passagens sobre o abrigo de São Gonçalo, no III Batalhão de Infantaria, é natural que se espere uma grande presença do tema dos desabamentos.

Meu interesse inicial, de fato, se dirigia a estes acontecimentos. Planejava fazer uma comparação entre a cobertura que se fez nos jornais e o que eu encontraria indo ao Bumba durante a pesquisa. As histórias que ouvi¹, as pessoas que conheci, entretanto foram tão mais interessantes que a ideia inicial, que terminaram tomando por completo o espaço da dissertação. Logo descobri que se fielmente me limitasse a fazer a comparação inicialmente planejada, o trabalho resultaria em algo redutor e desinteressante. Eu, que esperava encontrar escombros de uma tragédia, acabei me deparando com a força da vida das pessoas que a ela resistiram.

Isso nos traz para a história que Violeta conta sobre as concepções que muitas pessoas do entorno do abrigo trazem sobre aqueles que as veriam, com pena, apenas como “vítimas” do desabamento. É preciso afastar os sentimentos que podem fazer com que não se encarem as pessoas pelas afirmações que fazem e pela vida que levam, reduzindo-as a um espelho das consequências do desastre ou “coitados” que não dispuseram da mão do Estado para ajudá-los antes e depois do acontecimento.

Essa impressão que muitos carregam, devemos notar, não se limita ao fato de que uma catástrofe ocorreu no Bumba. No decorrer deste trabalho, deparei-me com trabalhos, acadêmicos ou não, que tratavam o tema das favelas a partir de ideias como “miséria”, “situação marginal”, “carências”, “descrença do Estado” e assim por diante. Em outras palavras, que definiam as pessoas não a partir do que elas são e afirmam, mas a partir de algo que presumidamente lhes faria falta.

Procurei evitar trilhar na direção de pensamentos desse tipo. Fiz uma tentativa de explicar fiado, presença do tráfico de drogas, relações “clientelísticas”

¹ A entrada em campo, bem como a metodologia, será abordada no capítulo I.

entre candidatos ao governo e moradores, trocas de favores e amizades sem recorrer à ideia de uma “falta” absoluta em relação ao que as camadas médias e um modelo de civilização “de primeiro mundo” costumam definir como imprescindível. Dito de outra forma, procurei descobrir se fiado ocorre somente porque falta dinheiro e acesso ao crédito, se tráfico de drogas se mantém apenas por causa da ausência do Estado e se a alegada “ignorância”, carência de educação, dos eleitores, é responsável pelo mercado de votos. Não que, evidentemente, não houvesse falta no sentido cotidiano, como quando falta pão para o café da manhã ou dinheiro para a passagem para ir ao colégio. O olhar se voltou para o que se faz a partir disso e as diferenças que a vida que se leva.

No decorrer da pesquisa pude observar como os pequenos improvisos e trocas² que eram realizados entre os moradores, como a amiga que traz o berço que já era de outra pessoa para alguém que está para ter um filho, ou o vizinho que arranja um remédio para alguém, não representam gestos vistos como vergonhosos ou menores. Mais que isso, foi possível verificar como se procurava não reduzir essa circulação do dar, mas antes se propagava e idealizava esse tipo de relação. Era algo até desejado. “Comunidade é assim: um ajuda o outro”, como ouvi de pessoas diferentes em variadas ocasiões.

Com a política partidária³ e o tráfico de drogas⁴, a relação era bem diferente. Ambos eram vistos como extremamente suspeitos, mesmo que alguns envolvidos às vezes pudessem ser considerados “gente boa”. Em muitos aspectos eram vistos de maneira parecida: tanto candidatos ao governo quanto traficantes são uma fonte importante de bens como remédios, cimento, gás, dinheiro, possibilidades de realizar festas... Ambos realizam tipos de vigilância e controle sobre o território, pretendem ter o monopólio sobre a violência e estabelecem suas leis. Essa aproximação é apontada mesmo em observações dos próprios moradores. A espécie de mediação legal que o tráfico exerce sobre o Bumba, porém, é bem diferente daquela que o Estado faz. Há interação com a lógica comunitária, respeito por quem “é dali”, pelos mais velhos do local – bem como o agravamento das punições contra quem comete algo contra os seus.

² Tema, sobretudo, do capítulo II.

³ É um dos temas do capítulo III, juntamente com as representações do Estado, política, poder e risco entre os moradores.

⁴ Ao lado das contravenções e dos ‘jeitinhos’ que se dão no dia-a-dia, o tráfico de drogas será abordado no capítulo IV.

Predomina, entretanto, sobre as favelas, o pensamento de que haja “faltas”, de que esta carência seja capaz de explicar o outro e de que este fato expresse algo. Trata-se daquilo que os antropólogos chamaram de etnocentrismo: presumir que as visões e posições que uma determinada cultura ou estilo de vida apresenta sobre o mundo sejam universais. Neste caso, como em muitos outros, esta ideologia se encontra acompanhada de tentativas de reformar à sua própria imagem aqueles que seriam diferentes. Por meio de instituições como o mercado, os bancos, o sistema de saúde, a escola e organizações não-governamentais, vai-se preparando e executando este tipo de projeto.

Diante disso, ocorre uma série de ações dos moradores, difíceis de entender simplesmente em termos de aceitação/rejeição ou resistência/complacência. Nas manifestações políticas, por exemplo, as representações e identificações postas em prática são muito diferentes daquelas que predominam no cotidiano do morro ou do abrigo, embora haja conexões entre elas. A relação com o consumo acaba ganhando outros tons quando se conjuga com o mercado de trabalho, com o tráfico de drogas e com a condição econômica das pessoas. Essas e outras proposições que o Estado brasileiro coloca para sua população, como o sistema de saúde e a polícia, ganham identificações muito diferentes das do senso comum quando se encontram com um contexto diferente do das camadas médias.

2. Aproximações

Talvez fosse do agrado de muitos pesquisadores das ciências humanas se as sociedades ou os grupos de pessoas que estudam pudessem ser tornados “objetos” de estudo do mesmo modo como se imagina que seja possível estudar macacos em laboratório: avaliar seus hábitos de 'reprodução' ao ponto de chegar a uma fórmula do tipo “em tal e tal situação os espécimes do grupo A, submetidos a tal condição exibem tal comportamento de corte”. Ou, quem sabe, colocar índios em uma espécie de aquário a partir do qual pudessem ser observados sem a “influência do homem branco”.

Essa mesma ideologia nos faz pensar que as ciências humanas seriam fracas diante da biologia ou da física. Não seriam capazes de expor, esquematizar e objetificar as tripas da cultura ou da sociedade, da mesma maneira que alunos de biologia podem fazer com sapos mortos. Ignora-se também que se trata de situação muito diferente da observação de órgãos: uma sociedade humana é também um sistema de significação, cujos elementos estão sempre em relação. Subestima-se inclusive o próprio funcionamento dos órgãos de qualquer ser vivo, pois estes também estão em contínua relação com o mundo. O que seria da abelha e seus órgãos sem a existência da flor, parte de outro ser?

O que costuma ser apontado como 'desvantagem' das ciências humanas - a incapacidade de fazer 'experimentos' reproduzíveis, a impossibilidade de objetificar totalmente seres humanos - talvez possa ser visto de outra forma. O cientista que trabalhe estudando o comportamento dos primatas bonobos certamente não terá a mesma empatia nem idêntico acesso às razões que os levam a viver que aquele que estude uma sociedade ou grupo humano. Pode ser que, ao tentar imitar o modelo das ciências naturais, estejamos jogando fora muito das possibilidades que se abrem dentro do nosso campo. Conforme aponta a antropóloga Janice Caiafa (2007;137), não deveríamos apenas nos perguntar se estamos distantes o bastante dos grupos que estudamos; talvez devêssemos questionar se estamos próximos o bastante. Se ao menos em parte somos

arrebatados pelas preocupações e paixões que afetam as pessoas (com) que estudamos, certamente damos um passo na direção de compreendê-las.

Olhando para o desenvolvimento das ciências sociais, não é estranho como no passado tenhamos criado teorias que ressaltam alguns aspectos como Estado, economia, interesse e poder, enquanto ignoram outros, que geralmente estão longe de ser desprezíveis na vida pessoal: fé, amizade, amor, generosidade, bom humor, festas, entre outros? Procurando uma espécie de objetividade, pautando o olhar por elementos que podem ser transpostos para uma forma considerada mais objetiva (como os números da economia), talvez muitas vezes deixemos de lado partes muito importantes da vida humana. No contexto científico, em que geralmente o senso comum acaba sendo caracterizado como ignorante, certamente este teve o grande trunfo de jamais deixar de lado esses aspectos.

Nesta dissertação, serão de grande importância ideias como generosidade, favores, festas, humor, amizade e muitos outros aspectos cotidianos que costumamos deixar de lado ao pensar cientificamente. A postura adotada não será, porém, parecida com a caricatura de um neurologista que analisa os aspectos químicos do amor. Este limpa a garganta e tenta nos convencer de que “na verdade” este fenômeno seria apenas um efeito de certos químicos sobre o cérebro humano ou uma reação que adquirimos evolutivamente. Aqui, nós muitas vezes arriscaremos o título de cientista ao tentar não reduzir os afetos e a força da vida, mas tentar até certo ponto vivenciá-los, procurando nos aproximar de como estes podem se dar de maneira diferente.

Afinal, creio que ninguém duvida que, independente do quanto de razão nossa caricatura de neurologista possa ter, o que se faz e se vê como amor é muito diferente nestes tempos em que hormônios e genes parecem estar ganhando mais e mais espaço no imaginário. Quando visualizamos, mesmo no que nos passam as imagens da cultura de massas, o tipo de dedicação e cortesia bem como a distância e a formalidade que um cavaleiro apresenta de diante de uma dama em uma corte no final da Idade Média, fica evidente como as concepções de amor podem variar. Correndo o risco de transbordar a fronteira do científico, é necessário observarmos aspectos que muitas vezes não são colocados como objetos de conhecimento.

Será que ainda vale a pena estabelecer grandes abismos separando o que é ciência humana ou social e o que é ciência natural? Talvez seja possível questionar até onde pode nos levar o modelo disciplinar, baseado em destacar certas coisas do mundo para procurar entendê-las segundo sua lógica própria e na divisão em aspectos como o biológico, psicológico, o social... Não há separação estrita dessas dimensões no mundo: um organismo sexuado certamente só faz sentido em grupamentos; um tema como o lixo envolve dimensões que poderíamos pensar como econômicas, biológicas, ecológicas, geográficas, históricas, sociais, simbólicas, comunicacionais... Acaso poderiam os seres humanos desenvolver-se como organismos sem sociedades?

Conforme nos lembra Edgar Morin em *Da necessidade do pensamento complexo* (1999;2) :

Vivemos numa realidade multidimensional, simultaneamente econômica, psicológica, mitológica, sociológica, mas estudamos estas dimensões separadamente, e não umas em relação com as outras. O princípio de separação torna-nos talvez mais lúcidos sobre uma pequena parte separada do seu contexto, mas nos torna cegos ou míopes sobre a relação entre a parte e o seu contexto. Além disso, o método experimental, que permite tirar os "corpo" do seu meio natural e colocá-la num meio artificial, é útil, mas tem os seus limites, pois não podemos estar separados do nosso meio ambiente; o conhecimento de nós próprios não é possível, se nos isolarmos do meio em que vivemos. Não seríamos seres humanos, indivíduos humanos, se não tivéssemos crescido num ambiente cultural onde aprendemos a falar, e não seríamos seres humanos vivos se não nos alimentássemos de elementos e alimentos provenientes do meio natural.

Estômago e alimentação são temas da biologia, da sociologia, da psicologia, da ecologia, da medicina, da química ou de qualquer disciplina ou combinação delas? Que sentido faz entender as reações químicas que ocorrem num organismo, se não se entendem os afetos que estão envolvidos no ato de comer? Até mesmo a tentativa de reduzir o sofrimento que se sente com a indigestão é um ato cultural, por mais que se tenda a naturalizar a ideia de que evitar o sofrimento seja a única reação supostamente não-artificial. Da mesma forma, social é a atitude de alguém que aumenta a ingestão de alimentos gordurosos, como ocorre com algumas pessoas. Não basta mais separar um ato complexo em pequenos fragmentos para entendê-lo; também é necessário abordá-lo como parte de um todo, no âmbito da cultura.

Eventos como catástrofes 'naturais', como a que motivou este trabalho, também são dificilmente explicados somente pela meteorologia. Certamente, a engenharia teria algo a dizer, bem como a medicina, a geologia, a sociologia... E no fim das contas, todas elas separadas poderiam até mesmo entrar em conflito ou

só trazer um amontoado de visões parciais colocadas em conjunto. Mais do que fazer as diferentes ciências dialogarem, talvez seja preciso entender que não faz sentido pensar em grandes abismos entre o que é ciência e o que é cultura, não faz sentido pensar que ciência ocorre 'fora' de uma cultura... Não faz sentido pensar que uma dimensão da vida faz sentido sem outra.

Levando este raciocínio adiante, podemos nos perguntar: qual é o sentido de se estudar o uso de robôs para a substituição de humanos em linhas de montagem, por exemplo, quando sabemos que isso levará muito mais a demissões em massa do que a qualquer outra coisa? O que nos motiva a estudar técnicas utilizando agrotóxicos e alterações genéticas para plantações de soja, enquanto se ignoram outros tipos de cultivo, mais comuns em pequenas propriedades e ocupações de terra? Enfim, o que nos leva a uma vontade de saber sobre certas coisas, enquanto outras são ignoradas?

Está claro que as ciências têm um papel muito relevante na construção da sociedade industrial (que também as constroem) ⁵. Para nós, é evidente hoje que é uma potência do urânio a liberação massiva de energia – mas nada disso determina a fabricação de bombas ou o conhecimento que temos disso. O que isso tem a ver com a destruição de vidas presentes e futuras em Hiroshima e Nagasaki? A energia de uma queda-d'água não é uma realidade objetiva por si só, no sentido banal do termo. Pois, quem mede sua potência? Os testes fazem sentido sem uma intenção prévia e um objetivo relativos a essa potência? Estes não alterariam o ciclo 'natural' da substância? E o mais importante, talvez: para quê a preocupação em cobrar o 'testemunho' da água que cai, para quê exigir-se que esta revele sua verdade de energia? Na sociedade industrial, muitas vezes, para a montagem de hidrelétricas. Em outras sociedades, talvez, para construir moinhos, ou para saber se é agradável banhar-se lá, para conhecer como influencia os ciclos de vida dos peixes...

Claro que, independente da cultura, uma faca feita de aço irá cortar a mata ou a cana mais rapidamente do que outra feita de pedra. Mas isso não quer dizer que em uma sociedade, o uso dessas técnicas se dê da mesma maneira. Conforme

⁵ Morin nos propõe deixarmos de pensar somente na causalidade de sentido único e pensar também na circular. Os 'efeitos' influenciam nas próprias causas e vice-versa. Ele também nos propõe deixar de lado a dicotomia entre autonomia e dependência. Está claro que um organismo autorregulado depende e sequer é algo destacado de elementos 'externos'. Isso não quer dizer que ele seja simplesmente 'determinado' pelo seu fora. Autonomia e dependência podem estar lado a lado.

nos relata o antropólogo José Carlos Rodrigues sobre a introdução de ferramentas de metal em algumas culturas:

Poderíamos evocar o caso dos *Chokleng*, que passaram a ser vítimas do ataque de povos vizinhos desejosos de seus instrumentos e que, para conseguir seus próprios utensílios, eram obrigados a atacar os brancos, muitos caindo vítimas dos “trovões portáteis”. Os instrumentos de metal passaram progressivamente a ser valorizados como algo que se conquistou ao fim de uma batalha árdua, como um troféu ou símbolo de coragem, mais que como implementos tecnológicos. E o caso dos *Tupari*, que destinaram às atividades lúdicas o tempo conquistado pelo instrumento “mais racional”. Entretanto, para conseguir estes bens os *Tupari* eram obrigados a se empregar como seringueiros, contraindo doenças que transmitiram a suas aldeias, destruindo larga percentagem da população. E ainda o caso do *Siriono*, que em virtude dos novos instrumentos passaram a conseguir a quantidade que quisessem de mel, do qual fabricavam uma bebida alcoólica especialmente apreciada. Resultado: o alcoolismo apareceu, rancores e rivalidades antes socialmente controlados vieram à tona. A competição pelos bens de metal (escassos) atingiu dimensões insuportáveis, o grupo se dissolveu. (2008:91)

Destaquei apenas alguns casos em que a introdução dessas ferramentas foi desastrosa. No mesmo livro há outros exemplos, com variados tipos de consequências. Mas o que importa neste caso é questionar a ideia de que haja apenas uma única racionalidade, apontada pela ciência das sociedades industriais. O fato de que os procedimentos dessas mesmas sociedades estejam ocasionando uma crise ambiental, devido ao descompasso entre os ritmos de produção e os ciclos naturais, atesta que nem sempre a “racionalidade” é racional.

*

Pouco neste trabalho tem a ver com o projeto original. Ingressei no mestrado da PUC-Rio em 2011 com tema que envolvia a relação de jornalismo e de narrativas da sociedade ocidental com crise ambiental e com catástrofes. Imaginava vir a aspectos como a ameaça, o obscurecimento de sonhos como o de abolição da morte que muitos imaginam poder alcançar por meio as ciências biológicas, o tema da visão do capitalismo sobre a natureza... Assuntos enfim que até hoje são muitos importantes para mim, mas que poderiam ter dado origem a um trabalho completamente diferente deste. A análise seria feita sobre os discursos das revistas *Veja* e *Istoé*, privilegiando as matérias assinaladas como de meio-ambiente.

Eu não queria abrir mão de uma série de temáticas como capitalismo, pobreza, natureza, industrialismo e crise ambiental. Na minha cabeça, deveria ler

e analisar todas as matérias que articulassem esses temas. Como se isto não bastasse, queria comparar as concepções capitalistas sobre tais temas com as nutridas por outras sociedades.

Meu orientador parecia-me ter a impressão de que eu deveria escolher um tema que fosse, pelo menos, possível. Na época, eu entendia “faça um recorte” como “pare de viajar e abra a mão de tratar de certas coisas”. Foi quando ele me disse que eu poderia pensar em um tema que tivesse tido uma cobertura jornalística relevante, que articulasse essas temáticas, mas que não tivesse uma quantidade tão grande de material a ser analisado. Trabalhar com os desabamentos no Morro do Bumba acabou sendo a ideia que surgiu e prevaleceu naquele momento. A ida ao Bumba não surgiu propriamente em virtude da antropologia, mas por causa de outro trabalho que eu exercia e não sei mais se exerço: o de jornalista. Depois acabei assumindo um pouco do acervo da etnografia e da antropologia para realizar o trabalho.

Gostaria de esclarecer que não faço esta descrição por egocentrismo (pelo menos, não somente por isso). Conforme nos recomenda o etnógrafo Aaron Cicourel em “Teoria e Método em Pesquisa de campo” (1980), é importante saber de onde se parte e quais as concepções com que o pesquisador entra no campo. Pois bem, não somente posso listar algumas das minhas expectativas, como também escrevi um texto de cunho parajornalístico sobre os desabamentos de maneira geral (não focado no Bumba).

Este foi publicado na *Revista Vírus Planetário*, um veículo de imprensa alternativa esquerdista de que faço parte. Ele apresenta várias ideias que iriam ser modificadas e até contrariadas com minha experiência de campo. Em “Chuva de Hipocrisia” texto que eu e o repórter Caio Amorim, valoroso amigo, produzimos como uma matéria de gabinete que procurava combater a cruzada do jornal *O Globo* a favor das remoções. Também atacamos os governos, que apontamos como principais responsáveis pelos desabamentos, e fomos contra a visão que responsabiliza os moradores de favelas por habitarem nesses locais. Num trecho declaramos: “As chuvas de 6 de abril estão para as remoções assim como o 11 de setembro está para as invasões bélicas estadunidenses”. Pretendíamos mostrar como estava no interesse econômico de empresas e de governos a retirada de algumas favelas e de seus moradores de áreas como a da Vila Autódromo (Zona oeste do Rio) para a construção de obras ou por simples limpeza étnica. A

reportagem colocou a mobilização e as demandas populares como caminhos para evitar o agravamento do problema.

Na matéria, a principal crítica era relativa à falta de política de habitação popular. Apontamos falhas na política de moradia dos governos da época, com as entrevistas do arquiteto da Universidade Federal do Rio de Janeiro Adauto Lúcio Cardoso e do geógrafo Álvaro Ferreira. Um dos argumentos contra o programa “Minha Casa Minha Vida”, trazido por Cardoso era de que entraria na da lógica da especulação imobiliária, elevando com o passar dos anos os preços da terra e da moradia. O programa, enfim, atacaria o problema no varejo – fornecendo a algumas pessoas a possibilidade de comprar suas casas, mesmo que em zonas distantes dos grandes centros – mas reforçava a especulação imobiliária no atacado, pois contribuiria para um aumento dos preços das terras no longo prazo.

O início do texto, apesar de se diferenciar do restante da reportagem por conta do estilo, fornece uma perspectiva a propósito do que eu pensava na época:

O tempo andava tão quente que mesmo quem estava na rua não reclamou da chuva. Quando veio, ela lavou do corpo o calor e da alma o cansaço, mas o tempo passava, ambos passavam de lavados a encharcados e nada do aguaceiro parar. Pequenas inundações começavam a se formar nas ruas e a chuva só ficava mais e mais forte. Estava chegando a dimensões catastróficas.

O que se seguiu foi de partir o coração. Mães desesperadas chamando por seus filhos, cem toneladas de destroços os separando; com urros de dor, famílias chorando por seus amigos e parentes, todos soterrados pelas próprias casas; e um silêncio desumano, quase ensurdecedor, dos milhares de desabrigados contemplando suas moradias despedaçadas.

Logo surgiram explicações para o desastre. O prefeito Eduardo Paes, que num primeiro momento se deu nota zero pelo desempenho, logo passou a culpa para São Pedro pela chuva “fora do normal”. Mesmo com esse ‘poderoso’ argumento, o poder público foi coroado como o principal responsável pelo ocorrido.

Só que aí um outro grupo foi considerado culpado: os moradores de favelas. Como aconteceu em todas as enchentes históricas do Rio de Janeiro, eles foram alguns dos mais afetados pelos deslizamentos e inundações. Mas seriam culpados por ‘escolherem’ morar em zonas de risco e sem condições apropriadas de saneamento e urbanização. Só faltava dizerem “Ora bolas, por que não foram morar em Copacabana?”⁶

Como o leitor terá oportunidade de ver, caso não se canse com o vagar desta lesa escrita, as concepções do autor mudaram muito com o contato do campo e com novas teorias. Olhando de agora, parece-me que eu não tinha muita ideia de o que poderia encontrar no Bumba. Prestava muito mais atenção ao que faltaria aos moradores, às carências pelas quais passavam, pelo menos enquanto

⁶ AMORIM, Caio; NOMURA, Seiji. “Chuva de Hipocrisia”. In: *Revista Vírus Planetário* nº7, pgs 28, 29, 30 e 31.

os mirava com o olhar de jornalista. Em outras perspectivas que viviam em mim, sobretudo porque saí de uma cidade relativamente pequena e menos 'partida'⁷, eu percebia que havia nas favelas questões que demonstravam uma diferença. Percebia algo que tornava muito estranho para mim o projeto de alguns militantes políticos que eu conhecia, que pareciam querer transformar as favelas em uma zona sul carioca.

Não sabia muito bem o que fazer com isso, razão pela qual ignorei a questão não só no texto aqui referenciado como em muitos outros que escrevi. Para ser justo, aqui e ali rascunhava algo sobre como uma suposta lógica comunitária e uma proximidade das relações se opunham ao apartar e à privatização constantes das relações. Algo que ecoava palavras do arquiteto Cristovam Duarte, que escreveu sobre arquitetura de favelas e foi entrevistado por mim certa vez, “Nesses prédios da Zona Sul, muitos não conhecem nem os vizinhos. Aqui no Santa Marta⁸, só no movimento de subirmos, já conhecemos o dono da vendinha da esquina, a moça a quem pedimos informações”. Nada sabia sobre as tensões que essa lógica também traz, sobre como ela pode também se relacionar fortemente com o capitalismo (sobretudo em sua versão brasileira de favores e usos de identidades sociais), mesmo que nada disso invalide sua diferença e importância.

Na minha experiência pessoal, diferente de alguns antropólogos cujos trabalhos li, eu já havia visitado outras favelas. Não estava como um Malinowski perdido diante do desconhecido. Até porque mesmo quem nunca pôs os pés em uma 'comunidade', como muitos moradores as chamam, já traz de casa concepções postas pelos jornais, pela televisão, por pessoas com quem se convive... Também não estava como uma Alba Zaluar em *A Máquina e a Revolta* (1985;13-16), um pouco perdida e assustada, usando de papéis oficiais (como o de pesquisadora ou de diretora da escola de samba) para entrar em campo. Eu tinha visitado algumas favelas da Maré, a Cidade de Deus, o Santa Marta (antes e pós- 'pacificação'), a Rocinha, o Parque da Cidade, algumas pequenas favelas de Itaguaí, entre outras. Foram poucas as visitas a cada uma (em alguns casos, apenas

⁷ Acredito que a expressão 'Cidade partida', tornada famosa pelo jornalista Zuenir Ventura, não descreve muito bem o que se passa no Rio de Janeiro. A Zona Sul não funciona sem as favelas, assim como o capitalismo carioca de uma maneira geral. Porém, ela descreve bem a sensação que alguns membros das camadas médias podem ter, pois é comum não terem em seu círculo pessoal de amizade muitas pessoas que moram em favelas...

⁸ Favela da Zona Sul do Rio, próxima ao Humaitá, onde eu o entrevistei.

uma...) e não tive a oportunidade de conhecer em detalhe a vida dos moradores. Mas esta experiência anterior foi importantíssima porque passei a entender melhor algumas gírias usadas⁹, entendia algumas convenções usadas pelo tráfico de drogas e pelos moradores (entre elas o importantíssimo princípio de estar acompanhado de alguém da área até tornar-se conhecido). E - talvez o mais importante - já havia desmistificado alguns dos preconceitos que o jornalismo e a imprensa podem nos levar a ter sobre as favelas.

Com a onda das oficialmente designadas 'Unidades de Polícia Pacificadoras' (UPPs) e da proximidade de grandes eventos esportivos, algumas notícias e representações na mídia têm sido um pouco diferentes¹⁰ da conjugação 'violência-arte/esporte-pobreza'. Mas esta imagem é ainda muito forte no imaginário sobre as favelas. Muitos trabalhos de pesquisadores procuraram mostrar uma variedade bastante grande do que existe nas favelas, como o fizeram a própria Alba Zaluar e Lícia do Prado Valladares (2005;148-152). Conforme Valladares reforça em *A invenção da favela*, a própria ideia de que se trate de um fenômeno no singular ignora as diferenças existentes entre uma Rocinha, grande e com boa parte da população de origem nordestina, e Santa Marta, bem menor e com outro tipo de população.

Eu já tinha convivido com a experiência de homem 'ter que se garantir', com bailes *funks* em que a 'porrada' é instituída, com alguns movimentos oriundos de favelas, com os desrespeitos e os respeitos que traficantes e policiais tinham pelos moradores... Claro que nada disso fez com que eu me sentisse na sala da minha casa quando cheguei ao Bumba. Talvez, até tenha me deixado um pouco mais nervoso. Estava pisando em um território cujas regras não conhecia, mas que sabia serem diferentes daquelas a que estava habituado. Diferente da Rocinha, por exemplo, eu não conhecia ninguém que pudesse me apresentar ao lugar. Também imaginava que a entrada no Bumba seria mais difícil do que em outras favelas.

⁹ Apesar de variarem um pouco de lugar para lugar, muitas gírias permanecem relativamente parecidas. Um dos caminhos para se entender isso pode estar no fato de que elas circulam nos bailes funks, forrós e pagodes muito populares em diversas favelas. Outra possibilidade de explicação reside na frequência alta com que moradores de uma favela visitam outras. Isso efetivamente se dá no Morro do Bumba. Minha experiência pessoal em favelas também reforça esta hipótese.

¹⁰ Isso não deve ser encarado como elogio. Talvez possa ser manifestação da fama de 'glutão' do capitalismo, no sentido de digerir as mais diversas formas. Ou, talvez, sinal de que o projeto das favelas seja parte constituinte do capitalismo carioca (quicá de várias regiões do Brasil), tanto quanto resistência à especulação imobiliária como sustentam alguns movimentos.

Afinal, a Rocinha está tão cheia de Organizações Não-Governamentais (ONGs) e de diferentes comércios, a circulação de pessoas é tão grande que talvez seja possível passar um pouco despercebido em certos horários. No Bumba, imaginava que isso não ocorreria. Isto acabou se confirmando ao visitar o local, pois há poucas entradas a partir do asfalto, raramente frequentadas por multidões anônimas e facilmente vigiadas por quem olha de cima. Em vezes que subia o morro sozinho, quando ainda não era conhecido lá, alguns moradores me olhavam com estranheza e perguntavam “se eu estava procurando alguém” ou até mesmo “o que eu estava fazendo ali”. Lembro-me de um, mais brincalhão que, vendo-me subir com mochila, disse a uma menina que lhe perguntou quem era eu: “É um montanhista que sobe aí”.

Além disso, o que eu tinha lido da cobertura da imprensa me fazia crer que o Morro do Bumba se encontraria em pedaços, com alguns poucos moradores sem opção indo viver em casebres pendurados na boca de um buraco. Suspeitava dessas notícias, mas nada me garantia que ainda existisse algo para chamar de Morro do Bumba. Imaginava que talvez tivesse que tentar conversar com uns poucos moradores, que se refugiavam ali. Pensei que talvez o abrigo de São Gonçalo e de outras localidades pudessem concentrar mais pessoas que eram do Bumba. Nisso me enganei muito, pois a parte do morro que desabou era consideravelmente pequena em relação às favelas no entorno. Vários moradores me diziam que aquela área que desabou não era Morro do Bumba, mas 'lixreira'. A quantidade de favelas e habitações no entorno da área do desastre era imensa e em pouco tempo de pesquisa fui percebendo que existiam muitas pessoas que passava por ali em festas, futebóis, bebedeiras, orações em igrejas, entre muitas outras atividades.

Quem sabe pouco geralmente tem uma desvantagem sobre quem está consciente da ignorância: o risco de achar que sabe muito. Por vezes, creio que cheguei perto ou até descambei nisso. Confundi um jeito por vezes mais amistoso e próximo com confiança e poucas barreiras com relação ao contato com os outros. Ignorei convenções básicas sobre como me portar num lugar como esses, subindo muito cedo na pesquisa sem a companhia de alguém conhecido. No começo, certamente meu maior erro foi o de acreditar que carregava uma espécie de segredo por estar fazendo as vezes de um etnógrafo. Acreditava que seria visto como um traidor quando o segredo fosse revelado.

Muito disso certamente tinha a ver com a maneira como eu via a antropologia no correr de sua história: uma tentativa de mostrar a 'verdade' sobre os povos, coisas que eles mesmos não poderiam notar sobre si mesmos, uma espécie de relato quase definitivo... Creio que boa parte de meus interlocutores teve uma visão mais modesta (e bem mais próxima da verdade) do trabalho que eu pude fazer lá. Conforme avançava a pesquisa e os estudos sobre o que é etnografia, fui percebendo como vários dos antropólogos mais recentes são muito mais modestos do que alguns de seus predecessores. Acabei por perceber o quanto meu trabalho era parcial e como não era de maneira nenhuma mais 'verdadeiro' do que as visões que as pessoas com quem convivia apresentavam. A maior diferença era certamente as preocupações que eu tinha em campo, minha posição diante dos acontecimentos e o que eu procurava mostrar, auxiliado pelas teorias. Voltaremos a esse assunto mais adiante neste capítulo.

Para me apresentar em campo e evitar ser tachado de X-9¹¹ ou de jornalista, decidi apresentar-me como um estudante fazendo um trabalho para a faculdade, embora na maioria das vezes esta identificação não fosse necessária. Sem mentir propriamente, colocava-me em uma posição social reconhecível (estudante), que estava muito mais aprendendo do que ensinando (ao contrário do que faria um professor, um pesquisador ou mesmo um escritor). Além disso, ser identificado como estudante poderia justificar a minha postura muito atenta e bastante curiosa em determinados momentos. Também me colocou como alguém que fazia um trabalho, o que conotava certa dignidade. Não deixei de me sentir um pouco mal no princípio. Mas logo me habituei, conforme fui me tornando amigo. Até recebi títulos de parentesco de algumas pessoas, que me tratavam com muito carinho. Depois de algum tempo cheguei até a ser convidado para eventos menos abertos, como batizado e mesmo a morar próximo ao morro.

Aos poucos fui deixando de lado uma impressão de familiaridade e/ou de exotismo e fui arrebatado por afetos similares aos que tocavam muitos daqueles com quem convivia no campo. É possível estar em meio à diferença e não ser tomado por ela; passar por ela sem se sentir tocado. Retomando o pensamento do início do capítulo, pensar o modelo da antropologia como estando em 'falta' com

¹¹ Apelido dado a alguém que se apresentar como companheiro, mas delata os outros a uma instância superior. Um caso bem comum é a infiltração entre traficantes de alguém que passa informações para a polícia, mas está longe de ser o único uso da expressão ao contrário do que muitos costumam pensar.

relação ao da química, da biologia ou da física pode nos levar a isso. É muito possível estudar nativos de um continente distante como se observam peixes em um aquário de vidro. Observar seus ritos, suas danças, sua alimentação, tudo sem ser tocado; tudo sem participar das forças que os mobilizam.

Pode-se muito bem teorizar que este tipo de aproximação seja uma ameaça à distância necessária para realizar observações científicas. Conforme nos lembram antropólogos de todos os naipes, há uma diferença entre as categorias nativas e as que são usadas pela etnografia. Afinal de contas, estas últimas são conceitos que servem para iluminar alguns pontos, escurecendo outros – enquanto mobilizam afetos. Os moradores do Bumba se utilizam das categorias “trabalhador” e “vagabundo” para separar quem é do tráfico e quem não é. Usam-nas sobretudo quando falam com alguém diante de quem é preciso se afirmar como diferente e se legitimar por um discurso baseado na ideologia do trabalho. Posso muito bem apontar isso em meu trabalho, mas quando quero tratar do tráfico justamente como 'atividade', a palavra 'vagabundo' é inadequada e ao mesmo tempo não mobiliza os afetos da maneira pretendida. De maneira nenhuma isso significa que as categorias analíticas sejam necessariamente melhores que as locais.

O Márcio Goldman (2003;460) nos traz uma importante contribuição a esta questão, inspirando-se em Malinowski e Lévi-Strauss:

É importante não se equivocar aqui. A diferença entre teorias nativas, etnográficas e científicas não repousa sobre uma repartição judiciosa de erros e verdades, nem sobre uma suposta maior abrangência das últimas, mas sobre diferenças de recortes e escalas, de programas de verdade, como diria Paul Veyne.

Outra questão que podem trazer os defensores da 'distância' é conseguir a objetividade através de uma descrição obcecada pelos detalhes, a ponto de se confundir com uma transcrição em palavra do cotidiano de algum grupo ou povo. Mesmo com minha pouca experiência, posso ver que isto não é consenso nas ciências sociais. Há aqueles que defendem que se façam estudos de caso acerca de cada tipo de situação social até chegar a uma construção maior da qual esses micro-estudos seriam os tijolos. Entre estes, alguns expoentes da *context analysis* e da etnometodologia criticam também as grandes sínteses como as de Marx e de Weber por supostamente postularem a ignorância ou a inconsciência das pessoas em relação às suas ações. Alegam que estes utilizariam alguma noção de poder

verticalizado ou onipresente para explicar o cotidiano e as relações do dia a dia, ignorando que o que constitui as pessoas não são apenas as instituições ou os discursos.

Essa crítica talvez traga pontos importantes e mostra que é necessário apontar as limitações dessas grandes sínteses. Mas não penso que haja uma oposição tão clara assim entre um ponto de vista vertical e um horizontalizado. Afinal, do ponto de vista das relações cotidianas e do nosso dia a dia, pode muito bem ser que algo como a popularização do consumo nos termos do mercado capitalista atual seja uma bandeira sensata para muitos grupos. Ao olhar a criatividade que promovem e as práticas que se organizam a partir disso, alguns chegam a postular que necessariamente consumo é resistência e que sempre se dá como uma prática que se rebela em relação a uma espécie de uso geral apontado pelo mercado. Por outro lado, uma visada que compare o ritmo frenético de produção/destruição promovida pelas sociedades industriais com os ciclos de regeneração naturais incontestavelmente menos rápidos pode perfeitamente compreender que o estilo de vida apontado pelas grandes potências industriais não é democratizável. Para citar um problema, se toda família possuísse e utilizasse um carro, as reservas de petróleo se esgotariam em pouco tempo.

De maneira alguma quero sustentar que isso desvalorize as demandas de boa parte da população por bens de consumo. Também não se pode, com certeza, formular uma síntese que ignore esse dado. Mas talvez possamos pensar em uma abordagem que tente unir uma visão mais ampla, digamos sistemática, da sociedade, ao mesmo tempo em que se abra para o acaso e para certa liberdade das práticas cotidianas. Igualmente, não se pode imaginar que haja etnografia ou outro tipo de estudo que tenha foco menos amplo a ponto de ignorar as questões que nos colocam as grandes sínteses, nem que possam abrir mão de contribuir para repensá-las.

Novamente, Goldman (2003;460) vem em nosso socorro:

Uma teoria etnográfica tem o objetivo de elaborar um modelo de compreensão de um objeto social qualquer (linguagem, magia, política) que, mesmo produzido em e para um contexto particular, seja capaz de funcionar como matriz de inteligibilidade em outros contextos. Nesse sentido, permite superar os conhecidos paradoxos do particular e do geral, mas também os das práticas e normas ou realidades e ideais. Isso porque se trata de deixar de levantar questões abstratas a respeito de estruturas, funções ou mesmo processos, e dirigi-las para os funcionamentos e as práticas. Assim, se o objetivo último de minha pesquisa em Ilhéus é desembocar em uma teoria etnográfica da democracia, não

é porque se limita a essa cidade, suas eleições e seus movimentos negros, deixando de lado os níveis mais gerais ou abstratos.

Reconheço a importância da diferença entre as categorias que nós devemos usar e as que outros usam habitualmente. Também concordo que seja necessário não deixar a observação morrer no mero estudo de caso. Mas não sei se isso necessariamente implica um olhar completamente distanciado e observador. Aposto na possibilidade de jogar com distância e aproximação, ser mobilizado pelas novas experiências vividas, aprender com as pessoas estudadas, sem deixar de lado as grandes sínteses. Creio inclusive que todo mundo faz isso, cotidianamente, em maior ou menor grau, favorecendo um ou outro desses lados, conscientemente ou não. E, importante ressaltar, de maneira sempre incompleta, não só pela parcialidade da experiência, mas também porque sempre há a possibilidade de surgir algo que antes não existia ou que não estava evidente. Nenhum sistema não-teórico é verdadeiramente fechado em si mesmo.

*

No decorrer da pesquisa, me deparei com a velha questão das sociedades 'complexas' (nome que nos dá a falsa impressão de que as outras são simples) e de seus 'subgrupos'. Será que eu deveria considerar os moradores do Bumba e os afetados pelos desabamentos uma espécie de 'outra cultura' dentro de uma modernidade que se anuncia ou como grupos complementares dentro de uma mesma cultura brasileira? Será que mesmo a cultura 'oficial' brasileira, anunciada pelas autoridades públicas, pelos meios de comunicação e pelas instituições seria a mesma de uma genérica 'modernidade'? Haveria algo como uma 'cultura' dentro de outra 'cultura'? Seriam individualidades lidando com diferentes camadas de contextos heterogêneos e formando grupos?

Em muitos pontos, como para pensar a questão do trabalho, ou do papel central do dinheiro nas relações sociais, ou ainda da relação com determinadas instituições, o modelo da complementaridade parecia ser mais adequado para entender o que eu via no campo. Em outras situações, como quando observava as práticas com relação a solidariedade, algumas questões éticas, a rejeição a um tipo de relação característico das camadas médias com a medicina e com o Estado, a

sensação era a de estar forçando um modelo de 'modernidade' sobre algo que não o recebia sem discrepância.

Apesar de durante a dissertação eu voltar a esse assunto, no que se refere a metodologia preferi adotar um conselho já bem conhecido entre os cientistas, mas frequentemente esquecido, conforme me lembrava meu orientador em nossas conversas: “Confundir o modelo com a realidade é um erro metodológico conhecido como reificação”, dizia com seu falar sereno e didático. “O mapa jamais será do tamanho do território”. Portanto, preferi trabalhar com conceitos 'pouco precisos', adaptando-os conforme o que a experiência do campo pedisse. Diante de uma situação como a das manifestações políticas, por exemplo, simultaneamente utilizo teorias que poderiam se encaixar num ou noutro modelo de entendimento.

Tornou-se evidente, porém, que as cidades e a modernidade não encerram a questão nem das tradições nem da diferença. Também ficou claro, conforme o trabalho avançava, que há diferenças significativas entre grupos de uma mesma sociedade, mas também semelhanças. As diferenças não são apenas as que já vieram de outras tradições, como a dicotomia entre cidade e campo poderia nos levar a pensar. Elas se reinventam e se refazem na cidade. Ao mesmo tempo, não se pode ignorar a presença de um projeto modernizador envolvendo a objetivação do mundo, a separação das esferas da vida, o esquadrinhamento e controle sobre os ritmos do cotidiano, a incitação à eficácia produtiva, entre outros processos a que Foucault (2000) dedicou atenção especial. Estes processos, porém, não se dão de maneira uniforme nas sociedades ocidentais, nem se realizam de modo completo. Voltaremos a essa questão no correr dos próximos capítulos. Basta aqui dizer que procurei navegar conforme as ondas me levavam.

Com relação ao conceito de cultura devemos tomar o mesmo cuidado. Na história do pensamento foi e é muito importante a ideia de que cada povo apresenta concepções de mundo diferentes, com objetivos diversos, com crenças e teorias específicas sobre o que sejam a morte e a vida e que cada sociedade prescreve ações e ritmos sociais que não são idênticos aos dos demais. O conceito de cultura permitiu colocar na berlinda as concepções que pensam em termos de 'evolução social', assim como as que partem da ideia de que as sociedades sejam determinadas, pelas necessidades orgânicas, pelo ambiente geográfico, pelas

raças, pelos genes... Enfim o conceito de cultura permitiu explicitar uma série de armadilhas que assolavam o pensamento.

Não se pode negar, porém, que não haja uma perigosa tentação sutilmente presente na utilização deste conceito. Ao falarmos da cultura esquimó, por exemplo, podemos ser tentados a imaginá-los todos habitando em iglus e caçando focas... Ou, quando pensamos em cultura chinesa, pode nos vir a imagem pessoas comendo com talheres de madeira... Entretanto, nada poderia ser mais distante da verdade, pois, além das semelhanças que se mostram a quem a vê a partir do exterior, toda cultura apresenta diferenças internas.

No Morro do Bumba, mesmo havendo um solo comum, há muitas diferenças internas. Há mulheres mais vaidosas, outras mais despreocupadas, há homens mais briguentos, outros conciliadores. Há os católicos, os evangélicos de variadas denominações, os umbandistas... Há aqueles que se preocupam com o futuro e outros que preferem festejar o presente... Há os que escolhem os benefícios de se envolver com o tráfico de drogas, outros dizendo que “respeitam mas não se envolvem” e até os que nem respeitam e nem se envolvem... Enfim, toda uma diversidade que ainda não posso explicar. Pude captar apenas uma parte muito pequena desse(s) sistema(s) de diferença(s) com meus parcos oito meses de trabalho de campo, ainda por cima comparecendo quase sempre apenas nos finais de semana.

*

Sobre a escritura deste trabalho: preferi utilizar uma classificação de capítulos que não prioriza uma ordem temporal dos acontecimentos de campo nem mesmo uma divisão por pessoas ou lugares. A escolha foi pelos temas que foram surgindo como interesses da pesquisa e do que poderia ser pensado a partir dos casos.

Há outra questão importante quanto a escritura. Lembro-me de certa vez em que meu orientador e eu conversávamos sobre *O Capital* de Karl Marx e sobre seu impacto nas relações de poder. Trata-se da obra fundamental para o movimento comunista, como provavelmente se sabe. Ironicamente, meu orientador questionava se a obra teria sido mais útil aos interesses dos proprietários dos meios de produção ou aos proletários. A primeira hipótese

poderia ser plausível por conta da linguagem na qual a obra foi escrita e também pelo próprio fato de se tratar de um escrito. Com certeza alguns trabalhadores leram o livro. Mas seriam relativamente poucos, se comparados aos universitários e seus padrões burgueses que, no curso da história, puderam fazer uso do conhecimento que a obra trouxe à tona: as contradições fundamentais do sistema capitalista.

Este trabalho, que provavelmente será esquecido em alguma gaveta do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio, vai tentar adotar outra via. Mesmo ao custo de mérito nas universidades, procurarei usar uma linguagem mais coloquial ao tratar dos temas. Provavelmente, não fará diferença para o alcance que este texto virá a ter. Mas entendo que uma dissertação de Mestrado seja antes de tudo um ensaio para outros trabalhos e uma oportunidade para a experimentação e a invenção de si enquanto pensador. Claro que é também um teste e que se deve sacrificar muito no altar da tradição universitária para almejar uma chance de adentrar neste mundo e mesmo de conseguir um trabalho. Mesmo assim, gostaria de acreditar que poderíamos tentar ser diferentes, antes que as obrigações do trabalho acadêmico e a posição de pesquisador acabassem por nos levar a tomar os atalhos mais conhecidos...

*

Este trabalho se baseia em uma pequena etnografia realizada no Morro do Bumba, a partir de março de 2012, ainda em progresso, e em visitas ao abrigo do III Batalhão da Polícia Militar em São Gonçalo. Este último local foi selecionado por ter sido o destino de muitos dos que perderam suas casas nas chuvas de abril de 2010 em Niterói. Além disso, presenciei também três manifestações políticas pela cidade de Niterói, organizados por movimentos da política partidária em datas marcantes relativas ao desastre. Duas por conta do segundo aniversário do desabamento e a outra por conta da proximidade da entrega de apartamentos a moradores do Bumba. O outro grupo de material empírico de base seria a cobertura realizada pelo jornal *O Globo* durante o ano de 2010 em torno da questão dos desabamentos, que se tornou uma das modalidades de um 'discurso oficial' na maioria dos casos. A leitura da cobertura jornalística ficou em um plano muito menor ao estudo de campo

Boa parte do levantamento de informações que fundamentam este trabalho foi realizada usando o método de 'participação observante', segundo a terminologia de Cicourel (1980). Procurei evitar a formalidade das entrevistas, embora ficasse claro que muitas vezes minha presença no morro soava estranha, principalmente nos primeiros meses. Foram diversas as vezes que alguém me contava, à voz baixa, que eu poderia ter sido confundido com um 'X-9' enviado a pedido da polícia ou de alguma facção rival do Comando Vermelho, que comanda o tráfico na favela do Bumba. Minha sorte e as amizades que fui fazendo me salvaram de ser alvo da retaliação dos traficantes. Seguramente, posso dizer que pelo menos uma vez foi por muito pouco.

Foi altamente recompensador, porém, usar este método. Dificilmente as pessoas detalham para um entrevistador como foi que elas fizeram um “gato” de energia elétrica ou explicam o modo pelo qual furtaram material com o objetivo de fazer lindos balões coloridos. Também não é sempre que um morador elogia a presença de um traficante ou conta como um filho seu se envolveu com o tráfico durante curto período. Certas oportunidades, como a de ser um igual no repartir das cervejas ou ser chamado para passar a noite nas casas, não são oferecidas com facilidade a entrevistadores. Que dizer então das cantadas de mulheres e mesmo de homens que recebi durante a pesquisa?

Ainda que produzindo constrangimentos em situação de pesquisa, tais acontecimentos são marcas reveladoras de que a relação era bem diferente do que acontece com agentes estatais e com repórteres, pessoas com as quais os moradores já estão bastante habituados a lidar. A amargura de me conter para dificilmente perguntar sobre o desabamento - que inicialmente motivou a pesquisa - era recompensada quando o assunto surgia sem que eu o tivesse provocado. E os comentários, espontâneos, muito diferentes daqueles que ouvia nos noticiários ou nas manifestações públicas, servem de prova de como muda toda a nossa performance a presença de um gravador ou de um perguntador. Não só procurei me envolver nas atividades das pessoas do campo, como realmente acabei participando delas e sendo tocado por elas.

*

Lembro muito bem como foi minha entrada no campo. No primeiro dia que consta em meus diário¹², peguei um ônibus em Niterói, rumo ao Morro do Bumba. Tinha ido a Niterói somente duas vezes em toda minha verde vida e não conhecia ninguém que pudesse me apresentar ao Morro. Meu plano era ficar em algum bar da proximidade e tentar fazer amizade com alguém que pudesse ajudar em minha pesquisa. Perguntei ao trocador como eu poderia fazer para chegar à Estrada Viçoso Jardim, que dá acesso à rua por onde se pode subir ao Bumba. Ele de pronto estranhou. Ainda não estava usando as roupas que passei a usar quando estava mais habituado ao campo. Calçava um tênis marrom de marca¹³, uma calça jeans também de marca e uma camisa um pouco surrada, mas que denunciava minha condição de 'classe média'.

Não resistindo, o trocador logo me perguntou o que eu faria lá. “Não me leve a mal, mas olhando pra você, todo mundo vê que você não tem nada a ver com o Cubango¹⁴. Todo mundo vai logo ver”, ele disse, sorrindo um pouco. Expliquei que pretendia fazer uma pesquisa para minha faculdade sobre como ficou a vida das pessoas depois dos desabamentos. “Ih, tá uma merda”, foi o que me disse. “Ainda tem gente morando lá, mas quase todo mundo saiu”. “Pô, mas você conhece alguém de lá?”. Ele me passou o telefone de uma pessoa que morava no morro e poderia me ajudar com a pesquisa. “Acho melhor você ir lá só com o Luizinho [nome da pessoa que iria me ajudar]. Todo mundo logo vai ver que você não é da área.”. “Mas eu gostaria de passar lá em frente, sem subir o morro, só parar no bar ali da frente”, respondi. “Rapaz, você pegou um dia ruim. Hoje [era uma sexta-feira, por volta das 16h, 17h] é quando os policiais sobem pra pedir o arrego¹⁵. Todo mundo fica de olho no que tá acontecendo”. “Olha só”, continuou falando, enquanto passávamos em frente à entrada de algumas favelas de Niterói, “Você que é de fora [da favela, presumo] não deve nem ter notado, mas em cada ladeira tem alguém vigiando”. Ele me apontou para um menino que estava sentado em uma sombra. Eu, distraído, nem tinha percebido. Noutra

¹² Admito que não segui muito bem a metodologia dos diários de campo. Em alguns dias, simplesmente não fiz muitas notas. Pretendo corrigir isto na próxima etapa da pesquisa.

¹³ Esclareço que todos foram presentes. Não gosto muito de usar essas marcas, mas na realidade não tenho outros tênis. Logo descobri que a maioria das pessoas enquanto está no Bumba usa chinelo de dedo (homens), sapato ou sandália (mulheres).

¹⁴ Segundo a classificação oficial, o bairro onde se localiza o Morro do Bumba é Viçoso Jardim. Ainda assim, muitos moradores identificam a área como sendo Cubango. De fato, essa já foi a classificação também usada pela prefeitura, mudada na história recente.

¹⁵ dinheiro para não atrapalharem as atividades do tráfico.

passagem, mostrou-me um homem que vigiava do alto e que parecia portar uma arma. “Você sobe aqui e os caras podem até não te parar, mas eles já ficam de olho, querendo saber o que você quer lá”, explicou-me. “Aí, lá em cima, ou na hora que você estiver descendo, já te param e te dão uma dura”.

Eu, que havia chegado com a cara e a coragem, resolvi deixar minha primeira visita para outro dia. Já tinha prometido a mim mesmo que correria o risco dessa pesquisa a qualquer preço. Mas isso não queria dizer que eu me jogaria como um idiota em qualquer momento. Confesso também que senti um pouco de medo, mas nada que fosse me parar. Tinha que encontrar alguém que me levasse ao Bumba e o trocador me deu um primeiro caminho.

Passamos em frente ao posto que dá a entrada para a Estrada Viçoso Jardim. O trocador apontou e disse que ali ficavam alguns traficantes, que recebem o arrego e vendem as drogas. Ele também foi me contando das várias favelas que existiam no entorno, dizendo qual comando “dominava” cada uma. Contou-me que havia um campo de futebol em cima do Bumba, muito frequentado aos domingos. Pessoas de várias “comunidades” vizinhas vinham jogar. Ele mesmo, que era morador da Coruja¹⁶, já tinha ido lá algumas vezes. Por fim, o ônibus deu volta no ponto final e, em pouco tempo, saltei de novo em frente às barcas. Estava com um pouco de raiva por ter ido a Niterói e não ter conseguido qualquer resultado; mas também confiante de que conseguiria um caminho com o amigo do trocador. Na realidade, tentei telefonar para ele várias vezes e não consegui marcar de ir ao Bumba.

Acabei utilizando minha rede de contatos na *Revista Vírus Planetário* e consegui através do gabinete de um partido de esquerda o telefone de Inácio¹⁷. Ele fora um dos principais envolvidos com as demandas dos desabrigados de Niterói quando da época das chuvas, criando inclusive uma associação dedicada a isto. Morava no morro havia cerca de seis anos antes de ocorrer o desastre e é reconhecido por parte dos moradores em virtude de seus esforços. Inácio se envolveu com o partido de esquerda mencionado acima procurando apoio para suas ações.

¹⁶ Na época, eu não sabia, mas esta é uma favela bem próxima ao Morro do Bumba.

¹⁷ Preferi usar nomes fictícios para proteger a identidade das pessoas e evitar conflitos. Escrevi este trabalho para ser lido também pelas pessoas do Bumba.

No decorrer da pesquisa fui percebendo como frequentemente ele era alvo de suspeitas por conta de sua filiação partidária. Algumas vezes comentavam que estaria recebendo dinheiro do partido. Outras, acusavam-no de ter desviado dinheiro de doações, acusação logo abandonada por conta de ameaça de processo e pela intervenção de traficantes na questão (defendendo Inácio). O boato mais comum era o de que ele iria lançar-se candidato a vereador ou a vice-prefeito – o que, embora não tenha ocorrido, foi de fato tentado pelo partido. Inácio recusou.

Minhas primeiras idas ao Bumba foram acompanhadas por Inácio, que me apresentava às pessoas e aproveitava para conversar sobre várias questões, principalmente as relacionadas com os desabamentos. Para alguns, ele lembrava de me apresentar como estudante que fazia uma pesquisa sobre esse tema. Parecia a mim que algumas pessoas, inicialmente, ficavam com um pé atrás por conta disso. Perguntavam se eu era político e evitavam comentar certos assuntos, como tráfico de drogas, por exemplo, e fazer algumas brincadeiras informais na minha presença.

Inácio sempre buscava o tema dos desabamentos, mas trazia a ótica das demandas com relação aos governos, da necessidade de mobilização. Enfim, algo que normalmente se espera de alguém ligado à política partidária, como era o seu caso. Eu não podia deixar de pensar que, apesar de ser importantíssima sua presença e de minha pesquisa ser inviável sem sua ajuda, ele interferia profundamente nas situações. Além disso, ele geralmente não passava muito tempo no Morro, o que me deixava sempre com a necessidade de permanecer mais longamente. Em algumas ocasiões, inclusive, ele me deixou sozinho a pedido meu, o que lhe gerou críticas de alguns dos presentes. “Olha, eu se trouxesse você para minha área, não ia deixar você sozinho. Ia subir e descer com você”, disse-me um morador.

Já nas primeiras semanas, indo quase sempre aos sábados e domingos - pois muitos trabalhavam nos outros dias - senti minha presença limitada por conta dessas dificuldades. Algumas vezes, Inácio tinha outro compromisso. Outras, eu não me sentia muito bem em incomodá-lo. Uma breve greve dos operadores de ônibus de Niterói contribuiu para minha ansiedade, isolando-me do campo por pouco, mas precioso tempo.

Com o passar das meses minha relação com Inácio iria se desenvolver a ponto de ele me considerar como um sobrinho e de eu o considerar como um tio.

Ele me ajudou muito com as reflexões sobre as práticas no Morro do Bumba, apresentou-me bastante do contexto histórico, proporcionou informações preciosíssimas e passamos a nutrir uma valiosa amizade. Em alguns pontos, foi um papel parecido com o que Doc foi para David Foote-Whyte (1980) em sua pesquisa em um bairro italiano de uma cidade dos Estados Unidos. Um intérprete tanto quanto alguém que dava informações e um amigo. Naquele primeiro momento, porém, foi preciso afastar-me um pouco de Inácio para conseguir um pouco de autonomia e sair de um papel quase oficial.

Por essas e outras razões, quando me vi em frente à ladeira do Bumba, num dia em que Inácio acabou não aparecendo, decidi subir mesmo assim. Eu ainda era muito pouco conhecido no morro, mas não estava disposto a ir embora de novo como no primeiro dia. Subi sozinho como quem sabe que quebra uma regra e adentra onde não é esperado. Passei o olho sobre as sombras da ladeira, para ver se alguém me vigiava, lembrando das palavras do trocador. Não encontrando quem se opusesse, continuei o caminho rumo ao campo de futebol.

Na ladeira do Bumba encontram-se muitas casas de padrões às vezes muito diferentes. A maioria é de tijolo ou de alvenaria, embora uma ou outra seja de madeira. Há algumas menores e outras muito grandes. Várias têm quintal, não raramente maiores do que a própria casa. As cercas são quase todas de materiais improvisados, restos da obra para fazer a casa ou que pessoas jogam fora: pedaços de telha de amianto, madeiras de diversos tamanhos e espécies, arames enferrujados ou não, partes de caixa d'água... Bem no começo da subida, há uma ONG chamada 'Amigos da Saúde' que, segundo Inácio, teria começado a funcionar mais de um ano depois do desabamento, procurando conquistar votos para a eleição. Era a única ONG que ficava propriamente no morro.

Passavam motos ao meu lado, subindo o morro. Um dos passantes me encarou um tempo, mas depois subiu. Ao encontrar o primeiro morador não motorizado, perguntei “Opa, tudo bem? Vai ter futebol lá em cima?” – perguntei. Ele respondeu: “Acho que vai ter sim”. Olhou-me de cima a baixo: “Você vai jogar?”. Eu estava de calça jeans e de chinelo, com minha camisa mais surrada. Trazia minha mochila às costas, então até podia dizer que ia trocar de roupa, apesar de improvável. Prefери responder: “Não, mas eu queria ver. É tranquilo subir?”, perguntei meio desastradamente. Ele me apontou para falar com

Rodolfo¹⁸, que é quem organiza o futebol. “É um gordinho, que tava limpando a moto quando passei”. Não pude deixar de pensar que as motos eram um símbolo de *status* ali.

Continuei subindo e encontrei Rodolfo, que testava sua moto na descida. Repetiu o procedimento do outro, perguntando inclusive se eu iria jogar. “É tranquilo, pode subir lá”, concluiu. Fui sozinho mesmo. Para meu alívio, encontrei alguns rostos um pouco familiares no campo de futebol. Notei que alguns homens, que se agrupavam perto de algumas motos me olhavam fixamente. Procurei me misturar nas conversas, mesmo com gente que pouco me conhecia. Ofereci biscoito, puxei papo. Acabei ouvindo conversas muito interessantes, que tratarei em outro momento dessa dissertação. Ainda assim, algumas pessoas pareciam me evitar.

Telefonei para Inácio assim que deu uma hora que eu considerava digno ligar para ele (umas dez e meia, se me lembro bem). Disse que estava tudo bem lá em cima, expliquei a situação. Ele perguntou se eu queria que ele passasse lá. Falei que achava que estava me virando. Ele disse que subiria após o almoço. Num dado momento, enquanto as pessoas jogavam futebol, um encontro que eu julguei na hora meio ao acaso acabou facilitando minha situação. Jorge, um senhor de certa idade e muito brincalhão, começou a conversar comigo. Perguntou quem me trouxe lá, o que eu fazia. Respondi que era o Inácio, da Associação de desabrigados. Ele perguntou, “Inácio, filho de fulano? Pô, fulano trabalhou comigo no hospital Beltrano durante vários anos! Um grande amigo meu!”. Conversamos durante um tempo animadamente, participei da compra de cervejas e notei que ele fazia questão de me apresentar a cada pessoa, abraçando-me ou fazendo algum outro gesto de carinho, dizendo: “Esse é nosso, tá comigo”. Outro senhor de idade, também muito simpático, fez o mesmo comigo conforme as conversas fluíam.

Saí bem feliz dali, achando até que já estava aceito em campo¹⁹. Muitas das conversas naquele dia foram importantíssimas como experiência e para entender o Bumba, conforme ficará mais claro no correr dos capítulos. Jorge fez

¹⁸ Como todos os outros nomes, é fictício.

¹⁹ Enganei-me com relação a isso. É um processo constante, não somente um momento mágico. Há, é claro, um momento mais ou menos demarcado quando se começa a aceitar a presença do pesquisador em certas conversas cotidianas, quando todos não se mobilizam imediatamente com sua presença. Mas mesmo isso se dá apenas progressivamente.

questão de que eu fosse embora acompanhado de vários conhecidos, pois estava na área dele. Somente cerca de um mês depois, quando encontrei Jorge novamente, consegui compreender mesmo o que se passara naquele dia. As pessoas que estavam perto das motos e que me olhavam eram traficantes. Elas acharam muito suspeita minha presença ali e julgaram que eu poderia ser um policial disfarçado ou um informante. Um deles chegou a cogitar dar-me um “sacode”, como disseram. Enquanto se decidiam, Jorge resolveu falar comigo. A presença e a confiança dele garantiram minha segurança naquele dia.

Depois disso, porém, passei a gozar de certa liberdade para ir ao campo de futebol e a outros lugares do Bumba. Naquele dia, algumas pessoas me viram como conhecido de Jorge e de Viola, outro que também resolveu me ajudar, e passei a ser mais bem aceito por alguns dos presentes. Os que suspeitavam que eu fosse político, assessor ou cabo eleitoral deixaram de achar isso porque não me viam somente na presença de Inácio. Outros, que poderiam achar que eu era ligado à polícia, deixaram de pensar assim porque eu havia corrido um grande risco desnecessariamente.

Meu novo problema, provavelmente, era o de ser visto como alguém que não tinha muita noção do que fazia lá, alguém meio ingênuo. Para alguns, como o próprio Jorge, até era visto como uma criança sob alguns aspectos. Em muitos assuntos isso poderia me atrapalhar, mas eu também teria a oportunidade de ir me mostrando de outra maneira. Principalmente no beber cerveja e cachaça e nas conversas gerais. A posição de criança nem sempre é ruim para um etnógrafo. Desculpa-se com isso por ele não saber coisas óbvias para todos. Permite que ele ouça certas conversas não acessíveis a todos porque se pensa que ele é inofensivo e inocente (no meu caso com razão). Também deixa-se de dar tanta importância às ideias e teorias que o pesquisador traz, dando mais espaço para que outras concepções possam aflorar.

Neste campo específico outras identificações na pesquisa poderiam ter suas vantagens, mesmo a de representante do governo. Talvez uma exceção seja a de X 9, ou informante, a não ser para antropólogos com tendências suicidas. De qualquer maneira, tive a oportunidade de estar em várias posições durante a pesquisa. Pedro, um dos moradores que mais me receberam bem, excelente companheiro de copo, durante muito tempo me chamou de “vereador” por conta da presença de Inácio, da minha posição social e talvez por outros fatores. Um

desses fatores certamente derivava de que eu não gostava muito de ser chamado assim, embora levasse na brincadeira e nos risos, o que dava a ele a oportunidade de fazer graça com a minha cara. Ele chegou inclusive a espalhar que eu era do Programa do Faustão e estaria lá para trazer um caminhão de prêmios.

A posição de um quase candidato a vereador me mostrou coisas importantes. Pedro chegava a mim e dizia “Ó, vou arranjar muito voto pra você, hein, vereador!” e me dava uma lata de cerveja. Em algumas ocasiões, me puxava pela manga da camisa e mostrava algumas partes do morro que precisavam urgentemente da minha atenção. “Tá vendo isso aqui, hein, vereador?” dizia ele, apontando para um lugar onde o cano do esgoto estourara. “Quando você for eleito, tem que consertar isso aqui”. Num outro lugar, onde o cimento dava lugar à terra, “Aqui, tem que dar saco de cimento pra gente e mandar fazer a obra, hein?”. Enfim, tive a oportunidade de ver quais eram as expectativas de Pedro com relação a um vereador, mesmo se tivesse muitas doses de jocosidade nessa história.

Inácio me avisava, porém, que ser chamado de vereador poderia ser prejudicial a mim. Afinal, alguns traficantes ainda traziam suspeitas. Num dia, consegui fazer com que minha posição política mudasse. Chegando a um bar onde se reuniam alguns amigos de Pedro, inverti a posição. Disse que ele era vereador e eu era o cabo eleitoral dele. “Acho que ele ganha, hein, vive falando com todo mundo”, disse. Alguns resolveram entrar na brincadeira e Paulo no começo ficou meio surpreso. Depois, me abraçou e disse que eu era mesmo seu cabo eleitoral e quando a gente ganhasse ia ter cerveja para todo mundo e que ele não ia mais andar tão sem dinheiro. Foi uma de muitas situações em que não mantive a posição de um observador meio neutro ou distanciado. Se eu tivesse ficado deste jeito, provavelmente não teria conseguido muitas das informações que obtive e não teria passado por várias outras experiências. Quase com certeza, minha pesquisa não teria passado do dia em que Jorge me ajudou.

No que diz respeito ao Morro do Bumba como local, fiquei muito mais limitado ao Campo de Futebol e aos bares enquanto lugares de pesquisa. As várias igrejas, batista, católica, o terreiro de candomblé, enfim, uma variedade muito grande de lugares religiosos acabou não sendo pesquisada adequadamente.

Por conta disso e do meu próprio gênero, fiquei muito mais entre os homens, principalmente a partir dos 16 anos, com uma grande concentração dos

de meia idade ou até de terceira idade. Nos bares e no campo de futebol a maioria das vezes era com eles que eu conversava. Compensei um pouco isso indo às casas de alguns conhecidos e a algumas festas para as quais fui convidado, em que conseguia conversar um pouco mais com mulheres e crianças. Ainda assim, não tenho dúvidas de que esta situação influenciou no que pude observar na pesquisa.

Certamente, outro ponto que apareceu com força durante a pesquisa foi a diferença de classes. Certa vez, dormi na casa de um amigo. Ele fazia questão de repetir para mim dezenas de vezes, “Ó, lá não é nenhum castelo da Zona Sul não, mas...”. Fez vários preparativos, limpou roupa de cama, separou comida... Outro indicativo disso foi um dos meus apelidos por um tempo, “branquinho”. Algumas pessoas, notando que eu teria uma condição financeira diferente, também procuravam que eu pagasse cerveja. Deve-se notar, porém, que várias vezes também ocorria o contrário, de procurarem me bancar ou de ter uma divisão mais igualitária quanto às cervejas.

Há também outro acontecimento, engraçado para os leitores, mas certamente constrangedor para quem o descreve. No abrigo e numa favela próxima ao Bumba, alguns moradores acreditaram que eu poderia ser homossexual. Na primeira ocasião, uma das mulheres me 'defendeu', “É o jeito do Seijo²⁰, é mais na dele mesmo. Não faz as coisas de maneira bruta”. Obviamente, tratava-se de expectativas diferentes em relação a como um homem heterossexual deveria agir. Quem pede muito por favor, toma muito cuidado com a higiene e tem nojo de certas coisas podia ser olhado com estranheza enquanto ainda estivesse sendo conhecido. Acredito que a suspeita também tenha a ver como fato de eu ter rejeitado algumas mulheres em certas ocasiões, mesmo quando o convite era direto ou quando a aproximação era feita pela dança. Eu dizia que estava namorando, embora fosse mentira. Na verdade, eu tinha medo que a situação de pesquisa se degenerasse completamente com um relacionamento amoroso lá. Ironicamente, após me perguntarem se eu era *gay*, muito aos cochichos e evitando perguntas diretas, respondi que não era *gay* e realmente não sou. Ouvindo isso, uma das mulheres mais tarde me fez outra oferta: dormir com ela e cheirar cocaína. Novamente, não aceitei.

²⁰ Dificilmente, alguém falava meu nome da maneira com que amigos de mais longa data usam. Mas não posso dizer que não estava acostumado com isso a partir de outras situações...

Claro que topa certos convites pode levar a situações interessantes de pesquisa, mas há também os limites pessoais do pesquisador e também suas disposições. Participei fazendo churrasco e brincando com crianças em algumas ocasiões. Noutra, joguei sueca, um jogo de baralho. Tive também algumas bebedeiras homéricas em campo. Outra pessoa na mesma situação poderia ter ido pescar com alguns moradores, ter aceitado o convite para cheirar cocaína e muitas outras situações que sequer chegaram a ser propostas para mim. É muito mais uma condição que modula a pesquisa do que uma situação em que há uma atitude única que deve ser seguida.

Na outra ocasião em que suspeitaram que eu fosse homossexual, foi quando eu iria dormir na casa de um amigo que já tinha feito sexo com homens depois que encerrou seu último casamento. Eu sequer sabia disso na época. Isso tudo foi seguido de várias e várias brincadeiras. “Na casa de fulano, tem muita cobra. Ele chega lá e todas vão levantando a cabecinha. Toma cuidado hein?”. “Olha, dorme encostado na parede. Lá no fulano é perigoso, hein”, diziam entre outras brincadeiras. Um homem dormir sozinho no quarto de outro homem provavelmente era uma situação estranha quando não há relação de parentesco. A fama do meu amigo também contribuiu muito para o ocorrido.

Noutra situação, Beltrano estava no abrigo de São Gonçalo e contava sobre o tráfico de drogas, seu envolvimento e suas visões sobre ele. Falou inclusive que costumava trazer uma arma. Pela amizade, decidi contar a ele que eu fazia pesquisa, pois acreditava que ele não soubesse. Inicialmente, ficou chocado e preocupado. Eu lhe contei quando estava indo embora. Na próxima vez em que o encontrei, sua atitude já era outra. “Você tá querendo mostrar pro pessoal de fora como é a vida aqui. Porque tem muito preconceito, não é?”. Mesmo estando em uma situação em que poderia me ver como uma potencial ameaça, as relações e minha atitude em campo acabaram fazendo com que Beltrano aceitasse com mais facilidade minha presença ali.

Disso, podemos deduzir que o etnógrafo sempre está em jogo e sendo observado quando está em campo. Por várias dessas situações, acabei ficando aliviado da culpa de estar fazendo pesquisa entre pessoas mais pobres. Ficou claro para mim que a natureza do meu trabalho seria avaliada pela maneira como as pessoas em campo me viam e ninguém de antemão se sentia como um inseto num recipiente de vidro.

*

O outro local onde a pesquisa ocorreu foi o abrigo do III Batalhão de Polícia Militar de São Gonçalo, para onde foram enviados desabrigados das chuvas de 2010. Lá, a pesquisa ocorreu principalmente em várias festas. Só fui para lá praticamente quando convidado depois que conheci certas pessoas. Inácio, mais uma vez, foi responsável por me levar ao local. Ele estava motivado a ir lá para discutir os dois anos das chuvas. Chegando no abrigo, apresentou-me a várias pessoas, que conversaram comigo muito bem sobre os assuntos que Inácio trazia. Como Inácio, eram pessoas que se envolveram com partidos, mídia e mobilização político-partidária. Conheci também o porteiro do local, Júlio, que me recebeu muito bem quando fui lá outras vezes e a quem sou muito grato. Por seu intermédio fui convidado para a festa de um ex-morador e acabei podendo conversar e conhecer ainda mais pessoas. Diferente do que aconteceu no Morro do Bumba, no abrigo não senti apreensão inicial tão grande com relação à minha presença. Uma das hipóteses que levanto sobre isso era o fato de não haver tráfico de drogas organizado lá dentro, até onde eu saiba. Alguns moradores que falaram comigo sobre o assunto iam comprar num morro próximo. O medo de informantes da polícia era menor, mesmo porque um dos “chefes” do abrigo era um policial que impunha algumas obrigações aos moradores.

Anteriormente, o abrigo era uma área militar com longa extensão. Cada bloco era um dormitório ou algum lugar onde se armazenavam armas ou outro tipo de equipamento militar. A arquitetura, evidentemente, era de blocos funcionais, retangulares e repartidos. Os moradores se apropriaram como puderam dos espaços, pois geralmente os cômodos não tinham repartição interna. Alguns se utilizaram de longos lençóis para dividir onde dormem os pais e onde ficam os filhos. Outros improvisaram um banheiro interno usando um balde cheio de água, que era utilizado com a parca privacidade de um lençol esticado. Alguns moradores reclamaram comigo desta falta de divisão, principalmente no que dizia respeito à sala e aos quartos dos filhos e dos pais. Outra reclamação era de que cada bloco só tinha um banheiro, o que causava conflitos no horário de banhos.

Subsistia ainda a quadra multiesportiva do exército, usada frequentemente para comemorações e jogos de futebol. Havia um espaço com uma churrasqueira e

uma bancada, também muito usada. Todos os dias, chegava comida fornecida pelo governo municipal. O lanche geralmente era servido nesse local; almoços e jantares ficavam ao dispor de todos no refeitório. Muitas vezes faltava comida para os que chegavam por último, mas várias pessoas me relataram que preferiam fazer sua própria alimentação. Nunca reclamaram da condição higiênica dos alimentos e eu mesmo comi lá em algumas ocasiões, quando insistiam comigo. Em geral me diziam que esta escolha se devia ao sabor e, em alguns casos, pelo valor nutritivo das refeições.

A entrada que dava acesso ao abrigo era um grande portão, onde geralmente havia um porteiro exigindo a identificação dos visitantes. Durante a semana havia horários especiais para visitas, algumas vezes ignorados quando já se conhecia a pessoa que vinha. No final de semana, geralmente se ignorava esta regra por completo. Ainda assim, quando eu não era conhecido me perguntavam o que eu faria lá e quem eu iria ver. Lembro-me de algumas ocasiões em que a portaria teve de mediar situações de brigas entre marido e mulher e casos com a polícia.

Outros locais onde pesquisei foram principalmente os de manifestações políticas. Nestas circunstâncias pude me misturar à multidão e presenciar os acontecimentos sem me implicar tanto na situação. Um pouco cansado de toda a complexidade das outras exigências do trabalho de campo, preferi ficar o mais anônimo possível nestas ocasiões. O resultado é que observei muito mais o que se apresentava ao público como um todo e ouvi algumas conversas privadas de pessoas que não se importavam que eu estivesse por perto. Conforme meu procedimento de campo, mantive todos anônimos.

As manifestações ocorreram nos seguintes locais: em frente à antiga Câmara Municipal de Niterói, de onde se caminhou até a estação das barcas, um dos pontos mais movimentados e centrais da cidade de Niterói. No caminho, muitos carregavam faixas e gritavam palavras de ordem. Esta foi organizada por partidos políticos e pelo movimento *Fora Jorge*, que era uma coalizão de partidos e movimentos sociais que se juntaram contra o prefeito. A segunda foi próxima à praça perto da câmara de vereadores, de onde se marchou até a sede da prefeitura, igualmente carregando faixas. Esta foi organizada por Inácio e por seu partido de esquerda. A terceira foi em frente ao Morro do Bumba, na Estrada Viçoso Jardim, organizada pelo *Centro Pró-Melhoramento do Bumba e Viçoso Jardim*

3. Coexistências

Durante o trabalho de campo, muitas vezes dei e recebi pequenos “presentes” como uma maneira de me aproximar, mas também como consequência da própria afeição que ia surgindo e ia se refazendo a partir dessas ações. Lembro-me que achava que era muito mais uma maneira de começar relações do que algo a ser observado mais detidamente no decorrer da minha pesquisa. Não tinha dúvida, por experiências anteriores e diante do que começava a se delinear na convivência com as pessoas do Bumba, que a solidariedade com estranhos tendia a ser maior do que em outros grupos de nossa sociedade. Mas isso me parecia decorrer do que imaginava uma relação menos distante com as pessoas, não uma espécie de rito complexo.

Quando comecei a pesquisa tinha passado os olhos e até discutido em algumas aulas o “Ensaio sobre a dádiva”, de Marcel Mauss. Muito mais preocupado em observar como aparecia o tema dos desabamentos e outras questões relacionadas a risco, como saúde, morte, relacionamento com autoridades e o Estado, nunca imaginei que teria de dar importância a este assunto. Minha ideia sobre o tema era de que alguém dava algo a outrem, de modo que parecesse espontâneo e generoso a ambos, mas que ao mesmo tempo imputasse uma obrigação ao outro que, grosso modo, seria a de retribuir de maneira que equivallesse ou superasse o presente inicial. Isso se daria de forma igualmente espontânea e generosa, embora paradoxalmente se tratasse ao mesmo tempo de uma obrigação. Por meio dessas trocas se formam vínculos e alianças que geralmente são mais importantes que o valor material das coisas trocadas. Sabia também que Mauss via isso como uma espécie de “fato social total”, ou seja, algo que não é somente presente em uma hora ou espaço particular da vida, mas que atravessa todos os seus aspectos.

É evidente que eu não era estúpido a ponto de não observar este princípio quando, mesmo completamente desconhecido no local, me ofereciam carne do churrasco para o qual não havia sido convidado ou quando alguém “botava”²¹ a

²¹ Eu estava muito mais acostumado com outros dois sistemas de partilha, menos ligados com o princípio da dádiva: o “cada um paga o seu” e o da divisão da conta, conforme o que cada um consumiu. Quando alguém “bota” uma cerveja, está pagando para os outros tomarem

primeira cerveja para uma roda de amigos. A minha própria entrada na pesquisa só fora possível graças à generosidade de Inácio, de Violeta e de várias outras pessoas que se dispunham a me ajudar sem qualquer garantia de algum retorno.

Conforme fui conhecendo algumas histórias sobre a vida no morro, percebi que meus amigos até se arriscavam por minha causa, pois as pessoas que você traz eram em grande parte consideradas como de sua responsabilidade. A primeira vez que Inácio me deixou em companhia de outras pessoas sem estar presente, lembro-me que um conhecido dele me levou a um canto e disse: “Não acredito que ele deixou você aqui sozinho. Quando você leva alguém para sua área, você tem que ficar com a pessoa e até descer com ela”.

Noutra ocasião, homens discutiam sobre uma história no campo de futebol no alto do morro – em altos brados, como era habitual. Um rapaz de uma favela da região havia alugado uma casa para um grupo de pessoas do Rio de Janeiro, que iriam passar uma temporada fazendo um serviço em Niterói. “Os homens eram estranhos, chegavam de noite e ficavam só em casa, não conheciam ninguém, não queria nada com ninguém”, explicou o que contava a história. Todo mundo achava estranho, perguntava aos outros, mas ficava quieto. No último dia do serviço que faziam em Niterói, os homens saíram de carro, assaltando comerciantes e moradores da região e depois foram direto para o Rio de Janeiro, para a favela onde moravam. “Fizeram isso porque se ficassem lá, os vagabundos iam pegar²² eles. Como não conseguiram, o pessoal ficou uma arara com o cara que trouxe eles para a área. Aí os traficantes pegaram o cara e deram uma coça nele. Quebraram ele direitinho. O cara ficou vivo, mas ficou mal”, continuou o contador de casos. Fiquei um pouco surpreso e perguntei, “Ué, mas o cara sabia o que eles iam fazer?”. Rindo, meu interlocutor respondeu. “Claro, como você vai trazer pra sua área alguém que você não conhece, não sabe a índole da pessoa?”

juntamente com ele. Dependendo de como estiverem no momento, os outros podem ou não “botar” a próxima. Em geral, o ideal é que cada um vá “botando” para que não fique pesado para ninguém, mas em várias ocasiões acontecia de alguém não ter dinheiro no momento - “não estou podendo”, “hoje estou quebrado” - ou de uma pessoa que não estava na roda acabar entrando, outra saindo antes de chegar a contribuir...

Notei que em geral não havia um cálculo de exatidão muito preciso nessas situações nem uma exigência de equivalência imediata. Porém, notava-se quando uma pessoa nunca partilhava com as outras a cerveja, quando alguém que era “novo” na área parecia que “estava se aproveitando”. Creio que a tônica era a da generosidade espontânea, mas que também tornava obrigatória a retribuição.

²² Pegar pode se referir a várias coisas. Nesse caso, se refere a conseguir achar e capturá-los para exercer sua punição.

Ouvindo essa e outras histórias, eu já começava a perceber que a dádiva muitas vezes não era somente questão de generosidade e de abrir mão de “bens” como dinheiro ou tempo disponível. Muitas vezes, é colocar a si mesmo em risco, “botar seu corpo no mundo” e apostar-se. É muito mais uma questão de se implicar e de se arriscar do que um empenho propriamente dito de bens, embora várias formas mais claras de dádiva envolvam dar objetos, mesmo quando não são úteis²³.

Certo dia me deparei com algo que me fez ver e reparar a importância dessas ideias para minha pesquisa, para o contexto do Morro do Bumba e, quem sabe, para a sociedade em geral. Era um dia em que ocorria um campeonato de sinuca em um bar na estrada Viçoso Jardim. Algumas pessoas que frequentavam o Morro do Bumba, sobretudo homens, iriam participar ou assistir. Eu chegara a aprender alguns preceitos básicos sobre como jogar sinuca com um dos moradores, mas preferi ficar de fora observando. O que importa para a questão que trabalhamos agora é que estávamos eu e mais três pessoas da região bebendo cerveja e comentando as partidas. Eu já aprendera que uma boa maneira de puxar assunto era pagando uma cerveja e ir dividindo entre as pessoas.

Também notara que era um hábito servir os outros primeiro e depois a si mesmo e que a maneira mais habitual de comprar cerveja não era dividindo igualmente a conta, mas sempre de alguém se candidatar a colocar a próxima, etc. Da mesma maneira, também percebera que havia mais ou menos um equilíbrio entre as pessoas que “botavam” cerveja. Entre outros fatores, variava-se conforme o sexo, a situação financeira do momento (“Tô sem hoje!” “Tô quebrado”, “Põe uma pra mim”, por exemplo), a idade, quem fez o convite, quem é visita e parentesco (um tio ou pai geralmente paga mais para seu sobrinho ou filhos, etc).

Achando que eu sabia mais ou menos como as coisas funcionavam, me surpreendi um pouco quando um de meus colegas me pediu para pegar outra cerveja, pouco depois de que tinha comprado uma primeira. Fiz de conta que não achei estranho e trouxe a próxima. Estava achando muito interessante o campeonato e a conversa e não queria que a situação atrapalhasse. Assumi que o que pediu “estava sem”, como se costuma dizer, e paguei outra. Claro que percebi

²³ Mauss fala sobre isso quando aponta em vários exemplos das trocas entre os povos melanésios que o que está em questão não é a utilidade dos objetos ou mesmo seu valor econômico, mas os significados sociais, a formação de alianças.

que ele poderia ter pedido aos outros e imaginei que minha aparência de ter uma situação econômica melhor talvez tivesse influenciado.

No próximo dia da pesquisa, um amigo do Bumba veio me dizer que uma das pessoas (não a que pedi) que estava comigo no dia da sinuca tinha falado com ele: “Ele disse assim ô: o garoto é gente boa, mas puxa demais a carteira. Fala pra ele ficar de olho que tem muito malandro aqui”, me explicou. Meu então conselheiro explicou que eu deveria sempre tomar cuidado ao mostrar dinheiro, que eu deveria guardar um pouco na carteira e alguns trocados no bolso. Não deveria ficar tirando a carteira à toa, ficar mostrando que “eu tenho”. Caso tivesse alguma “nota grande”, de maior valor, o melhor a fazer seria guardar no bolso de trás da caça, “para não crescer o olho das pessoas”. O que mais me surpreendeu e provocou protestos da minha parte durante a conversa é que eu não tinha mais do que R\$15 naquele dia.

Por um lapso, na hora não compreendi o que, olhando de agora, para mim é óbvio: dinheiro, bem como o que se dá, também é linguagem e comunicação. Independente das minhas intenções ou de quanto eu tinha naquele momento, naquele contexto tirar a carteira ou dizer prontamente que eu pagaria a próxima para pessoas que mal conhecia e que eram mais velhas do que eu, era um sinal de que tinha mais dinheiro (ou pretendia parecer ter) ou de que estava me colocando acima delas.

Em várias oportunidades, presenciei situações que reafirmavam as impressões que aqui descrevo. Numa vez, eu e um conhecido íamos à casa de alguém que “andava sem”, então meu amigo guardou parte de seu dinheiro no bolso de trás. Chegando lá, entre as conversas, tomamos algumas cervejas pagas pelo meu amigo, mas ele só usou o dinheiro no bolso da frente e tivemos de parar. Ao sairmos, me explicou: “O cara tá numa situação ruim. Se eu apareço lá com muita grana, não é por mal, mas cresce o olho. Vai ficar achando que eu tenho muito”. Ao que parece, tornar aparente uma desigualdade muito grande entre as partes pode tornar completamente inviável uma relação de amizade ou de aliança mais horizontal – correndo-se o risco de degenerar em outro tipo de relação.

Ainda outra vez, indo ao campo de futebol, comecei a conversar com um velho morador da região a quem tinha visto poucas vezes. Por acaso, ele usava uma camiseta de um sítio da minha cidade natal, Itaguaí. “Gosto de ir pra lá porque aqui às vezes enjoa um pouco, sempre as mesmas caras”, explicou.

Conversa vai, conversa vem, acabamos falando sobre os desabamentos: “Ó, não foi mole não, ver aquilo tudo ruindo. Só quem tava aqui que sabe o que foi”. “A gente ficou ajudando a tirar os escombros, com aquela nuvem de poeira e lama pra tudo quanto é lado. Era muita gente que a gente conhecia. Isso aqui ficou vazio”. Motta contou que sua casa ficou interditada, cheia de rachaduras. Ele continuou no local, mesmo com risco de desabamento, em grande parte porque tinha medo que a saqueassem. Mas também porque não queria deixar de viver ali. Finalmente, o convenceram a sair e ele foi morar com um irmão.

Depois de alguns meses, resolveu voltar para sua casa, mesmo rachada. “É muito ruim ficar em casa dos outros. Deixa eu aqui no meu cantinho, com o pessoal do campo. Não saio daqui por nada”. Parte de mim ficou satisfeita com essa resposta, compatível com alguns lugares-comuns sobre 'amor à minha terra' e de 'valorizar as raízes' que muitos têm. Mas não resisti: “Por nada?”, perguntei. “Só se um dia eu ganhar na loteria. Daí me mando pra um condomínio fechado na Zona Sul, com muito muro e segurança pra ninguém me perturbar”, respondeu um pouco brincando.

Sendo sincero, acho que no dia eu preferiria a outra resposta. “Mas cê joga sempre?”. “Sempre que posso”. Lembrando de casos parecidos que já tinha vivido, perguntei: “É engraçado, porque muita gente que gosta de um lugar diz que quando ganhar dinheiro vai sair de lá”. “Mas é que a gente sobe de vida. As pessoas vão ficar enchendo o saco pedindo, um ou outro vão estar atrás de dinheiro. É bom também ter seu cantinho, né?”.

Sem dúvida nenhuma a mídia, as produções culturais e até o cotidiano da sociedade nos sugerem constantemente “subir de vida” como sendo viver em um condomínio fechado e deixar para trás vários hábitos que não são considerados adequados a um modo de vida “moderno”. Mas será que nem um relato tão cheio de nuances como o que Motta nos presenteia não há percepções sobre a própria maneira como as relações se dão na sociedade atual?

Isso pode ajudar a explicar, pelo menos em parte, por que pessoas que arriscam suas vidas para viver em um lugar onde encontram pessoas com quem se identificam e onde se sentem em casa, podem também deixar esses lugares se ganham rapidamente muito dinheiro. Provavelmente essa questão não se resume à aceitação de uma condição de pobreza. Embora com isso, não queira dizer que as pessoas vivam inteiramente sob as condições que preferem. Com o tempo, fui

ouvindo muitos casos como o de Motta, que me faziam pensar que a questão da dádiva tem algo a ver com isso: pessoas que falavam com orgulho de terem sido “nascidas e criadas” no Bumba e que continuavam a visitar o morro, embora tenham se mudado quando conseguiram um emprego público. Ouvi conversas sobre artistas que “respeitavam suas raízes, como Zeca Pagodinho”, opostos a outros que “se faziam” em São Gonçalo ou outros lugares e depois nunca mais voltavam (a pessoa citada foi o cantor Belo).

Bem perto do final da pesquisa, ouvi um caso de uma amiga minha, que fora esposa de um traficante importante na região. Ela reclamava como tinha muito dinheiro na época, mas quase nada da liberdade, pois vivia com medo de ser presa. Quando saía, pagava tudo para muitas amigas. “Mas aí, quando precisei delas, cadê?”, perguntava revoltada. Quando brigou com o então marido, foram outras pessoas que a ajudaram.

Enfim, tudo isso é bem compatível com a ideia de que a aliança criada pela dádiva se baseia em grande parte na reciprocidade. Quando esta não é possível mesmo no longo prazo, quando se degenera em uma relação de dependência ou que degrada uma das partes é bem provável a traição ou que esta não se sustente da mesma maneira. Como diz Mary Douglas em “Não há presente de graça”, geralmente a relação dos pobres com as instituições de caridade é de ingratidão justamente porque esta não gera vínculo (1992;155-157). Dar, se considerado não como ato isolado, mas no conjunto das relações sociais, depende de expectativa de uma aliança ou de receber algo de volta. Mesmo que não seja na mesma moeda nem usando uma equivalência do tipo como “olho por olho, dente por dente”. Pode ser simplesmente respeito ou a própria aliança que se dá de volta.

No caso de alguém que ganhe na loteria, de alguém que demonstre constantemente ter mais do que os outros ou do Estado com seus recursos massivos e sua impessoalidade, é muito difícil que haja aliança com reciprocidade. Ou pelo menos se suspeita do que se exige em retorno e muitos não estão dispostos a corresponder a essa expectativa implícita.

*

Percebi, porém, que com frequência ocorriam relações francamente verticalizadas no Morro do Bumba. Muitas festas e campeonatos de futebol

realizados lá eram feitos ou financiados por políticos ou traficantes. Com frequência disponibilizavam churrasco e cerveja de graça para muitas pessoas, quando não ofereciam bens como gás, cimento e remédios. O tráfico, como uma das histórias contadas até agora evidenciou, também atua como regulador, aplicando sua lei dentro da comunidade. Tudo isso aparentemente de graça.

Ambos, os políticos e tráfico eram frequentemente desvalorizados pelos moradores. O tráfico, quando era assunto, em voz baixa, mesmo dentro das casas; a política, quase sempre em altos brados, procurando demonstrar bastante a aversão à “corrupção” desta. Esse fenômeno, conforme explica Mary Douglas, é comum também com relação a instituições de caridade, como aquela na qual trabalhou, talvez por uma razão parecida.

I worked for some years in a charitable foundation which annually was required to give away large sums as the condition of tax exemption. Newcomers to the office quickly learnt that the recipient does not like the giver, however cheerful he be. Mauss's essay *The Gift* explains the lack of gratitude by saying that the foundations should not confuse their donations with gifts. It is not merely that there are no free gifts in a particular place, Melanesia or Chicago for instance: it is that the whole idea of a free gift is based on a misunderstanding. There should not be any free gifts. What is wrong with the so-called free gift is the donor's intention to be exempt from return gifts coming from the recipient. Refusing requital puts the act of giving outside any mutual ties. (1992;155)²⁴

De fato, em vários casos presenciei essa suspeita. Uma situação que se repetiu diversas vezes, com variações, foi a de alguém decidir falar mal de políticos espontaneamente. O tema era especialmente presente durante a pesquisa por uma diversidade de fatores: o período do trabalho de campo abarcou as eleições municipais (as primeiras desde os desabamentos), minha imagem estava ligada a cabos eleitorais, a efervescência das discussões sobre ações ou inações governamentais para atenuar as consequências do desabamento. Lembro-me de passar por situações engraçadas como, no dia do primeiro turno da eleição, uma moça me pedir desculpas por distribuir panfletos de candidato: “Desculpa, é só

24

“Eu trabalhei por alguns anos em uma instituição de caridade que anualmente deveria dar grandes somas de dinheiro como condição para ficar livre de taxas. Novatos no escritório rapidamente aprendiam que o donatário não gosta do doador, por mais alegre que ele esteja. O “Ensaio sobre a dádiva” explica a falta de gratidão dizendo que as instituições não deveriam confundir suas doações com presentes. Não é somente que não se pode assumir que não há presentes de graça em um lugar particular, seja Melanésia ou Chicago: é que toda a ideia de um presente de graça está baseada em um mal-entendido. Não deveria haver presentes gratuitos. O que está errado com o chamado presente gratuito é a intenção do doador de se ver livre de presentes de retribuição vindos do recipiente. Recusar reciprocidade coloca o ato de dar fora da formação de laços mútuos”.

porque estou fazendo o meu trabalho”.

Um cabo eleitoral falava no bar sobre seu candidato: “Olha, eu sei que político não presta, que faz tudo para o pessoal rico e não pensa no pobre. Mas Fulano [candidato], não vou dizer que é diferente mermo, mas pelo menos ele chega junto, dá cimento para a comunidade, faz obra. Sabe a obra tal? Foi ele quem fez. Não tô dizendo que ele não é como os outros, mas pelo menos ele faz aqui. Claro que não é porque é bonzinho, mas pelo menos chega junto”. Devemos notar que em ambos os casos trata-se de pessoas que trabalham para esses políticos.

A suspeita ocorria mesmo contra pessoas que, até onde eu saiba, nunca receberam dinheiro de políticos, mas serviam como referências do governo para estabelecer quem receberia aluguel social e também para evitar fraudes, ajudar a organizar o abrigo e até repassar doações. Era bem frequente eu ouvir, falando sobre os desabamentos, que um fulano trouxera tais e tais doações, mas que poderia estar “querendo sair de vereador e ganhar em cima da tristeza dos outros”. Realmente, muitas pessoas envolvidas com essas funções acabam, quando não saem candidatos, servindo de apoiadores para políticos, aparecendo em fotos com eles, fazendo as vezes de porta-vozes de tal candidato em tal favela. Em alguns casos há mesmo os que participam de esquemas de compra de votos ou tentam produzir debates com a finalidade de fazer as pessoas repensarem suas decisões. Nas múltiplas ocasiões em que alguém começava a fazer um discurso que se assemelhasse a promessas de políticos, outro perguntava: “E aí, fulano/fulana, vai sair de candidato nessas eleições?”. Se estas não estivessem próximas, a resposta geralmente era negativa. Mas quem perguntava raramente acreditava no que ouvia.

Animosidade existia também em relação ao tráfico de drogas, sobre o qual também aconteciam ocasionalmente reclamações, aos sussurros. Para se ter ideia do cuidado que se tomava, fiquei quatro meses sem saber que a facção que comanda o tráfico no Morro do Bumba é o Comando Vermelho. Finalmente descobri, mas apenas quando decidi perguntar em particular diretamente a um amigo. Apesar de alguns traficantes serem muito respeitados e de serem reconhecidos como mediadores de conflitos (quando não juízes e carrascos), era comum que fossem chamados de “vagabundos”, categoria oposta a “trabalhador”.

Há uma variedade muito grande de atitudes em relação ao tráfico — desde

as que o entendem como uma instituição legítima, até as que o odeiam e evitam olhar alguém do “movimento” nos olhos, salvo se este for uma pessoa com quem já se tem uma relação, por exemplo, de parentesco. Mas o que nos interessa nessa parte do trabalho é registrar que não se entende o fato de o tráfico “dar” botijões de gás e remédios, ou pagar churrascos e festas como sendo um ato completamente espontâneo e generoso, sem consequências ou retribuição - mesmo quando é apresentado dessa maneira pelo doador.

Durante uma conversa particular²⁵ com uma pessoa que já fora envolvida com o tráfico, de quem acabei me tornando amigo, falamos sobre o tema. Eu perguntava sobre a relação dos traficantes com a comunidade, se davam as coisas e faziam favores. “Ih, Seiji, eles até fazem isso, mas é tudo safado. É que nem político. Político não dá também cimento, bujão de gás, festa, remédio? Só que faz isso por causa de voto. Com o tráfico é a mesma coisa. Fazem para se firmar em algum lugar”. Frequentemente alguém que procurava ser “gente boa” cumprimentava ou pagava alguma coisa para todos. Foram muitas as vezes em que alguém me puxava para um lado e falava em voz baixa algo como: “Toma cuidado com esse aí, branquinho. Esse aí gosta de levar os outros pro lado ruim”.

Claro que as pessoas agem de maneira bem diversa com relação ao tráfico de drogas e com os políticos. Observei que muitos que recebiam dinheiro para colocar placas de políticos e afixá-las nas proximidades de suas casas, diziam que na hora não votariam no candidato para quem faziam propaganda. Havia outros que abraçavam mesmo o candidato que defendiam e faziam propaganda ativamente para eles.

Com relação ao tráfico, há moradores que, como me disseram várias vezes, “respeitam, mas não se envolvem”, há os que participam uma vez ou outra tomando conta de um ponto de venda, há os que participam ativamente, há aqueles que nem cumprimentam, há os que procuram tirar pessoas do tráfico... Enfim, é muito difícil definir uma posição homogênea da população sobre como deva ser a disposição em relação ao tráfico e à política partidária. É certo, porém, ser impossível viver sem ter contato, mesmo indireto, com estas instituições. Também é muito difícil negar que este contato é sempre problemático. Mesmo os

²⁵ Lembro que não usei entrevistas como método principal de pesquisa de campo, mas conversei em particular com algumas pessoas quando senti que não atrapalharia a aceitação no morro.

mais abertos a ele estão sempre se justificando sobre o porquê desta relação.

O que importa para esta parte do trabalho é que a maior parte dos moradores com quem tive contato reconhece que os presentes do tráfico e dos políticos não são de graça. Uma vez, me encontrava no abrigo do III BI, perto da entrada, e conversava com alguns moradores e visitantes que contavam casos de violência e morte no tráfico de drogas. A certa altura, falavam sobre um traficante que começara em uma posição baixa, “não tinha moral” e era considerado muito abusado. Ele foi conseguindo subir de posições ao matar outros traficantes em disputa por ponto de venda e continuou mantendo posição por meio de violência. Acabou sendo morto por membros de seu próprio grupo, auxiliados por moradores. Em outro caso, um traficante “tocava o terror” em uma favela da região. “Ele matava à toa. O cara não podia ficar devendo um real. Os moradores ficavam com medo dele. O cara era ruim! Ruim mermo”. O outro disse: “É, mas cara assim não dura muito não. Tem que falar com os moradores, fazer amizade”. E seguiram a dar exemplos de traficantes violentos que acabavam sendo mortos ou tirados de sua posição pelos próprios membros do tráfico ou por denúncias de moradores revoltados com a situação. Em suma, isso, bem como outros dados que já foram apresentados ou serão apresentados nesse trabalho, indicam que um traficante se estabelece em uma região não somente por meio do poder das armas e da violência, mas sendo respeitado e respeitando minimamente os moradores.

*

Fui percebendo como a preocupação com o equilíbrio no dar também ocorria nas relações pessoais. Certa vez, fui a uma festa no III BI, pois um amigo disse que eu poderia ir a um aniversário para o qual não havia sido convidado. Aos poucos, as pessoas iam me oferecendo cerveja e eu fazia comentários a partir do pouco que sabia sobre o abrigo. No meio da festa, eu já começava a conhecer algumas das pessoas. Uma dada hora, o aniversariante me abraçou e começou a dizer: “Não sei quem é esse cara, mas gostei dele”. Parecia me mostrar para as pessoas ao fazer isso, como quem me apresentava, mas ao mesmo tempo questionava publicamente a minha presença. Expliquei que conhecia algumas das pessoas dali, que era estudante e morava em Jardim América, no Rio de Janeiro. Ele e vários de seus convidados me receberam muito bem, me ofereciam cerveja e

comida. O aniversariante me deu de beber de seu próprio copo de vinho. Enquanto fazia isso, dizia: “Em comunidade é assim mesmo, não é convidado, mas pode chegar. Daqui a pouco, todo mundo se conhece”. Ele não era morador do abrigo atualmente, mas vivera com uma mulher que residia ali até então.

Quando acabou a cerveja, começaram a fazer algo que chamam de “ratatá”. A cada homem que estava a beber cerveja pediam um valor para irem comprar mais garrafas. Lembro que alguns colocavam notas de R\$5, outros de R\$10, mas nunca muito abaixo nem muito acima dessa faixa. Perguntei: “Quanto eu coloco?”. Responderam-me: “Quanto der, se puder. Põe aí, pra comprar cerveja”. Grato pela recepção e um pouco sem graça de ser intruso em um churrasco para o qual não havia sido convidado, resolvi contribuir com um pouco mais. Tirei uma nota de R\$20 do bolso. “Vou dar um pouco mais já que não fui convidado e tô comendo e bebendo de graça até agora” O homem que estava coletando dinheiro me olhou estranho, como se desconfiasse de algo. Puxou uma nota de R\$10 e tentou me devolver. “É-é que eu queria dar um pouco mais porque não fui convidado”, eu disse meio gaguejando. O homem insistiu: “Não, cara. Toma aí”. Nessa hora, chegou o dono da festa e perguntou: “O que houve aí?”. “Eu queria dar um pouco a mais, não fui convidado e fui bem recebido e tal”, respondi. O outro olhou para o aniversariante como quem esperava uma resposta. “O cara quer dar a mais, deixa ele. Melhor pra gente”, resolveu por fim, rindo da situação.

Na hora, estranhei o porquê de toda essa comoção em torno de eu dar mais dinheiro que os outros. Depois, meu orientador prontamente observou que quem costuma contribuir com mais nessas ocasiões são traficantes, políticos, bicheiros e outras pessoas que se colocam acima das outras ou querem demonstrar seu poder financeiro. De fato, conforme fui observando em outras ocasiões, isso realmente ocorria. Traficantes inclusive exibiam roupas de marca, relógios de ouro (ou que fingiam ser de ouro) e motos caras. Além disso, penso que este estranhamento decorreu também do fato de eu ser pouco conhecido ali, não estar usando nenhuma roupa cara e de ser jovem comparado aos homens que organizavam a festa. Até aquele momento, também, eu estava sendo bem cauteloso e não impunha peso à minha presença, o que me dissociava do jeito mais ousado e descuidado que caracterizava boa parte dos homens dali e também tirava a suspeita de que eu fosse alguém procurando “me mostrar”.

Em outra ocasião, ocorreu uma expectativa de atitude diferente. Por eu ser branco de “mão macia”²⁶, pela minha linguagem e minha expressão corporal, além de vários outros signos, facilmente percebiam que eu dispunha de uma renda provavelmente mais elevada que as de muitos dos que viviam no Morro do Bumba. Nesta altura da pesquisa, eu já tinha percebido muito do que descrevi aqui acerca das relações e dos cuidados em torno do dinheiro e de “se mostrar” como alguém que “tem”. Mas as diferenças apareciam mesmo assim, sobretudo porque eu não mentia quando perguntado²⁷. Para Oswaldo, expliquei sobre minha formação universitária e o que estava fazendo no Morro do Bumba, conforme íamos conversando. Outro bom amigo havia me apresentado a ele com grande alegria e brincadeiras, o que facilitou bastante nossa aproximação.

Depois de um tempo batendo papo, várias cervejas e uma ida à casa de um amigo que morava nas redondezas, Oswaldo resolveu me convidar para ir à sua casa na semana seguinte. Ela ficava em um morro próximo, Martins Torres. Nós nos conhecíamos naquele mesmo dia, mas ele simpatizou comigo. “A gente tá aqui conversando há pouco tempo, mas a gente tá sempre de olho na pessoa, observa a índole dela. Você parece um cara maneiro, tá ligado nas paradas, você subiu comigo ali e... Viu que ali tinha uma coisa estranha²⁸. Você não fica de olho grande, é um cara humilde... Então, por isso que queria te chamar para ir lá em casa. A gente aqui é gente boa e tal, mas não é bobo não. A gente tá falando, na amizade, mas tá sempre observando”.

Pareceu-me que ele estava tentando dissipar a impressão que imaginava que eu tivesse, de que por estar me chamando para a sua casa, ele não fosse uma pessoa observadora e cautelosa. Entre as várias imagens que povoam o senso comum sobre favelas, uma se baseia na ideia de que seus habitantes sejam uma

²⁶ Expressão talvez pouco usual, mas que caracteriza alguém que não faz ou faz muito poucos trabalhos manuais. Característica ligada às classes médias e altas da sociedade.

²⁷ Eu também não contava tudo sobre essas coisas, pois não soaria natural. Na verdade, vestimos personas com tons um pouco variados conforme as ocasiões. Dificilmente agimos exatamente da mesma maneira sozinhos em casa e em nosso trabalho. No trabalho de campo, o antropólogo desenvolve também uma linguagem mista entre o que passou em sua vida, seus hábitos e a situação que encontra em campo. Espero que isso não seja entendido como “ser falso” ou um personagem no mau sentido da palavra. Para mim, bastaria dizer que sinto-me mais à vontade como costume agir, me vestir e falar no Morro do Bumba e no abrigo do que em diversas situações que envolvem a instituição universitária.

²⁸ Quando subimos, passamos por um grupo de traficantes desarmados, aparentemente, que estava em serviço. Eu logo notei, principalmente devido à atitude de temor e respeito que Oswaldo apresentou quando os cumprimentava. Ele parou, fitou-os bem nos olhos e disse *boa tarde* em tom bem formal. Notei também que essa atitude era bem diferente daquela que Oswaldo dispensava aos traficantes que não estavam em serviço.

espécie de “bons selvagens”. Segundo este estereótipo, as pessoas ali estariam intocadas pelas desconfianças e pelos males da civilização e por isso seriam mais receptivas e despreocupadas. O que Oswaldo procurava me mostrar era que sua confiança e sua aposta na amizade, ou sua disposição para correr algum risco, não eram irracionais ou 'bobas'. Percebendo que eu tinha hábitos diferentes, que eu provavelmente não tinha costume de permitir que pessoas que acabara de conhecer entrassem em minha casa, ele procurou esclarecer a situação.

O mesmo talvez deva ser estendido à lógica da dádiva. Não se trata de um dar completo e irrestrito, pelo menos nas situações mais presentes. Há sempre um cálculo mais ou menos rigoroso, um risco aceito ou rejeitado, toda uma dinâmica de distâncias e aproximações que governa o dar. O exemplo de Oswaldo mostra bem outro aspecto da dádiva: deve-se colocar a si mesmo em jogo, até certo ponto; correr um risco para estabelecer uma relação.

Quando aceitei sua oferta, ele me disse repetidamente: “Ó, lá não é nenhum castelo da Zona Sul, mas é meu teto. Tá tudo arrumadinho, mandei lavar roupa de cama procê e fiz uma limpeza”. Além de procurar sondar minhas expectativas, jogar com o que eu esperava, ele também estava mostrando que se esforçou para que eu fosse bem recebido. Fui percebendo que o próprio processo do dar participa da determinação de seu valor, às vezes mais do que a própria ideia de que haja um valor predeterminado por uma dinâmica de escassez/fartura ou de oferta-procura, como muitas vezes nos faz crer um senso comum economicista.

Ao nos reencontrarmos, uma semana depois, primeiramente me perdi. Fiquei horas tentando fazer algum contato com Oswaldo. Quando nos encontramos, ele disse logo: “Ó, a gente preparou minha casa direitinho, tem lençol lavado, tem comida, mas vou avisando que hoje eu tô sem. Me pegou num dia ruim, tô quebrado”. Eu também estava sem dinheiro na hora, mas fomos a um banco. Claro que eu sabia que muitas pessoas não têm conta no banco, mas a reação dele foi estranha para mim. Ele preferiu não entrar, dizendo: “Não, não, pode ir” e abaixou a cabeça. Eu, imaginando que se tratava de ele achar que eu poderia suspeitar que ele iria olhar minha senha ou algo parecido, procurei tranquilizá-lo, mostrando confiança nele. “Não, relaxa, chega ae”. Respondeu-me: “Não, não entro em banco. Nunca entro”.

Ao sairmos, ele me levou para um lugar com música ao vivo e cachaça com preços na margem de R\$10 a dose. Pelo que via, era um misto de não saber

se eu teria vergonha dos lugares a que ele costumava ir com a vontade de provar algo novo, propriamente bancado pelo pesquisador. Como bom pão-duro (sabe o leitor como é: bolsa de mestrado, morando sozinho...), eu fiquei meio dividido e sabia que certamente não poderia bancar uma das bebedeiras homéricas que já havia testemunhado Oswaldo tomar, em um lugar com preços exorbitantes como aqueles. Mas também não queria deixar meu amigo triste.

Ele me deu o cardápio e pediu que eu escolhesse uma cachaça. Olhei para ele com espanto e disse: “Olha! R\$10 uma dose de cachaça! Esse lugar é muito caro!”. Ele falou: “Deixa eu ver?” e ao fazê-lo, chegou a cabeça para trás depressa, como se não acreditasse no que via. “Se quiser, a gente pode tomar uma, mas vou ficar quebrado”, eu disse prontamente. “Não, não, que isso! Esse lugar é muito caro! Vamos embora daqui logo!”. Ele parecia muito indignado e saiu andando rápido. Acabamos bebendo umas cachaças e compartilhando umas cervejas em bares na proximidade da Martins Torres mesmo, com a Caninha da Roça descendo quente por apenas R\$1 a dose.

Apesar de não ter me deixado chateado ou magoado de nenhum jeito, ficou claro para mim que meu amigo procurava se aproveitar um pouco do que ele julgava ser minha condição financeira para ter experiências que normalmente não estão a seu alcance. Como sonho que não apenas acadêmicos lerão este texto, principalmente devo deixar bastante claro que não julguei que Oswaldo tivesse procurado se aproveitar de mim ou que só se tenha aproximado de mim por causa do dinheiro. Para ele, algo que no seu orçamento poderia ser muito pesado poderia ser para uma pessoa de camadas médias o equivalente a uma boa noite de final de semana. Muito generoso ao me receber, apostou que poderia arriscar o que tentou assim como eu arrisquei abusar de sua hospitalidade ao pedir que me apresentasse as pessoas e o lugar onde mora. O tom da relação, os limites que participam dela, a medida do que pode e do que não pode vão sendo regulados pelo próprio andar da interação.

Isto inclui, por exemplo, a muito estudada e trabalhada fronteira entre “nós” e “outros” – entre o que, ou quem, é “próximo” e o que, ou quem, é “distante”. Há, evidentemente, vários padrões que nos sugerem distâncias mais ou menos estabelecidas, tais como classe social, educação, gênero, idade, profissão e parentesco. Estas categorias não são meramente impostas por uma falsa ideia de “sociedade externa ao ser”, elas também produzem nossas próprias concepções e

servem como uma maneira de nos relacionarmos com o mundo.

Conforme fui observando esses e vários outros exemplos, comecei a perceber que facilmente se pode se passar por 'aproveitador' ou por 'otário' quanto ao uso do dinheiro. Um conhecido que frequentava as rodas de futebol começou a ser mal visto depois de ter ficado alguns finais de semana conosco sem comprar qualquer cerveja e constantemente reclamar de que pagava as bebidas em outra roda. Começavam a chamá-lo pelas costas de “cara chato” e a evitá-lo. Ele parecia um pouco obcecado em falar sobre essas questões e em dissipar essa imagem. Uma vez, um amigo aproveitou que eu sai de perto dele, puxou-me e disse: “Até o branquinho [eu] quis sair de perto do cara chato. Vou te contar, hein, branquinho, esse cara só quer saber de ficar na aba da galera. Não vai durar muito tempo aqui não”. Mas é claro que há diferenças entre o 'malandro' de dentro e o de fora. A tolerância é muito maior com alguém que já foi “nascido e criado na área”, como se costuma dizer de alguém que reside desde criança, convivendo com os que também moram lá.

Já outro morador, a quem frequentemente uma mulher da região pedia cigarros e cachaça, me aconselhara a não dar a ela dinheiro nem pagar a ela o que desejava. “Ela tá sempre pedindo aí. Já teve problema com cigarro. Faz cara de choro, fica pedindo, mas não pode dar não”. Segundo outro, é um risco constante o de tornar-se alguém a quem os demais vão sempre pedir as coisas. “Eu tô te dando cerveja, vereador, mas é porque eu sei que você é gente boa, não vai querer se aproveitar. Um dia eu tô sem, você também me dá”, dizia ele. E assim acabou acontecendo outras vezes. Um amigo, com quem eu não tinha os mesmos hábitos, pois costumávamos “botar cerveja na mesa” em porções parecidas no mesmo dia, notou e disse: “Olha, é vereador mesmo, pagando cerveja pra todo mundo, hein?”. Percebendo que estava passando um pouco dos limites, falei na próxima ocasião que eu estava sem e bebemos menos fartamente, mas de maneira mais igualitária.

Enfim, fui percebendo que alguém que dava 'mais' não necessariamente era mais querido e que aquele que dava 'menos' não era automaticamente identificado como aproveitador. É tudo uma questão de manipular as impressões, de saber as doses e as medidas, de saber estabelecer as distâncias e proximidades. Alguém pode ser visto como “patrão”, “vereador”, “traficante”, se coloca demais, mesmo sendo bem recebido quando o faz. Talvez se possa ver a reciprocidade nesses casos como uma arte de estabelecer a medida, de fazer aparecer e de se

jogar com o que se aparenta ser/o que se é – recriando em um nível relacional a escala de valores mais ou menos convencionada pela sociedade.

Nós, que nos habituamos a um mundo em que a medida se dá através da circulação de capital e tende a se reduzir a um equivalente geral como o dinheiro, às vezes esquecemos como as coisas não estão de antemão convencionadas como valendo mais ou menos. Quanto vale um copo d'água? R\$1? Mas não é certo que o mesmo líquido valha a mesma coisa para alguém que se afoga num lago ou para alguém que morre de sede em um deserto. Um copo d'água que é dado por alguém que suplica não vale o mesmo que um copo recebido por alguém que o demanda. O copo d'água recebe um valor diferente se é dado por gentileza ou se é dado com grosseria e por obrigação.

Qualquer pessoa que já esteve em um relacionamento amoroso sabe que um “eu te amo” não vale somente por conta de um sentimento que presumidamente estaria dentro de outra pessoa. Às vezes, até a repetição da frase acaba banalizando-a e perde significado, muitas vezes até mesmo para a pessoa que o diz. Um “eu te amo” não vale o mesmo, dito após uma briga interminável após semanas de separação, que o “eu te amo” que se diz respondendo ao que o outro fala, sem dar muita atenção ao que diz.

Claro que se percebe que alguns podem oferecer mais na divisão das bebidas, outros podem consertar equipamentos eletrônicos; uns sempre dão uma ajuda na hora de conseguir remédios; uns cuidam das crianças mais vezes — enfim, uma multidão de diferenças. Dificilmente existe uma equivalência como a que se estabelece numa relação de emprestar dinheiro para um amigo. Do tipo eu empresto R\$5, depois você me paga R\$5. Não existe uma única medida certa, mesmo se há fortes sugestões a partir da disponibilidade de algo enquanto recurso ou a partir da valoração mais ou menos generalizada que o simbolismo da sociedade propõe. Grande parte da importância da dívida está também em regular em seus diferentes graus e qualidades as distâncias e proximidades entre “nós” e “eles”, entre quem é “de dentro”, quem é “de fora”.

*

Como se tornou comum nas narrativas de etnólogos, o momento inicial da pesquisa é geralmente marcado por uma distância entre o pesquisador e os sujeitos do povo que se pretende estudar. Frequentemente ele é associado a figuras de fora da aldeia: da administração do Estado, algum missionário ou agente de saúde. Se

tudo correr bem, vai se estabelecendo um contato maior e o pesquisador começa a ter sua presença aceita em situações do cotidiano.

Em maior ou menor grau, com suas diferenças, o mesmo acontece com qualquer pessoa que é introduzida em um novo grupo de amigos ou começa a frequentar um 'pedaço'²⁹ aonde antes nunca tinha ido. Claro que a presença de quem jogue futebol no mesmo campo que os locais, goste de rock e se vista de acordo com os mesmos padrões em um show, é muito menos produtora de suspeitas do que a de um pesquisador marcadamente diferente das pessoas da localidade. As perguntas normalmente feitas e a maneira de se aproximar são geralmente muito diferentes também. Mas há um processo parecido no sentido em que a pessoa frequentemente está sendo observada para checar se se adequa ou não ao local. Sondam-se suas intenções (no caso do Bumba, se ela é potencialmente informante da polícia, agente de político...) e ela passa por diferentes graus de aceitação e de localização no campo social.

A associação com a categoria “nascido e criado no Bumba” era algo francamente inacessível para a maioria das pessoas, mesmo as que frequentam o Bumba há anos. Lembro de um caso em que questionavam se uma pessoa teria “cacife” para representar os desabrigados em certas questões, pois só morava lá havia cerca de oito anos. Já outras, como quando diziam “o branquinho aqui é nosso”, ou quando alguém me adotava como “sobrinho”, ou em um caso em que a relação foi mais carinhosa, como “filho”, foram acessíveis até para mim. Daí passei a ser conhecido também como “sobrinho” ou “filho” de um ou de outro. Isso foi algo estranho e engraçado para mim, pois eu sentia a obrigação de explicar que era “sobrinho de consideração” ou que, embora não fosse sobrinho de verdade, pela amizade acabava sendo. Toda vez que tentava explicar esta diferença, minha conjectura virava motivo de riso ou simplesmente era ignorada.

As fronteiras entre os diferentes graus de nós/eles ou dentro/fora variam conforme as situações. Para alguns assuntos, como uso de drogas, criavam divisões internas que poderiam fazer com que algumas pessoas se sentissem muito mais próximas de alguém que, de outro ponto de vista, poderia ser considerado como “de fora”. Por esta lógica, não tenho dúvidas de que várias pessoas que me

²⁹ Convenientemente similar à gíria utilizada no cotidiano carioca, pedaço se refere a um local que é frequentado por grupos de pessoas que acabam tendo códigos em comum. Território que faz marcações entre quem é e quem não é do pedaço, quem é visitante, quem já é do local, quem é intruso, entre outras classificações (MAGNANI, 2002).

tratavam de maneira familiar facilmente teriam podido me considerar alguém de 'fora' se, por exemplo, eu tivesse problemas com o tráfico de drogas.

A tolerância com certas atitudes varia conforme o grau de aceitação de uma pessoa no local. Anotei em meus apontamentos as inúmeras vezes em que os moradores comentavam sobre alguém que era “abusado” e que “se não fosse cria aqui do morro, já tinha rodado há muito tempo”. Foi o que numa dada vez ouvi a respeito de alguém que sempre tentava “passar a perna” nos outros, aplicando pequenos golpes. Numa das minhas primeiras visitas ao morro, observei que as pessoas ficaram impressionadas com o sumiço de um objeto que um morador havia deixado no campo. “Só tinha gente daqui mesmo e todo mundo sabia que a camisa era sua, Fulano”, um disse. Fulano respondeu: “É, ainda vai aparecer, vai ver só. Quem é daqui não faz isso não. Se fosse com alguém de fora, eu até entendia, mas sendo de alguém daqui mesmo? Não vou dizer que é certo pegarem de alguém que não conhece, mas alguém daqui é pior mesmo”.

Noutro dia, me contaram uma história, a de um morador do local, considera “vagabundo”³⁰, que tentou furtar um objeto da casa de uma mulher que residia no morro. O homem que me contava a história, vamos chamá-lo de Sicrano, passava por ali na hora e chamou a atenção do sujeito. Segundo o narrador, a senhora morava há muitos anos no morro e era enfermeira, sempre preocupada em conseguir brinquedos para as crianças no natal e em ajudar os outros a conseguir remédios e o que mais precisassem. “Ele me olhou cheio de raiva e disse que se ele não levasse, daqui a pouco outro levava. Mas não deixei ele levar”, explicou-me. “Se os “vagabundos” ficassem sabendo, iam executar o cara na hora. Esse tipo de coisa não se tolera feito com alguém daqui. Principalmente ela, que é uma mulher boa à beça”.

Na sequência, o homem que tentou furtar resolveu contratar os serviços de um assassino de aluguel para se vingar do meu amigo. Falou com um homem que acabara de sair da prisão e que não conhecia muito bem seu alvo. Até acertaram o preço. Por sorte, o ex-detento conhecera o narrador alguns dias antes e tinha se afeiçoado. O caso se deu pouco depois dos desabamentos no Morro. O recém-liberto precisava de uma gaiola de passarinho para cuidar de seus novos animais de estimação e ouvira falar que Beltrano tinha algumas em sua casa, que estava

³⁰ Traficantes.

condenada embora ainda de pé. “Pode ir lá. Tem uma gaiola sobrando que tá em cima do sofá”, disse Beltrano. O ex-detento ficou muito agradecido e surpreso pela generosidade de alguém que conhecia apenas pela referência de um amigo. Quando aceitou o serviço, não sabia de quem se tratava. Quando encontrou com seu alvo, ouviu a história e se negou a dar cabo de Beltrano. Em vez disso, ao saber que o mandante queria furtar alguém querido na “comunidade”, quis matar o homem que o contratara.

“Mas aí não deixei ele. O cara tava revoltado, dizia: ‘Como o cara vai querer matar alguém bom assim e roubar alguém da comunidade?’”. Acabou que ninguém morreu, mas o sujeito que ia me matar deixou o outro avisado que ele tinha que andar na linha”, disse-me Beltrano. “A gente quando é respeitado e chega junto na área, até os caras que estão errados reconhecem e respeitam”. Beltrano não era “nascido e criado”, mas casara com uma mulher que era antiga na área e acabou ganhando respeito por ajudar e organizar as pessoas após os desabamentos.

É importante entender a ligação entre a moral e a aceitação de que se goza em um local. Pode ser importante para compreender por que algumas pessoas que desrespeitam leis impostas pelo governo e pela polícia podem facilmente até mesmo arriscar a própria vida em virtude de reconhecimento e respeito pelos códigos morais da localidade. Quando comecei a frequentar o morro, facilmente poderia ter sido assaltado (inclusive, cometi o erro de ir de mochila nas primeiras vezes e isto transmitia a ideia de que eu poderia ter algo de valor). O que garantiu minha segurança foi a associação da minha pessoa com outras que detinham respeito no morro; não uma autoridade armada ou o medo de represálias. Isso chegou a um ponto tal que meus amigos consideravam seguro que eu circulasse sozinho pelo morro nos vários horários.

Num dado dia, uma mulher me contava uma história sobre o convívio com o tráfico de drogas. Ela estava em casa quando de repente apareceu um “garoto” armado em frente à mesma, correndo. “Tia, tia, me esconde!”, ele pediu. “Olha, você pode entrar, mas essa arma fica do lado de fora. Cê tá com droga?”. “Pô tia, onde vou deixar? Deixa eu entrar aí, vão me pegar!”. “Você pode entrar, mas a arma e a droga ficam do lado de fora. Quando você sair, você leva”. O rapaz se escondeu na casa dela, fugindo da polícia. Ele era de outro morro. Entrando, ele logo pediu: “Pô, tia tô suadão, deixa eu tomar um banho aí?”. “Tá bom, mas anda

logo”. Saindo, com a toalha. “Não tem como arrumar uma roupa aí?”. Ela traz algumas, ele coloca. Olhando um pouco para os lados, arrisca: “Não tem de marca não?”. “Vem cá, cê não acha que tá muito abusado não? Vem aqui em casa, pede pra eu te esconder da polícia, pede pra tomar banho e roupa emprestada. E ainda quer que seja de marca?”. O garoto se calou.

As horas foram passando e ela começou a ficar perturbada, pois o garoto não ia embora. Com um pouco de medo de falar diretamente com ele, ela chegou discretamente para um membro do tráfico de drogas local. “Ei, vem cá”. Ele se chegou ao portão. “Tem um garoto escondido da polícia aqui”. “Tia, quer que apague ele?”, respondeu o traficante. “Não, não, só quero que ele saia daqui. Não machuca ele”. “Tá bom, pode deixar”. Os bandidos entraram na casa dela e ordenaram que o garoto saísse, deram-lhe cobertura para escapar pela parte de trás do morro, evitando os policiais.

Este se soma a diversos outros exemplos que ilustram que as relações dos moradores de favelas entre si, bem como entre estes e o tráfico, não se resumem a algo governado pela violência. Pelo contrário, são fortemente permeadas por dimensões simbólicas e morais. Entretanto, isto não significa dizer que um ou outro detenha o poder, isto é, que *ou* os moradores *ou* os traficantes sejam os verdadeiros comandantes do local. Há uma ordem simbólica, na maioria das vezes respeitada por todos, e esta passa por cima dos interesses individuais.

*

Em *A invenção da favela*, Lícia do Prado Valladares (2005) lista algumas “imagens feitas” com as quais as pesquisas sobre favelas teriam de lidar antes de chegar a conclusões sólidas. Entre elas encontra-se a ideia de que favelas seriam espécies de comunidades originárias em que predomina a solidariedade gratuita, mesmo com estranhos. Esse algo, parecido com uma “pureza originária”, estaria sendo ameaçado pelo tráfico de drogas e pelas falhas do Estado. Quando eu fazia a pesquisa, comentava com pessoas que não conheciam muito favelas sobre o tema de seu trabalho e frequentemente ouvia exclamações exaltando o estilo de vida mais bonachão e receptivo nas favelas. Outras, sem a mesma boa vontade ou ufanismo, reclamavam: “Esse povinho não quer saber de trabalhar” ou “tem muita gente boa, mas tem muitos que só querem se aproveitar dos outros”.

As observações sobre a dádiva nos dão instrumentos seguros para repensar esses preconceitos. A generosidade das pessoas não significa imediatamente que já

se tenha estabelecido entre as pessoas uma relação mais próxima ou que se esteja dando por uma espécie de 'pura bondade'. Em muitos exemplos que apresentei, torna-se nitidamente claro aquilo que Mauss apontou em seu “Ensaio sobre a Dádiva”: que o dar forma uma obrigação de reciprocidade para além da mera utilidade, algo como uma aliança afetiva, mais que um contrato de divisão de ganhos e custos. Para Mauss a dádiva é ao mesmo tempo obrigatória e espontânea, interessada e desinteressada, confiante e desconfiada.

Quando comecei a frequentar o abrigo do III BI, passei por uma situação que expressa bem esses paradoxos e a consciência que muitas pessoas têm desse princípio. Era um dia em que ocorria uma festa, um chá de bebê em comemoração à proximidade do nascimento do filho de Violeta, uma amiga que tenho no BI. Como, na concepção das pessoas do local, eu morava muito longe, ofereceram-me abrigo em um lugar nas redondezas. O amigo, que já me ajudara muito a conhecer o ambiente ou, como dizia, “chegar ali na comunidade”, sentia-se na necessidade de justificar por que me oferecia ajuda novamente: “Pô, só pra você entender. Não é que sou bonzinho, não. Assim como você hoje tá passando por uma situação desse jeito, daqui a pouco sou eu que vou estar na sua área e você que vai me oferecer abrigo. E assim vai, cada um ajudando o outro”. Naquele dia eu precisava resolver alguns problemas no Rio e acabei não aceitando a proposta. Ele pareceu levemente ofendido com minha resposta, como se fosse uma desculpa para evitar falar de outro receio. “Pô, só vivo lá eu e meu filho, é tranquilo. Não tem nada demais a casa, é simples, mas é direita”.

Rejeitar algo que se oferece dessa maneira muitas vezes acaba sendo muito ambíguo, um afastamento da amizade que se procura homenagear com o oferecimento. Até fatos simples, como quando me ofereceram de ir ao banheiro na casa de um conhecido. Estabeleceu-se o seguinte diálogo:

-“Não, num precisa não”.

-“Vai lá, depois vai ficar com vontade”.

-“Ah, mas se depois der vou lá no bar da esquina”.

-“Pô, se você não usar vou ficar ofendido. O banheiro tá direitinho, vai lá”.

Claro que isso também tem muito a ver com diferença entre classes sociais e com o tipo de expectativa que se cria quanto às diferenças (que se refletem na

hierarquia, sem dúvida) de concepções de limpeza e com a associação que se faz de pobreza com sujidade. Mas certamente demonstra também uma consciência sobre o ato de dar, que no cotidiano talvez tenhamos dificuldades de expressar em palavras. Dar nestes contextos não é somente uma espécie de negação do princípio de equivalência estabelecido pelo mercado, troca comercial: “dez balas, um real”. Não é somente colocar o gratuito e o altruísmo onde geralmente há a negociação egoísta; não é simplesmente observar a bondade onde há uma tendência de predominar o cálculo de como se beneficiar de uma situação. Dar envolve, claro, um risco e uma confiança; mas também a expectativa-obrigação de reciprocidade de onde se espera que derive aliança.

Este tipo de relação de dádiva poderia ser classificado como reciprocidade generalizada, segundo os modelos criados por Marshall Sahlins em *Stone age economics*. No artigo “On the Sociology of Primitive Exchange”, ele afirma “O aspecto material da transação é reprimido pelo seu lado social: a avaliação das dívidas que vigoram não pode ser ressaltada e é geralmente deixada fora de um registro rigoroso” ³¹ [tradução minha] (1972;194). Evidentemente, apesar de se aproximar do que costumamos caracterizar como altruísta, é necessário notar que não se trata de uma relação livre de obrigações: não se cria uma dívida efetiva, mas uma expectativa-obrigação de generosidade.

No “Ensaio sobre a dádiva” Marcel Mauss usa exemplos de práticas estudadas por antropólogos como Franz Boas e Malinowski para pensar o dom como “fato social total”. Ou seja, uma espécie de relação na qual se encontram presentes diversas dimensões da vida, não um ritual ou mito isolado e especializado, mas um ato simultaneamente social, político, jurídico, econômico... Mauss opõe a lógica da dádiva à do utilitarismo, do domínio do interesse particular nas relações sociais, que começou a ganhar crédito nas ciências sociais na medida em que foram triunfando os modelos explicativos de inspiração funcionalista. Aliás, o utilitarismo também prevalece nas explicações do senso comum sobre nossas ações cotidianas, quando esta tenta tomar ares sociológicos.

Segundo Mauss, o domínio do interesse ³² individual como natural é uma invenção relativamente recente:

³¹ “The material side of the transaction is repressed by the social: reckoning of debts outstanding cannot be overt and is typically left out of account”

³² A própria palavra “interesse”, segundo o texto, seria recente e de origem no vocabulário da contabilidade.

Nas morais antigas mais epicurianas, é o bem e o prazer que se busca, e não a utilidade material. Foi preciso a vitória do racionalismo e do mercantilismo para que entrassem em vigor, e fossem elevadas à altura de princípios, as noções de lucro e de indivíduo. Pode-se quase datar – depois de Mandeville (*Fábula das abelhas*) – o triunfo da noção de interesse individual. Só com muita dificuldade e por perífrase é possível traduzir essas últimas palavras em latim, em grego ou em árabe. (2003 ;306-307)

Deve-se esclarecer que Mauss está falando muito mais propriamente de um interesse econômico, ligado à utilidade material. Suas observações referem-se muito mais a uma crítica às visões sociológicas que encenam o primado da acumulação de bens como objetivo último ou sentido verdadeiro das relações sociais. Ele não se refere a uma pureza ou altruísmo natural. De fato, em muitos dos exemplos utilizados no “Ensaio sobre a dádiva”, o gasto a que ele se refere é principalmente ligado à manutenção de uma posição ou status social, pautando seu reconhecimento pela sociedade (atividade do *Kula* na Melanésia, práticas entre as castas na Índia, etc.).

Também é necessário mostrar que Mauss não se refere a um corte definitivo na história, em que as relações passariam a ser sempre dadas pela lógica da troca econômica utilitarista. Ele aponta, por exemplo, como a dádiva sem retribuição ainda é vista como algo que “torna inferior quem a aceitou” (2003;294); mostra como ocorre o gasto imoderado em festas, mesmo em contextos econômicos precários. Igualmente, registra a presença de mercados e moeda em sociedades que não valorizam o ganho econômico tanto quanto a nossa.

Talvez uma maneira mais vigorosa de descrever o que se passou esteja na proposta de Karl Polanyi em *A grande transformação*. Levando em conta a observação de etnógrafos como Malinowski e o próprio Mauss, o autor chega à conclusão de que a “doutrina economicista”, que decreta a primazia da dimensão econômica em todas as sociedades, não era exata. Ele parte de evidências etnográficas como rituais de oferendas de alimentos aos mortos, festas em que se consomem com fartura e 'desperdício' (do ponto de vista economicista) dos recursos, hábitos de dispêndio e desprezo em relação à acumulação produtiva, entre outras.

O processo da grande transformação de que fala Polanyi não vem se dando de maneira uniforme entre os diversos países do Ocidente e nem entre as diferentes classes sociais de cada nação. No Brasil, por exemplo, dependendo do

meio social, existe uma dificuldade muito grande de se aceitar uma inteira separação entre as esferas do trabalho ou da economia e a da vida pessoal, como recomenda o ditado “Amigos, amigos, negócios à parte”.

Há uma tendência crescente, mas nunca plenamente realizada, a se pensar que a solidariedade que viabiliza algo como as “condições de vida”, o “sustento” - aquilo que é concebido como o mínimo para se viver - deve ser de ordem mecânica (ou contratual, interessada e obrigatória). No imaginário economicista, não se pensa, por exemplo, que alguém que sirva comida ou que venda artigos alimentícios na rua esteja dando ou prestando algum favor a quem compra. Não há expectativa de que se gere algum vínculo que ultrapasse a relação de troca quando alguém vai a uma lanchonete comprar um hambúrguer. Embora a prática muitas vezes contradiga este pressuposto.

Lembro, em um contexto externo ao da pesquisa, de um amigo espanhol que vinha ao Brasil pela primeira vez. Era frequente que reclamasse comigo que algumas pessoas que trabalhavam ensacolando mercadorias no supermercado muitas vezes ficassem conversando. Reclamava também que os garçons atendiam de mau-humor ou quando faziam alguma graça. Mas nunca o vi tão surpreso quanto em um dia em que me contou, achando muito estranho e engraçado, que uma atendente de lanchonete pedira seu telefone, para sair algum dia. Eu, muito acostumado a esse tipo de atitude, perguntei: “E aí, você deu?”. Ele franziu um pouco os olhos e respondeu: “Não! Claro que não”. Em outro dia, uma amiga francesa estranhou quando um policial que ajudava a resolver um caso criminal, convidou-a para almoçar.

Por contraste, essa concepção que vem ganhando espaço no Ocidente espera que as relações pessoais sejam livres de interesse econômico, idealmente (embora, de novo, a prática esteja em constante contradição). Espera-se, ao menos nas classes médias, que homens e mulheres numa relação conjugal tenham cada um seu trabalho e seu dinheiro. Os filhos não podem viver livremente enquanto não conquistem “independência financeira” ou enquanto os pais “paguem as contas”, pois se trata de uma situação fora do ideal. Poucas situações são consideradas mais constrangedoras do que ser chefe ou trabalhar para um amigo ou parente. É sempre um terreno espinhoso tratar de negócios com um amigo, sendo esta matéria muitas vezes razão de afastamentos irremediáveis.

No Morro do Bumba, a vida social é indissociável da econômica, em

vários aspectos. O primeiro é porque há dependência de uns em relação aos outros para obtenção de bens considerados necessários para a vida. Entre vários exemplos, observei pessoas dando móveis, carrinhos de bebê, remédios, botijões de gás, cerveja, cigarros, pescados, consertos de eletrodomésticos, ajuda na construção de casas... Enfim, era frequente e, para grande parte das pessoas, até mesmo indispensável, dar e receber favores e bens. Muitas vezes isso envolvia também o Estado e o tráfico, mas sem o mesmo teor de aliança que acabava se formando entre os moradores.

No abrigo do III BI, durante uma de minhas visitas, eu tomava café com alguns dos moradores, quando notei um visitante que vinha ver seu irmão. Tendo perdido parentes no desabamento, não havia ninguém para ficar com seu irmão que, como dito por ele, “tinha necessidades especiais”. Conforme pudesse, vinha visitá-lo, mas como seu trabalho exigia que ele viajasse constantemente, nem sempre conseguia estar presente. Ele estava conversando com uma das pessoas que havia me oferecido café e pão (patrocinados pelo Estado e servidos numa espécie de refeitório/churrasqueira comum):

- “É difícil, fico preocupado com meu irmão, de deixar ele aqui sozinho...”.
- “Pois é, a gente fica de olho nele. Como ele não anda, fica muito sozinho, mas a gente passa, vai falar com ele, leva comida. Ó, tinha dia que ele tava comendo só arroz com feijão da comida do refeitório. Mas agora a gente leva ele cedo lá pra comer direito”.
- “Pô, brigado mesmo. É difícil ter alguém pra ficar aqui com ele. A gente tem outros irmãos, mas que não ligam pra ele. Acaba que tem gente que nem é parente, mas que a gente acaba contando mais mesmo. Não tem laço de sangue, mas acaba sendo da família”.
- “Comunidade é assim. Um dia eu te ajudo, outro dia sou eu que tô necessitado”.

A conversa continuou sobre vários outros assuntos, incluindo a dificuldade de conseguir tirar o auxílio do aluguel social, prestado pelo Estado, mas logo o visitante foi ver seu irmão. Aparentemente, ele conhecia meus anfitriões de algumas outras conversas, mas não parecia ser um velho amigo. Não pude observar em outras ocasiões como andava o tal irmão ou se ele estava sendo cuidado. Mas o fato de que ele tenha minimamente acreditado que sim é bastante

significativo.

Em outro dia, alguém que fazia consertos em eletrônicos me explicou como agia quando tinha que prestar serviços para alguém da comunidade³³, assunto que ouvi em diversas ocasiões, de pessoas de diferentes profissões. Ele me disse que se fosse alguém de Icarai³⁴, “cara que tem grana”, cobrava um valor tal. Se fosse alguém da comunidade, ele cobrava “uns R\$15, R\$10”, quando “não deixava por isso mesmo”. Uma vez consertou um rádio muito antigo, que deu mais trabalho e custou mais para arranjar as peças do que ganharia de lucro. Mas ele o fez para uma pessoa de quem gostava muito e com quem frequentemente conversava.

Ao chegar ao bar onde fulano trabalhava, deixou o rádio em cima de uma mesa, fazendo questão de mostrar que este estava funcionando.

-“E aí, Sicrano, quanto fica?”, perguntou o 'cliente'.

- “Não, tá tranquilo. Bota uma cerveja e tá tudo bem”.

- “Não, não, fala aí”.

-“Não, tá tranquilo. Eu tava até falando com o Seijo, esse rádio hoje em dia quase não fazem mais, fiz mais por prazer mesmo. Pode ficar tranquilo. Você também tá sempre quebrando um galho”.

Acabamos tomando uma cerveja ali mesmo, conversando com o dono do bar e sua esposa.

Na casa de um amigo de um morro próximo ao Bumba, preocupado em me convencer de que sua vida era digna, que eu não achasse que lhe faltava qualquer coisa, disse-me: “Aqui não é nenhum castelo da Zona Sul, mas...”. Boa parte dos móveis da casa, incluindo a cama, colchões, televisão, armários, escrivaninhas e cadeiras, eram consertos ou improvisos feitos a partir de algo que uma pessoa iria jogar fora, mas achou melhor dar para ele. Alguns móveis lhes foram dados em troca de algum serviço que ele prestou. “Em comunidade é isso aí”, sempre me

³³ Vale dizer que este termo é impreciso e variante no Bumba. O leitor deve ter, até este ponto, a impressão de que se trata de alguém que foi aceito no Morro. Mas frequentemente, a categoria é usada para falar de pessoas conhecidas por muitos de lá, embora fossem de outra favela. Também era usada para se referir a pessoas que já se mudaram há muito tempo, mas não perderam completamente o contato. Até eu, que moro no Rio de Janeiro, fui algumas poucas vezes incluído no termo.

³⁴ Bairro de Niterói.

dizia: “Um ajuda o outro”.

Em uma das manifestações políticas que ocorreram por conta dos desabamentos, ouvi uma das ex-moradoras conversando baixo antes do início da reunião: “O doutor fulano (político de esquerda muito famoso, conhecido por intervir junto ao Estado pelo Bumba) ajuda muito, chega junto... mas só dá pra contar até certo ponto, né? Ele nunca ofereceu de os desabrigados ficarem na casa dele nem bota a cara mesmo...”. Na hora fiquei muito surpreso. Nunca havia pensado na possibilidade de um político fazer algo assim.

Outro conhecido, que tentava montar uma vendinha de cervejas, acabava sempre se rendendo à tentação da festa. Em várias ocasiões, quando alguém fazia um churrasco próximo à sua casa ou mesmo nela, falava: “Ó, os primeiros três engradados são por conta da casa!”. Em outras ocasiões, procurava agradar e receber bem as pessoas, dando-lhes uma cerveja. Algumas vezes até mesmo eu acabei recebendo uma. Recordo que na primeira vez, passei em sua casa para dar um oi e perguntar se iria ao campo de futebol. Ele me olhou do lado de fora e falou: “Peraí! Ó, ocê quer uma cerveja?”. “Pô, não sei”. “Bebe aí!”. “Tá bom”. Quando ele chegou com a cerveja, achei que estava tentando me vender. Falei: “Quanto que é?”. “Ó, aqui não tem isso não. Guarda isso aí”, disse apontando para minha carteira. “Outro dia cê me dá uma”.

Algumas vezes comentavam comigo que ele nunca conseguiria ter a vendinha. “Ele tem coração muito bom, acaba dando pras pessoas, fazendo festa. Nunca vai conseguir fazer uma vendinha mesmo. Aquilo dali é mais pra complementar mesmo a renda dele, faz trabalho de pedreiro, outras coisas”. O próprio também comentava: “Chego e falo, vou botar três engradados e depois cês pagam o resto. Depois ninguém quer botar”.

Evidentemente, neste assunto há uma grande diversidade de atitudes. Duas pessoas de fato comandam bares no alto do Morro do Bumba e conseguem cobrar e vender de maneira um pouco mais parecida com o que se concebe como modelo de negócios. Mesmo assim, um dia comentavam comigo, à voz baixa: “Fulana do bar tal dá muito mole. Se fosse eu, botava uns biscoitos pra vender, guaraná, gelo, comida, um monte de coisa. O pessoal daqui comprava, não comprava não? Mas não, só quer saber de vender cerveja e refrigerante... Esse pessoal daqui não sabe ganhar dinheiro”. Vale dizer que meu interlocutor também mora no Bumba.

Como talvez seja regra geral, a imagem que procuravam me passar ou

mesmo que viam como a ideal para si mesmos não dava conta de tudo o que acontecia. Por exemplo, uma pessoa que fazia serviços me disse, quando alguém o cumprimentou na rua e fez comentários que foram considerados “jogar conversa fora”: “Cê tá vendo, Seijo. Essa daí não falou nada com nada porque tá querendo que depois eu vá lá ver tal coisa na casa dela e não quer que eu cobre. Comunidade tem que tomar cuidado. O pessoal daqui é legal, mas ó, tem que abrir o olho”.

Muitos outros elementos mostram diferença entre a concepção ideal da comunidade e uma dimensão mais complexa que se dá nas práticas. A presença do tráfico e seus sistemas de punição, os políticos e os favores que são prestados em dinheiro, pessoas frequentemente tentando tirar proveito das outras... Um dos exemplos mais claros é a questão do aluguel social. Mesmo o governo tendo oferecido apenas um número limitado de benefícios, frequentemente ouvi histórias de que pessoas receberiam o dinheiro sem ter perdido casa alguma ou parentes. Há até pessoas que até admitem abertamente o fato. Como consequência, outros sem moradia deixam de ganhar o ressarcimento.

Um exemplo muito óbvio é o poder do tráfico, que parece ser extraído em grande medida do status que se consegue por meio de roupas de marca (ou pelo menos que pareçam de marca), cordões de ouro, motos... Em grande parte este poder expressa a vontade de se destacar do restante da comunidade, ao implicar símbolos que os rendimentos dos moradores do Bumba normalmente não permitem obter. Não sou capaz de discernir se vem da mídia ou da convivência cotidiana, mas muitas vezes esses símbolos dão muita visibilidade e fazem algumas pessoas “aparecerem” nas favelas.

E em algumas oportunidades eu apareci com um chinelo em que estava escrito “Mormai”. Algumas pessoas comentaram, falando que era “maneiro”³⁵. O fato também de que muitos dos mais novos usavam roupas de marca ou celulares “*smartphone*” em um contexto em que boa parte ganhava um salário mínimo ou menos, mostra a importância desses símbolos. Trata-se de algo marcante e que deve ser observado com atenção, pois o Morro do Bumba é uma favela relativamente mais ruralizada do que, digamos, uma Rocinha ou uma Cidade de Deus.

³⁵ Evidente descuido meu. Eu procurava ao máximo não chamar muita atenção para mim durante a pesquisa, por isso nunca usava roupas “de marca”.

De maneira nenhuma, porém, pretendo dizer que a dimensão ideal do que seria comunidade é uma espécie de sonho nunca realizado, enquanto o que se passa na realidade é um “mundo-cão”. As histórias que contei acerca da cooperação entre as pessoas e de como suas vidas dependem umas das outras são apenas umas poucas ilustrações dentre as muitas que vi e ouvi. Durante os desabamentos, não foram poucos os que, não tendo perdido suas casas, receberam os que não tinham teto por vários meses³⁶. Frequentemente, alimentos e bebidas eram compartilhados com quem “estava sem” (dinheiro) no dia, mesmo se não fosse alguém considerado um grande amigo.

A dimensão idealizada não é mera fantasia no sentido de ser frívola e descolada da realidade. É uma referência constante, um parâmetro de atribuição de sentido, mesmo nos momentos em que é infringida. Frequentemente, ouvia sujeitos que eram marcados como vagabundos ou malandros dizendo de si mesmos que eram “vasos ruins” ou que essa era a vida 'ruim', ou mesmo que “não estavam certos, mas também não estavam errados”. Quando alguém falhava em pagar uma dívida com o tráfico de drogas, o infrator tinha mais chances de ser perdoado ou de receber um prazo maior caso fosse alguém “da comunidade”.

Além disso, em momentos de crise ou de necessidade, era comum que essa dimensão viesse mais à tona do que no cotidiano rotineiro. Uma história contada com frequência e por várias pessoas envolvia o dia em que o morro desabou. A primeira pessoa a me falar disso, cuja versão acabou me marcando de maneira mais forte foi Inácio³⁷. Ele narrou que no dia do desabamento se encontrava próximo à ladeira do Bumba (não muito distante de onde ocorreu a queda, mas em local fora de perigo) quando ouviu um barulho que parecia o de uma folha seca se partindo, mas muito mais alto. Ele correu para ver o que aconteceu e logo foi ajudar. Inácio, como quase todos da favela, sempre ressaltou que até quem era considerado explorador ou envolvido com o tráfico e considerado “ruim” foi retirar os escombros e tentar ajudar as pessoas.

Mesmo quando os bombeiros finalmente chegaram, muitos continuaram

³⁶ Durante os desabamentos, um pastor recebeu várias famílias em sua casa. Infelizmente, muitos acabaram falecendo quando um deslizamento subsequente derrubou também esta moradia.

³⁷ Inácio era uma das pessoas que mais me chamavam a atenção para tomar cuidado com tal vagabundo ou com tal pessoa que “leva as outras pro mau caminho”. Foi o principal responsável por minha introdução ao morro e uma das pessoas por quem eu mais criei amizade. Muitas das teorias aqui rascunhadas apresentam grande influência dele. Muitas vezes conversei com ele sobre elas e recebi críticas e elogios.

lá. Um caso que o marcou muito foi o de um policial, que pedia “arrego”³⁸ e que ele considerava corrupto, mas decidiu participar dos esforços para retirar as pessoas de suas casas. “Era para ele estar lá, em cima do morro, quando tudo desabou. Mas aconteceu de ele deixar um remédio que precisava tomar em sua casa e voltou lá para buscar, o que acabou o atrasando um pouco. Quando ele chegou no Bumba e viu aquilo tudo no chão, aquela lama toda, só conseguia falar “era pra eu estar lá, era pra eu estar lá”. Acabou ficando com os outros até de noite retirando os escombros.

Segundo os relatos, durante a noite, os bombeiros pararam os trabalhos porque não teriam equipamentos adequados para trabalhar nestas condições. “Eu cheguei para ele alguns dias depois e disse. Vem cá, eu fui do exército. Sei muito bem que, se você chegar no batalhão e mandar descer equipamento pra cavar de noite, eles mandam na hora”. O comandante, segundo Inácio, teria admitido: “Não, o senhor tem razão”. Para Inácio ele estaria com medo de que ocorresse novo desabamento que ameaçaria sua equipe e a ele mesmo. Inácio disse que entendia, mas que não faria o mesmo. Os bombeiros pararam, mas mesmo assim, ainda que sem ajuda, muitos moradores continuaram os trabalhos. Comentou: “Sabe, isso é bonito: policial corrupto, ladrão, vagabundo, senhor de idade, garoto novo, todo mundo se uniu na hora que desabou”.

As divisões de um grupo social, quando diante de uma situação que o ameaça ou que se situa nos seus limites (aquilo que Turner chamava de “situações liminares”), podem se afrouxar e a dimensão de união, ou conjuntiva, tende a se fortalecer. Diante de uma ameaça externa que pode acabar com o grupo ou diante de uma situação de limite (não só no sentido de ameaça), há tendência a recorrer à concepção de uma comunidade ideal.

Deve-se entender, porém, que esta não é uma situação permanente. No caso do Morro do Bumba, as divisões após os desabamentos se restabeleceram em maior ou menor grau, mas também várias consequências do acontecimento criaram novas questões. Por exemplo, o local passou a ser um dos principais temas da eleição municipal que se deu no ano seguinte ao do desabamento. Nota-se o aparecimento de algumas organizações não-governamentais na área, bem como a presença ostensiva de pequenas ou médias festas organizadas por

³⁸ Nome dado ao suborno recebido por policiais para garantir o bom funcionamento do tráfico de drogas.

políticos. Presenciei, por exemplo, a vinda do carro de uma empresa de música, patrocinando a campanha de uma candidata. Um partido de esquerda veio filmar próximo ao campo de futebol. Algumas festas de candidatos a vereador aconteceram. Também ocorreu uma divisão entre três grupos no que concerne a atitudes em relação à política partidária: dois apoiavam políticos diferentes e terceiro grupo não dava muita importância para a eleição ou não a reconhecia como legítima. Enfim, depois de momentos de agregação, as divisões se reconstróem, com novas tensões entrando em cena.

*

É preciso notar que esse mesmo tipo de relação não se repetia da mesma forma com respeito às pessoas não identificadas como da “comunidade” ou incluídas nas que “estão com a gente” (ou com alguém conhecido na favela). Há uma divisão sempre tensa entre quem é de dentro e quem é de fora, como tentei apresentar nesse capítulo.

Antes de falar mais sobre o assunto, é preciso apontar que não há fronteiras muito rígidas entre quem é de dentro ou de fora. Pode haver consequências graves se alguém não é identificado como de dentro. O risco que corri de ser identificado como informante da polícia é uma ilustração. Mas a maneira como fui marcado inicialmente não foi definitiva. Da mesma maneira, ser de dentro ou de fora é sempre um ponto de vista. Tenho na memória um amigo no Bumba que havia participado anteriormente de uma Igreja da região, que restringia o consumo de álcool. Naquela época ele dificilmente participava do contexto dos bares. Tendo saído da Igreja e voltado a beber, passou a disfarçar que estava ingerindo álcool quando alguém de sua antiga religião se aproximava.

Eu, que participava dos bares, poderia ser considerado como alguém de fora do Bumba para um assunto como, digamos, discutir se iriam refazer a associação de moradores. Porém, estava muito mais a par e aceito nos bares do Bumba do que um membro especialmente fervoroso da Igreja Batista. Claro, estes poderiam ser aceitos nos bares se não professassem muito abertamente sua fé e não a levassem à ponta de faca. Do mesmo modo, os que rezam nos altares da cachaça poderiam participar dos cultos batistas, sob a condição de deixar seu outro ídolo para cerimônias secretas. É compreensível, entretanto que, no limite, ser aceito em um grupo crie embaraços para a participação no outro.

Dito isso, podemos observar que o mesmo comportamento de

compromisso e aliança que há entre quem é da “comunidade” não ocorre tão facilmente com quem não é igualmente aceito. Em alguns casos já ilustrados, passei muito perto de fazer o papel de alguém que poderia patrocinar em parte as cervejas de alguém. Alba Zaluar, em *A Máquina e a revolta* (1994), conta como foi levada a fazer doações para a escola de samba da Cidade de Deus e como lhe pediam às vezes para dar grandes quantidades de doces para festas - o que ela acabou recusando. No Bumba é comum que se aceite cobrar mais por serviços feitos para alguém de fora, especialmente quando fica claro que a pessoa em questão tem condições de pagar mais caro.

Em algumas ocasiões ouvi discussões sobre um suposto roubo que ocorrera na favela – um caso que pode ser revelador. Um morador reclamava que em um dia de futebol há vários meses atrás, uma camisa sua havia desaparecido.

- “Mas eu acho que um dia essa camisa vai aparecer. Alguém que pegou para guardar e me dar depois ou que levou por engano...”.

- “Vai aparecer nada”.

- “Pô, se fosse em dia de campeonato, que tem muita gente de fora, eu até entendia desaparecer. Mas num dia que só tinha gente daqui? Sou nascido e criado, ninguém me rouba aqui não. Se eu deixar uma bolsa aqui e dizer que vou não sei aonde, eu posso ter certeza que vai estar aqui quando voltar”.

Os outros concordavam que era muito mais difícil e mais grave acontecer algo ali; mas alguns achavam que poderia ter ocorrido.

Embora inicialmente tivesse achado meio estranha a conversa, logo fui observando que muitas casas viviam sempre destrancadas, mesmo quando os moradores saíam. Umas poucas sequer possuíam trancas. Realmente, tratava-se de uma situação de confiança e familiaridade muito estranha para quem nasceu e foi criado no “asfalto”, especialmente porque as favelas são marcadas na mídia e no cotidiano como lugares perigosos que, no imaginário da classe média, não devem ser frequentados sem medidas de segurança.

A conversa continuou: “Olha, não vou dizer que acho certo alguém que não tem nada chegar aqui, pra alguém de fora que tenha. Mas com alguém de dentro é bem pior”. Explicou: “Eu até entendo, o cara tá necessitado, vê alguém que tem de onde tirar, que é de fora... Não vou dizer que acho certo...”³⁹.

³⁹ O tipo de relação de reciprocidade que se estabelece com quem é identificado como alguém de fora pode se aproximar do modelo da “reciprocidade negativa”, conforme é entendido

Em outra vez, estava no campo com minha mochila. Uma das pessoas que estava comigo disse: “Rapaz, vai ficar carregando esse peso pra quê?”. Eu fiz menção de deixar no chão, perto de onde outras pessoas deixaram suas coisas. Imediatamente, fulano me impediu, falando baixo: “Olha, aqui a maioria é gente boa, mas não vou dizer que são todos não... Deixa com Sicrano que é mais tranquilo”. Por eu não ser dali, não poderia ter a mesma segurança que os outros, mesmo quando estavam todos deixando o que carregavam no chão.

Vendinhas que tinham placas engraçadas como “Fiado, só amanhã” ou “Fiado é coisa de louco, aqui não é hospício”, facilmente fazem exceções para alguém que é conhecido e em quem se confia. Contudo, o mesmo benefício não é estendido a outros. Em algumas rodas de bebida, quando pensavam que alguém dispunha de muito mais dinheiro, logo o pediam para pagar mais. Uma série de ocasiões foi me levando a pensar que às vezes, até a mesma pessoa que não conseguiria agir como negociante com alguém de “dentro”, poderia facilmente ter esse tipo de relação com alguém de “fora”.

por Sahlins. Trata-se da “mais econômica” das relações da dádiva, se aproximando de ideias como interesse próprio e lucro.

4. Transgressões

Uma das perguntas que mais me surpreendiam quando eu ia ao Bumba ou ao abrigo era sobre ter filho.

- Quantos filhos você já tem?
- Nenhum?!? Mas tá vindo, né?
- E aí, Seijo⁴⁰? Quando vai ter um menino?
- Tá na hora de ter uma cria, hein?

Com meus 22 anos, era matéria de grande estranhamento que eu sequer pensasse em ter filhos. Algumas pessoas nem continuavam o assunto quando eu respondia algo como “mal consigo cuidar de mim mesmo, como vou ter uma criança?”, brincando evidentemente. Geralmente não achavam graça, o que fez com que eu logo passasse a dar outra desculpa (algo como “tá no forno” ou simplesmente “ainda não veio”). Abandonei logo na primeira vez a resposta que me veio com mais naturalidade - “Não sei nem se vou ter filhos algum dia, que dirá agora, ha ha” - pois ela causou grande espanto e gerou perguntas sobre o porquê de eu pensar assim.

Percebia como entre pessoas do meu meio social este assunto era tratado de maneira totalmente diferente. Lembro que, após uma das ocasiões em que mais me perguntavam sobre ter filhos, saí à noite com uma amiga que por acaso começou a conversar comigo sobre formar família, enquanto jantávamos. Dizia constantemente que ter filhos era “assunto muito sério” e que deveria ser planejado com muita calma, quando já se estivesse numa situação estabelecida de carreira. Segundo seus planos, não teria filhos tão cedo (apesar de ser antes dos 40, “por causa dos riscos médicos”); pensava em viajar o mundo a trabalho e que, mesmo se um dia se assentasse em algum lugar, estaria muito ocupada para cuidar bem de uma criança. Para ela ter um filho era algo que só deveria acontecer quando se pudesse planejar os cuidados considerados necessários até a faculdade.

De vez em quando, neste mesmo contexto de camada média, eu ouvia casos de pessoas que teriam engravidado “muito cedo” para os padrões deste meio

⁴⁰ Como em muitos outros lugares, as pessoas muitas vezes têm dificuldade de pronunciar meu nome.

(por volta de uns 20 anos, num dos casos). Quase invariavelmente, as reações eram de estranhamento e de procurar se afastar conceitualmente da situação. Os que mais rejeitavam a ideia classificavam o caso como irresponsabilidade, argumentando que os pais não tinham desculpa para o acontecido, pois não eram tão “ignorantes” a ponto de não saberem dos recursos anticoncepcionais ou perguntavam se a camisinha havia furado, a pílula falhado... Lembro-me de ter perguntado uma vez se um casal, com pouco mais de dezoito anos, tinha tomado a decisão de ter o filho conscientemente. Ouvi um “claro que não!” e aprendi a não fazer perguntas tão tolas.

Apesar do choque que senti com a situação que presenciei durante a pesquisa, é evidente que existiam semelhanças com o que ocorria nas camadas médias. Era patente que no Bumba os nascimentos não se deviam todos ao acaso e que também não eram totalmente inesperados. Os pais planejavam onde os filhos poderiam estudar, onde morariam, davam antecipada atenção a com quem eles andariam nas ruas... Eu ouvia com frequência que se orgulhavam da criação que deram aos filhos, que estes filhos se tornaram “caras bons” e estavam alegres, empregados e que conseguiam cuidar de suas vidas “sem deixar faltar nada em casa”.

De modo similar, outros destinos eram motivo de grande preocupação ou tristeza. Um exemplo que ocorria com frequência e constituía tema de várias conversas era quando um parente entrava para o tráfico de drogas. Quando essa experiência era contada pelos mais velhos, a narração invariavelmente envolvia pessoas que se afastaram do novo traficante. Também se narrava a luta dos parentes mais próximos para fazer com que o fulano saísse do tráfico, o que muitas vezes não era fácil ou mesmo não ocorria. Um caso que chamou muito minha atenção foi o de um traficante que procurava impedir que suas crianças se interessassem pela atividade paterna. Quando usava drogas, fazia-o fora de casa, brigava com os companheiros que se aproximavam dos filhos com “certos papos” e fazia com que se dedicassem ao colégio para que não caíssem naquela “vida ruim”.

Semelhanças como essas e muitas outras nos mostram como nesse contexto social, ter filhos é também uma questão de raciocínio, de cálculo, expectativa e de alguma preocupação, variando o grau. Ainda assim, uma das coisas que mais me chamavam a atenção durante a pesquisa era a diferença no

entendimento e no tratamento de o que seria “família”. Uma pequena história, para circunstanciar. Certa vez eu conversava com uma amiga do abrigo, Violeta, que estranhava repetidamente o fato de eu não ter filhos (ela tinha cinco). Dirigiu-me a usual pergunta e fui falando sobre como fui criado pensando que os filhos deveriam ser planejados com muito cuidado. Antes de pensar em gravidez ou qualquer coisa do tipo, fazia questão de garantir as condições de levá-lo até determinado grau de escolaridade, imaginando onde ele iria estudar (alguns pais chegam a projetar até mesmo as profissões e os negócios os filhos poderiam se encaixar). Minha amiga achou tudo isso muito engraçado, deu boas gargalhadas, que eu acompanhei. Ao final, ela me disse, “não sei se isso é filho ou investimento na bolsa”.

Durante a conversa foi ficando mais claro para mim que, enquanto meus jovens amigos de camada média associavam ter filhos a ideias como projeto, investimento, sobretudo em educação, sacrifício (abrir mão de prazeres individuais), prevenção, futuro, risco... No contexto da pesquisa essas ideias eram um pouco estranhas. Até mesmo a palavra “família” poderia significar coisas muito diferentes. Por exemplo, as crianças não ficavam somente sob responsabilidade dos pais e dos profissionais designados para isso. Não foram poucas as vezes que cumpri o papel de “tio Seijo”, pegando no colo um bebê, dando-lhe comida ou levando-o de um lugar a outro. Isso ocorria habitualmente entre os moradores de ambos os lugares onde ocorreu a pesquisa, para não falar das muitas vezes em que as crianças mais velhas participavam ativamente do cuidado e da criação das mais novas.

Tanto no abrigo quanto no Bumba era muito frequente ver meninos e meninas habituados a passar mais tempo nas áreas comuns da comunidade jogando bola, andando de bicicleta ou improvisando alguma brincadeira. Deve-se notar que não falo apenas da dimensão lúdica (que talvez seja mais importante do que se costuma dar crédito), mas a de uma frase que muitas vezes ouvi: “ajudo minha mãe a criar meus irmãos”. Em um dos momentos mais constrangedores da pesquisa (foram vários), uma menina que teria em torno de 10 anos ensinou ao pesquisador como segurar um bebê da maneira mais cômoda para este. Achando a situação engraçada, mas agindo com segurança, ela me mostrava como deixá-lo de coluna reta, como certos movimentos acalmam o bebê e até coisas

aparentemente óbvias como o fato de que embalá-lo próximo à janela era bom para que tomasse ar e observasse o lado de fora.

A mesma rede de solidariedade que aparece habitualmente em outras situações parece se tornar mais forte quanto o assunto é cuidar dos filhos. Quando se aproxima o nascimento, os mais próximos tratam de arranjar artigos como berços, carrinhos de bebês, bolsas, fraldas, roupas... Muitas festas são feitas para as crianças, mobilizando os esforços dos mais dispostos no morro ou no abrigo. Várias vezes, na proximidade de festas como a do dia das crianças, Cosme e Damião ou natal, moradores compravam doces e os distribuíam aos que tinham crianças. Com relação aos mais novos, como é comum em vários outros contextos e em várias sociedades, a generosidade é mais espontânea e desinibida que entre os adultos

Podendo contar com os vizinhos e amigos, além das outras crianças, criar um filho parece ser algo muito diferente da solidão em que acabam se imaginando os jovens de camadas médias, como frequentemente aparece na mídia. Evidentemente, esta projeção nem sempre corresponde à realidade, pois sobram exemplos de solidariedade de família e amigos – mas é significativo que se costume pensar assim. Recordo como em um dos trabalhos de José Carlos Rodrigues, ele menciona que em uma usina siderúrgica campanhas pediam o uso de equipamentos e procedimentos de segurança, sem conseguir os resultados esperados. Entre vários outros dados observados pelo pesquisador, notou que os cartazes que recomendavam o uso de tais procedimentos dirigiam aos trabalhadores apelos como “quem irá cuidar de seus filhos se você morrer?” ou “o que vai ser de sua família?”. Conversando com os operários, ele constatou que muitos diziam coisas como “Meu irmão cuida deles”, “Meu cunhado cuida” ou mesmo algo mais esperançoso como “Deus cria”.

Assim como Rodrigues, fui notando que esse medo quanto ao futuro, esse receio e peso não afetam igualmente todas as pessoas de uma mesma sociedade. Há expectativas diferentes acerca do futuro ou um foco maior colocado sobre o presente; existem variações conforme o tipo de relação que se constitui com as pessoas e o local onde se vive; não é o mesmo se se está em paz ou inconformado com a finitude e as limitações... Comparativamente mais despreocupadas e seguras, as pessoas com quem aprendi a conviver durante a pesquisa tendiam a falar menos em termos de controle e planejamento ao tratar dos filhos do que das

alegrias que estes trariam, de como um filho representava a continuidade da vida. Essa diferença no estilo de preocupação e de atitude em relação à família de maneira alguma se refletia em um descuido relapso com relação aos filhos. Trata-se de uma diferença de interpretação e do peso que se atribui a distintos aspectos da vida – com consequências para como esta se dá. Histórias de amor paternal ou maternal eram contadas com frequência. E esses temas geralmente eram motivadores de grandes brigas e rompimentos.

Um dos casos mais marcantes foi o de uma mulher que teve filhos com um membro do tráfico de drogas. Depois de um casamento tumultuado, com traições do marido e um vício em cocaína⁴¹ por parte da esposa, os dois se separaram. Sem dispor de meios para sustentar suas crianças na situação atual, a mãe decidiu mudar de vida e largar o vício. “Eu lembro que eu estava olhando para o vaso e eu percebi que ia acabar perdendo meus filhos se continuasse nessa situação. Foi aí que eu decidi que ia parar e depois nunca mais usei”. Segundo a história que corria, o pai decidira que criar a filha de qualquer jeito e tentava tomá-la da ex-esposa. Depois de muito tentar resistir, ela desistiu quando a pequena, com cerca de oito anos na época, disse: “Não, mãe, pode deixar que eu vou com ele. Se não, ele vai ficar batendo em você e não vai adiantar de nada”.

Contando-me a história, Fulana acendeu um cigarro e começou a chorar. “Então eu deixei ela ir. Com lágrimas nos olhos, mas deixei. O pai também tinha muito mais condição, podia dar a ela o que eu não podia. Não é que faltasse coisa em casa, mas tinha o que eu não posso dar”. “Eu sei que às vezes eu pareço feliz, mas enquanto ela não estiver comigo, nunca vou ser de verdade...”. Ela guardava um grande pôster da filha no cubículo de sua família no quartel, pendurada na parede. “O pai que me deu quando ela fez 12 anos. Mas ele nunca me deixa ver ela, nem mesmo falar”. Alguns dias antes de continuarmos nossa conversa, fulana conseguiu encontrar com a filha. “Agora que ela já tem idade para tomar suas decisões, ela foi para a casa da avó no Bumba e ela me chamou. A gente fez uma grande festa, com churrasco. Fiquei muito feliz! Minha filha diz que entende o que fiz. A gente não conseguiu conversar muito, mas só de ver ela brincando com os irmãos na piscina, rindo...”. “Meu sonho é que ela venha morar aqui com a

⁴¹ O marido não queria que ela usasse de jeito nenhum, mas ele mesmo usava muito até sair da prisão quando foi preso. Criou grandes dívidas em certos momentos, mas agora é gerente lá no morro do Bumba.

gente”, disse a mãe, que dividia o cubículo no quartel com quatro membros da família e, durante algum tempo, também com seu sobrinho que acabara de sair da cadeia.

Noutra família do abrigo, um casal cuidava de doze crianças. “O Rogério é assim mesmo. Acho que daqueles de lá, só quatro ou cinco são filhos dele, o resto é tudo de criação”, me contou um amigo. Trabalhando como pedreiro e completando a renda com uns pequenos bicos de conserto, Rogério acabava conseguindo ajudar a sustentar uma família que outros, desempregados, não conseguiam. Rogério tinha o hábito de adotar crianças de outras famílias, que segundo ele, “não teriam condição de criar”. Na época em que o conheci e a sua esposa, preparavam-se para adotar informalmente um recém-nascido que estava na emergência hospitalar. A criança estava tendo alguns problemas de saúde, a mãe não podia pagar pelos remédios e estava tendo dificuldades para ficar com o menino. Acostumado a ver o nervosismo de amigos e de seus pais com a ideia de ter uma criança, estranhei muito a tranquilidade que Rogério apresentava ao falar de seus filhos numerosos. Simultaneamente, sua situação ilustrava dificuldades e soluções encontradas para lidar com o que a sociedade propõe como vida e filiação.

*

Até este momento eu notava muito mais as liberdades que as crianças apresentavam, como a de brincar correndo de um lado para o outro do abrigo, fazendo grande estardalhaço... Em uma festa em que os adultos conversavam, os pequenos continuamente passavam correndo e gritando sem que isso parecesse perturbar muito os que estavam sentados, bebendo. Percebi, também, que as crianças recebiam outros tipos de permissão, como a de andar sem adultos pelas ruas para ir ao colégio, visitar algum amigo... Enfim, tudo indicava um contexto liberdade muito mais amplo do que a que eu experimentei na minha própria infância. O que eu não havia trazido até aquele momento para o pensar era que muitas das responsabilidades também acabavam sendo compartilhadas com os filhos bem antes do que eu estava acostumado: cuidar das mais novas, aprender com os pais os trabalhos... A própria liberdade de pegar o transporte sozinhas com as outras crianças envolvia atribuições sobre os ombros dos que fossem um pouco maiores.

Era comum que as crianças fossem orientadas a respeitar primeiro as condições de vida dos adultos, antes de por em prática suas vontades individuais. Isso se refletia no tipo de cuidado e nas punições que se dirigiam às crianças. Em algumas ocasiões, vi mães ou pais gritando com os filhos em público ou até mesmo dando-lhes um tapa quando julgavam adequado. Em uma dada vez, vi um pai dando um soco em seu filho, mas a atitude foi prontamente reprovada por vários dos presentes na ocasião. Conversando sobre o caso com algumas pessoas, elas me explicaram. “Uma coisa é você dar um tapa, muito mais pra assustar e mostrar respeito. Já o fulano espanca seu filho”. Sicrano, porém, julgava que vários “dão muito mole para os filhos. Eles acabam ficando muito abusados e cheios de vontade”. Outra situação me colocou um ponto inesperado. Subindo em um ônibus próximo ao abrigo, acompanhado de amigos que lá residiam, deixei um dos filhos menores sentar quando havia apenas um lugar disponível. Imediatamente a mãe ordenou ao filho que me cedesse o lugar: ele deveria respeitar os mais velhos.

Logo eu entenderia que “ficar cheios de vontade”, em parte, significava de querer possuir muitos objetos de consumo presentes na mídia e no cotidiano, além de configurar uma tendência individualista das crianças pouco apropriada para a cultura local. Um reclamava que um filho queria comprar “um aparelho que custa o que faço em um mês”; outros punham os olhos em relógios, videogames, celulares ou motos. Numa dada vez, eu estava em um dos apartamentos do abrigo, com os filhos de um morador. Eles possuíam um videogame da geração passada. Os pais haviam recomendado que eles não jogassem até que eles estivessem de volta. Ao sair para conversar com outras pessoas, encontrei um grupo de crianças que me avisaram que seus pais, a quem eu iria visitar, não se encontravam em casa naquele momento. Meio sem jeito, um menino me chamou e logo me perguntou: “Aí, eles tão jogando o videogame?”. Continuou: “Vai fala, eu sei que sim! A mãe deles falou pra não jogar”. Estranhei a pergunta e respondi prontamente que não. Outro, mais velho, logo falou: “É que ele fica querendo jogar e não pode”. “Vocês todos têm videogame?”, perguntei inocentemente, sem perceber que a pergunta não era uma casualidade qualquer. Os meninos pareceram todos um pouco incomodados para responder e falaram em voz baixa: “Não”. Outro dizia: “Eu tenho, o tantantan (videogame de uma geração anterior)”.

*

Estas e outras histórias me fizeram suspeitar do pensamento que julga que esses tipos de relação se limitem a “ignorância” ou a “falta” com relação ao tipo de relação “racional” que as camadas médias tenderiam a manifestar em virtude de sua maior escolarização. A tese de que pessoas teriam filhos por conta da ignorância relacionada a métodos contraceptivos, por não pensarem em planejamento familiar, e a de que seria melhor ter filhos porque estes se tornam mão-de-obra para a família revelam-se no mínimo reducionistas, tolas, quando se convive um pouco com a realidade. Mais do que descuido ou acidente, ter filhos parecia mais desejo ativo (a ponto de estranharem muito que eu, com 22 anos, ainda não tivesse um). Como as famílias normalmente se formam mais cedo, é igualmente de se estranhar que a esperança seja, de maneira geral, a de melhorar de vida por contar com mais braços para trabalhar.

Não quero, com isso, dizer que não haja laços de solidariedade entre pais e filhos... Que estes não procurem ajudar aqueles em momentos de aperto e vice-versa. Mas me pareceu que os filhos que conseguiam se estabilizar em empregos formavam suas próprias famílias e assumiam responsabilidades com estas antes de poderem ser um “braço extra” para seus pais. Na minha experiência no morro, os discursos tenderam para aspectos como a alegria de ter filhos, de como estes constituíam uma continuidade da vida, muito mais do que para preocupações relativas a como se sustentar ou melhorar as condições de vida. Evidentemente estas ideias não estavam ausentes. Mas o que foi ficando claro para mim no decorrer da pesquisa era como este tipo de pensamento – como sustentar os filhos – estava muito mais intensamente presente nas pessoas do meu meio social de origem do que entre os habitantes do Bumba e do III Batalhão.

Além disso, não podemos ignorar o fato de que as famílias se expandem por associação. Um amigo mais próximo da mesma idade logo se torna conhecido no morro como “primo” ou “irmão” de alguém. Quando se trata de uma pessoa mais nova, “é meu sobrinho”, acabam dizendo com o tempo. Isto contraposto à tendência cada vez maior de as famílias se tornarem mais fechadas - em uma espécie de núcleo formado por pai, mãe e filhos (que vão ganhando diversas versões com os múltiplos casamentos) - torna mais claro o contraste. Longe de se resumir a uma falta, o desejo de expandir a família remete a algo ativamente procurado por uma parte das pessoas do Bumba e do BI.

O que dizer, então, dos programas que procuram supostamente “conscientizar” a população, introduzi-la no planejamento familiar? Sem dúvida, a resposta utilizada oficialmente pelas ONGs e pelos governos que promovem formas de limitação do número de filhos é de que se trata de uma questão de saúde, de algo que fará bem às próprias famílias ao possibilitar equilíbrio financeiro, com uma renda que possibilite dar aos filhos um melhor acesso a serviços de saúde, educação, lazer, entre outros. Não duvido de que muitos dos que fazem esses trabalhos realmente creiam nessas explicações, nem mesmo que em muitos casos os que se submetem a esse tipo de programa acabem concordando com as ideias que estes lhes procuram introduzir. Afinal, vivemos em uma sociedade em que ser um membro reconhecido depende de deter propriedade privada de certos bens, como casas legalizadas em determinados lugares, um veículo dos mais modernos para transporte, um telefone que mostre que se é alguém atualizado com as últimas tendências...

Também se trata de uma sociedade que frequentemente exige determinado tipo de disciplina e de pensamento quanto ao futuro, muito se aproxima daquilo que se ensina no planejamento familiar (não foi à toa que na conversa com uma das moradoras do abrigo ocorreu a associação de filhos com um investimento na bolsa). Uma das grandes dificuldades para quem tem muitos filhos, pelo que ouvi em campo, era justamente conciliar a participação no mercado de trabalho com a criação de seus pequenos. Muitos⁴² acabavam abrindo mão de seguir uma carreira para dispor de mais tempo para isso. Portanto, não é de se estranhar que obedecer ao que é ensinado por essas organizações acabe se convertendo em permanência maior no emprego, assim como melhoria de determinados índices que os governos usam para medir a “qualidade de vida” em dado local.

Contrapondo o desejo ativo de constituir famílias e conexões à ansiedade planejadora e vacilante, não fica evidente que as mudanças não se referem simplesmente a uma melhora de condições de vida e a uma iluminação sobre a realidade da vida? Não estaríamos diante de discursos similares aos que Foucault

⁴² Principalmente muitas, na verdade. Minha percepção pessoal e de muitos que encontrei no campo era de que muitos lares eram sustentados principalmente pelo trabalho feminino. Mesmo assim, boa parte das situações associadas ao cuidado com os filhos e com a casa era considerada responsabilidade delas. Por exemplo, lembro que em algumas famílias, eu era considerado engraçado quando decidia lavar as louças ou ajudar em tarefas como fazer mercado e cozinhar. Em alguns casos, as mulheres simplesmente me expulsaram da cozinha.

estudou em *Vigiar e Punir*, mostrando a racionalização, o disciplinamento, o controle sobre os ritmos corporais? Não se poderia considerar que pelo menos em parte essas atitudes possam representar uma revolta contra o tipo de paradigma representado por essa perspectiva que nossa civilização lança sobre a vida? Será que aparentes privilégios e direitos, como o de determinado tipo de tratamento sobre a saúde, o direito de consumir, o de planejar a família e vida, não acabam se tornando obrigatórios - a ponto de podermos considerar “ignorantes” os que não aderem com a mesma intensidade?

Lembro-me de uma piada que circulava na internet, brincando com os perigos do sexo. Utilizando a foto de uma matrona rigorosa, a anedota colocava alguns porquês de usar camisinha. O texto dizia algo como “A camisinha é essencial para evitar perigosas doenças como herpes, gonorreia, a temível AIDS ou o pior de tudo...”. “Ter um bebê”, dizia outra imagem, com a foto de uma criança rindo alegremente. Evidentemente trata-se de uma paródia exagerada. De maneira nenhuma se passou a ver completamente a gravidez como uma doença. Mas quando se pensa em alguns países em que o processo do individualismo está mais avançado, como na Alemanha, a realidade parece bem mais próxima dessa tendência, apresentando permanente redução em algumas camadas demográficas. Não deveria, pois, surpreender que os governos alemão, francês, sueco, etc. ofereçam benefícios financeiros para casais que tenham mais do que um ou dois filhos.

*

Ocupei o leitor com estas páginas sobre crianças, saúde e cuidados no Bumba para introduzir outro tema em que aparece um contraste gritante entre as perspectivas lá observadas e as que talvez circulem na maioria da população (a julgar pelo noticiário da imprensa): o tratamento dado aos desabamentos de 2010. De acordo com as várias concepções observadas em campo, uma variedade de fatores pode ser admitida como responsável pelo caso: a chuva, considerada uma das mais fortes das últimas décadas no Grande Rio; o fato de as casas desabadas terem sido construídas sobre um antigo aterro sanitário; uma punição divina dos pecados daquele grupo; a sociedade desigual, que obrigou as vítimas a se estabelecerem nos recantos mais baratos e inóspitos da cidade; os próprios moradores, por escolherem residir ali.

Todas essas possibilidades foram apontadas em algum momento da pesquisa por moradores do Morro do Bumba, militantes políticos, profissionais liberais ou residentes no abrigo do III Batalhão. Entretanto, sem que surgisse especificamente a pergunta, ou que esta fosse colocada pelo contexto (manifestações políticas, eleições, etc.), o mais comum no campo foi constatar que as pessoas em geral não se preocupavam em procurar ou apontar culpados. Mais ocupadas em levar a vida adiante, elas falavam muito mais sobre a saudade dos que se foram, da tristeza e da dor de perder alguém, sobre como fizeram para viver depois do ocorrido, de como ajudaram e/ou foram ajudados por parentes e amigos. Falavam também do acaso e da sorte de terem escapado razoavelmente ilesos...

Lembro-me de quando descíamos o morro pelo lado onde ocorreram os desabamentos, numa das minhas primeiras idas ao campo de futebol do Bumba. Um, que era morador mais antigo dali, apontava para onde ficavam as casas e dizia que em tal lugar ficava a casa de um amigo que agora estava em tal morro, em outro vivia uma família que faleceu no deslizamento... Contava histórias de como, quando criança, brincava ali de futebol ou soltando pipa, como entravam no mato para caçar ou explorar. Apontava para tal lugar onde alguém tinha uma criação de galinhas ou de porcos, recordava como era sua vida no local. Falava com tristeza sobre “o dia em que tudo aqui ali desabou”, mas em nenhum momento ressaltou que o governo tivesse sido negligente por deixar que eles ali morassem ou acusou alguma instituição como responsável por seu morar. Expressava muito mais saudade e tristeza do que indignação.

Já outro, que não morava no Bumba, contava como havia uma creche que ficava no pé do morro. “Minha filha vinha pra cá todo dia cedo. Era pra ela tá aqui no dia, ela perdeu muitos coleguinhas. Foi por acaso mesmo que ela não veio, porque a mãe dela ia trazer mesmo, só que como tava chovendo muito, acabou deixando ela em casa”, dizia expressando o alívio de ter escapado por pouco. Em outra manhã eu conversava com Gustavo⁴³, enquanto esperava um amigo que desceria do Bumba para me mostrar um campo de futebol nas proximidades. O assunto acabou indo para o tema dos desabamentos. Ele me disse como aquilo ali ficara triste após os desabamentos e que ele agora raramente ia ao Morro do

⁴³

Nome fictício.

Bumba. “Quando vou, subo pela ladeira, nunca por ali (pelo campo de futebol e subida onde antes ficava a parte da favela que desabou). Quando passo por lá, sinto a alma das pessoas que morreram ali. É muito triste”. No dia, ele estava em casa. Ouviu um barulho ao longe e só viu toda a poeira subindo. “Muita gente morreu aí. Foi é queimada, porque o lixo soltava um gás que explodiu quando desabou. A gente tirava o corpo das pessoas e tinha muito queimado”.

Mais cedo no mesmo dia, no ônibus o trocador ficou curioso quando soube que eu iria ao Morro do Bumba. Ele se lembrou da tragédia: “Agora todo mundo conhece a comunidade. Até fora do Brasil”, disse. “Pois é, mas é uma maneira um pouco estranha de se ganhar fama”, comentei. Ele então começou a falar que o que aconteceu no Morro do Bumba tinha sido também uma espécie de castigo por usar o nome de Deus em vão. Ele disse que os pregadores da Igreja Universal do Reino de Deus subiram ao Morro para falar da palavra de Jesus, “Mas quase ninguém a recebeu, desdenharam da oferta”, lamentou. “Aí uma das irmãs que foram ao morro disse: 'a cólera de Deus vai cair sobre vocês! '. Dito e feito”, teorizou. O cobrador continuou a falar que só Jesus salva, que são Jorge não é capaz de tirar o demônio das pessoas e que no Bumba estavam todos com fé nas coisas erradas.

Uma história extremamente parecida me foi contada alguns dias depois, quando conversava com uma das 'irmãs' da Igreja Universal do Reino de Deus. Procurando conhecer o entorno do morro, comecei a conversar com membros das igrejas que se encontravam no local durante a semana. Perguntei sobre os horários, se havia algum dia em que costumavam falar mais sobre o assunto dos desabamentos ou algo do tipo. A pessoa que me recebeu explicou que algumas vezes aparecia alguém falando sobre o ocorrido, pessoas que perderam parentes ou a casa. Depois, fez um relato muito parecido com o do trocador de ônibus: que uma missão da Igreja teria ido ao morro, passado de casa em casa, só uns poucos decidiram “receber a palavra do Senhor”. “A igreja aqui ajudou muito na tragédia, demos água, comida para os bombeiros e as vítimas. Mas aquilo ali também era a maior bagunça, foi punição divina”.

Havia ainda um terceiro grupo de narrativas acerca dos desabamentos, que ouvi com alguma frequência durante a pesquisa de campo. Este somente aparecia entre os envolvidos diretamente com a política partidária ou em situações em que se faziam protestos públicos para conseguir recursos e favores da parte do

governo. Tratava-se de algo muito parecido com o que os jornais noticiavam na época. Falava-se sobre como a prefeitura “não teria feito nada para prevenir os desabamentos”, sobre como “dois anos depois” ainda não estava pronto um conjunto habitacional nas proximidades do morro⁴⁴, sobre como o aluguel social ainda não estaria sendo pago para muitas famílias desabrigadas... Reclamava-se de que a prefeitura sabia que ali havia sido um depósito de lixo e que inclusive algumas administrações haviam implementado mudanças na área, como caixa d'água, campo de futebol, recolhimento de lixo...

Neste grupo de narrativas a linha predominante é culpar o Estado pelos desabamentos e exigir deste as medidas que ajudem a atenuar o sofrimento dos desabrigados e/ou evitar que aconteçam novos deslizamentos. Dito isso, havia grande variação dentro deste grupo. Por exemplo, havia os que nunca culpavam ou lembravam o Estado ao falarem do mesmo assunto em outras situações - mas que durante as manifestações políticas gritavam frases como “Nada foi feito!” ou “Esses políticos são todos corruptos. Só querem roubar o dinheiro que é pros desabrigados”. Havia os cabos eleitorais, militantes políticos ou funcionários de candidatos que repetidamente responsabilizavam adversários pelo que não funcionava e ressaltavam o que os políticos favorecidos teriam feito em benefício da população, afirmando que “fulano de tal chega junto, esteve aqui no dia, deu tal e tal coisa”.

Segundo algumas pessoas mais envolvidas com as reivindicações junto ao governo⁴⁵, uma grande parte dos moradores participava ativamente de manifestações, logo após os desabamentos. Com o tempo, porém, “muitos começaram a ficar mais preocupados em levar a vida. E têm também razão, né?”, como me disse certa vez Inácio. No período em que frequentei o Bumba, dois anos após os desabamentos, era bem pequeno o número de moradores do local que iam às manifestações. Das três em que estive presente⁴⁶, cerca de umas 25 foi a maior quantidade de pessoas residentes ali, atuais ou antigos, que compareceram

⁴⁴ Por volta do final de outubro/começo de novembro, a obra foi liberada para que muitos se mudassem. Muitos necessitaram fazer muitas modificações nos apartamentos para conseguirem se mudar, como colocação de azulejos, grades na janela (que era reforçado pelos administradores como exigência, nem sempre cumprida). Perto da conclusão da dissertação, em março, uma forte chuva fez com que se formassem grandes rachaduras em alguns dos prédios e dois foram demolidos.

⁴⁵ Os jornais da época reforçam este tipo de relato, pois registravam um número maior de manifestantes na época dos desabamentos.

⁴⁶ Até onde eu saiba, foram as três ocorridas em 2012.

– e isto numa ocasião em que o protesto foi feito bem em frente à entrada da favela. Deve ser observado, claro, que se tratava de um dia de semana e que mais de dois anos haviam se passado depois dos desabamentos.

Mesmo considerando isso, creio que a participação relativamente escassa em tais manifestações é bem compatível com um tipo de relação com os políticos, já muito observada: a visão da política partidária como uma atividade suja, corrupta e sempre interesseira. Em alguns casos, os políticos são comparados a membros do tráfico de drogas, muitas vezes favorecendo estes por serem conhecidos e presentes na 'comunidade'. Entre a maior parte dos moradores do Bumba era difícil eu ouvir que Fulano era bom prefeito ou vereador porque era “um bom administrador”, “respeita os direitos humanos”, “cumpre as leis com eficiência e seriedade” - chavões comuns nas propagandas eleitorais televisivas. Aliás, era extremamente difícil que se falasse em bons termos de qualquer político, a não ser que o interlocutor fosse algum cabo eleitoral – e mesmo estes faziam ressalvas.

Registrei um caso, no campo de futebol, em que um dos tais cabos me passou um panfleto no qual ele sorria abraçado a um dos candidatos a vereador. Segundo me contou, esses panfletos foram distribuídos apenas para o Bumba e favelas da área, onde ele era conhecido. “Pô, desculpa ae tá falando disso”, me dizia em voz baixa. “Mas tô pedindo pra ver se você pode me dar uma moral pro Sicrano, candidato a vereador. Não vou dizer que o cara é santo porque político nenhum é, mas ele é um cara que chega junto, deu cimento aqui pra comunidade quando precisou, ajudas nas festas...”. “Pô, mas nem voto aqui. Voto lá no Rio”, respondi. “Mas dá uma força pro companheiro, falou?”.

Quase sempre, quando alguém justificava o voto em um político, atribuía-o a algo que ele teria trazido para a favela ou para o abrigo: aluguel social, dinheiro ou doações contra os efeitos das enchentes, cimento para obras, contribuições para as festas, remédios ou serviços de saúde, pequenos favores... Outro fator muito importante era associação com algum amigo ou parente. Neste caso, se votava ou pela confiança que se teria na pessoa, em parte como um favor pessoal para ela. Isso nem sempre se dava de maneira explícita, mas em mais de uma situação alguém pedia voto e outro comentava em voz baixa: “Ih, esse daí só aparece para pedir voto ou chamar pra manifestação” e ficava encarando o sujeito. Vale lembrar que isso em muitas vezes ocorria mesmo nos casos em que a

manifestação era sobre algo como aluguel social, reivindicações dos apartamentos ou medidas que seriam realizados pelo Estado para aqueles que perderam suas casas. Em muitos casos a troca era bem mais explícita. Pelo menos foi o que me indicou um dia de eleição em que, aos berros, algumas pessoas anunciavam que compravam votos para Fulano de Tal por R\$50 ou quantia semelhante. Talvez o mais surpreendente fosse que, mesmo podendo lucrar vendendo seus votos, eram muitos os que não votavam. Os mais velhos, livres da obrigação de justificar, dificilmente iam às urnas.

Aliás, em si mesmas as eleições eram um espetáculo. Uma quantidade incontável de folhetos de candidatos circulava na maior boca-de-urna que já presenciei. Carros de som dos candidatos circulavam pelas ruas tocando em altos volumes os jingles ou uma canção da moda, muitas vezes saudados pelos pedestres. Evidentemente, muitos participavam da saudação e não votavam no candidato, como me informou Inácio. Uma das candidatas que mais promoveram eventos de música e que era festejada nas ruas sequer se elegeu, apesar de ser um nome conhecidíssimo.

Andando com Inácio e sua família no dia da eleição, em cada esquina eu via amigos se encontrando e se abraçando às gargalhadas. Eram inúmeros os bares em que as caixas de som tocavam pagodes, sambas e funks para animar os muitos clientes que, segundo me contou Inácio e depois pude presenciar, recebiam cerveja e churrasco por conta dos candidatos que apostavam na região. As risadas, as músicas e os jingles se confundiam no ar no que poderia parecer um pandemônio para quem não estava acostumado, mas era um anúncio de festa e grande alegria para os que estavam ali. Como muitos que se mudavam não alteravam o endereço eleitoral, era também um dia de reencontro com amigos que não se viam de longa data.

Uma cena curiosa: numa esquina, um Sicrano jurava que iria votar no candidato Fulano de Tal para prefeito, enquanto falava com um amigo que panfletava. Mais adiante, passo pelo mesmo Sicrano aceitando os panfletos de outro pretendente ao posto e prometendo o mesmo tipo de fidelidade. O próprio tema das eleições era matéria de brincadeiras: os que aproveitavam a oportunidade para fazer um dinheiro a mais na panfletagem de uma campanha diziam rindo que iam votar em outro Fulano (quando votavam); vi pessoas que faziam campanhas para diferentes candidatos se encontrarem e brincarem dizendo: “Vamos trocar

panfletos? Eu te dou do Sicrano e você do Beltrano”. Um amigo de Inácio, que carregava uma grande quantidade de panfletos de outro candidato, conversava com ele sobre sua escolha. “Vota nesse cara, que ele é bom”, afirmou com toda a certeza. Inácio então o informou de alguns dos golpes que o candidato teria aplicado, que ele poderia ter dado aluguel social a todos os desabrigados mas decidiu por uma parcela menor e que teria incluído muita gente que nada tinha perdido. O amigo imediatamente fitou com desprezo para os panfletos, jogou-os no chão com força e esbravejou: “Oh, olha! Esse cara eu não apoio mais não!”.

Quando me recordava das propagandas oficiais sobre o processo eleitoral, que canonizavam o voto como o instrumento democrático por excelência e como maneira de o cidadão influenciar os rumos do país, toda aquela festa se revestia de uma aura irônica. Lembrando-me do que Mikhail Bakhtin (2008) descrevia sobre os ritos carnavalescos que coexistiam com as festas oficiais na Idade Média, conseguia achar muitas semelhanças com o que via por perto no Bumba. Nos ritos que Bakhtin analisou, “a festa oficial, às vezes mesmo contra as suas intenções, tendia a consagrar a estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo, hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes” (2008; 8). O autor, porém, identifica o que seria uma tendência à subversão desses valores, que fazia com que bufões e bobos da corte estivessem presentes em ritos 'sérios' e escarnecessem dos valores oficiais. Essa tendência, que Bakhtin chamou de carnavalização, passava não só por festas próprias, mas era mesmo uma dimensão da vida das pessoas, celebrada e rememorada nestes momentos. A característica fundamental era a abolição provisória das relações hierárquicas, regras, tabus, privilégios, distâncias entre sexos, idades... Enquanto normalmente se costuma pensar as eleições como o momento democrático por excelência, quando as grandes decisões são tomadas e os rumos do país são decididos, presenciei no Bumba a afirmação das relações locais, da viabilização da vida comunitária.

Independente de suas consequências, as eleições fazem as vezes de espetáculo em que se comemora o individualismo, em que analistas se dedicam a esmiuçar com detalhes a vida de cada candidato, em que sua biografia, suas credenciais são lembradas e rememoradas, e atribuindo-se grande importância às suas características individuais – até em contradição com a própria realidade do governo. Pelo menos sob alguns aspectos, não seria a participação pelo voto uma

maneira de legitimar não um ou outro candidato ou mandatário, mas o próprio Estado e suas leis, seu métodos, sua economia, sua ideologia individualista - enfim uma reiteração da maneira de organizar e de perceber o mundo?

Isso é muito distante do que ocorre no Bumba. Onde alguns vêem apenas clientelismo e ignorância, não poderia talvez ser enxergado um discurso afirmativo e coerente, em que se satiriza não um ou outro governo, mas o próprio Estado/mercado e sua maneira de gerir a sociedade?

Concordo, é claro, que os políticos que de fato ganham as eleições no Brasil em grande medida dependem desse mesmo esquema. Mas será que, ao nos apressarmos em defender os chamados “valores republicanos”, não tentamos impor a visão nossa de como deve ser a vida, de como se deve organizar a sociedade? Evidente que muitos políticos que recebem apoio a partir de esquemas de compra ou trocas de votos acabam depois pondo em prática remoções forçadas e outras medidas que vão contra os interesses dos que neles votaram. Mas, mesmo tendo boas intenções, talvez acabemos tentando impor modelos nossos a realidades que são outras.

Também não se deve pensar, assim como lembra Bakhtin, que esta seja uma rejeição total a tudo o que diz respeito ao Estado ou aos efeitos que as eleições podem ter. Candidatos que promovem medidas que prejudicam moradores, que beneficiam demais certas camadas da sociedade e negligenciam outras, tudo isso também afeta as votações. O tipo de rejeição de que se fala lembra muito o que Bakhtin afirma sobre o riso carnavalesco, contrapondo-o à paródia moderna (1987;10-11):

Uma qualidade importante do riso na festa popular é que escarnece dos próprios burladores. O povo não se exclui do mundo em evolução. Também ele se sente incompleto, também ele renasce e se renova com a morte. Essa é uma das diferenças essenciais que separam o riso festivo popular do riso puramente satírico da época moderna. O autor satírico que apenas emprega o humor negativo coloca-se fora do objeto aludido e opõe-se a ele; isso destrói a integridade do aspecto cômico do mundo, e então o risível (negativo) torna-se um fenômeno particular. Ao contrário, o riso popular ambivalente expressa uma opinião sobre um mundo em plena evolução no qual estão incluídos os que riem.

*

Em grande contraste com o observado em campo, *O Globo*, *Veja*, *Istoé* e a maior parte da grande imprensa elegeram como responsáveis os governos⁴⁷. O

⁴⁷ *O Fluminense*, que destoou levemente dos outros casos, inicialmente tratou as enchentes como acontecimento natural inesperado. Após os desabamentos do Bumba, que foram noticiados

destaque incluído na matéria “No Morro do Bumba, a ferida aberta da tragédia”, de *Veja* de 04/01/2011, resume bem este ponto:

Uma coisa é a morte súbita, causada por um deslizamento, que faz manchete nos jornais. Outra é a morte sub-reptícia, por envenenamento e pela falta de condições apropriadas de moradia. A morte de todo dia vem em doses homeopáticas para quem vive nas favelas do estado do Rio. Ao levar água, luz etc. para essas áreas, o poder público oficializa o inaceitável”, critica o engenheiro Paulo Cesar Rosman, resumindo, com precisão, a origem da tragédia do Bumba⁴⁸.

Particularmente *O Globo*, que foi observado com mais detalhe, culpabiliza quase sempre os políticos e o Estado por terem “permitido” e “estimulado” a ida para as favelas a partir de melhorias das condições de vida, tais como investir em saúde e encanamento da água. Segundo editorial do jornal, os desabamentos ocorreram “não devido a um acidente natural, tipo uma tsunami, como exemplificou Jorge Roberto, em mais um mandato à frente da Prefeitura de Niterói, mas na tragédia causada pela incúria de homens públicos, ele inclusive”⁴⁹.

O título de uma matéria⁵⁰, o jornal afirma “Prefeito de Niterói diz que 'não sabia dos riscos'”. A manchete pode até sugerir uma matéria em que o político se defende e apresenta seu ponto de vista; mas logo desqualifica o governante no subtítulo “Jorge Roberto Silveira esteve à frente da prefeitura por três gestões e foi avisado dos perigos por estudos de especialistas”. No texto, o risco é associado a uma liberalidade de políticos populistas que foram omissos “depois de pelo menos duas décadas de favelização da área do antigo lixão no Morro do Bumba, sem que nada fosse feito”. Neste, como em vários outros textos, defende-se a necessidade de proteger os moradores de favelas contra si mesmos através das remoções, como quando se destaca a declaração do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, “Prefiro uma pessoa com raiva de mim do que uma pessoa morta”, contrastada

alguns dias após as enchentes iniciais, a versão passou a ser de que apesar da chuva anormal, uma série de governos poderia ter evitado o desastre.

⁴⁸ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/no-morro-do-bumba-a-ferida-aberta-da-tragedia#>, acessado em 24/06/2012, às 21horas.

⁴⁹ *O Globo*, 14/04/2010, pg6.

⁵⁰ *O Globo*, 10/04/2010, pg19.

com o que a reportagem afirma sobre Jorge Roberto: “O prefeito diz que as pessoas que falam que se devia remover não conhecem o Brasil Real”.

Neste mesmo tópico vale destacar editoriais que afirmam a necessidade de combater “estímulo de autoridades, somados ao oportunismo daqueles que, de olho em dividendos eleitorais, defendem ocupações em áreas de risco e a favelização como suposta alternativa ao déficit habitacional”⁵¹ e reportagens com títulos como “Niterói deixou de remover outra favela condenada”⁵² e que afirmam que a “Defesa Civil esteve nos imóveis [da favela 'condenada'], mas ninguém foi orientado a sair”.

Em outros trechos, os governantes são ridicularizados ao tentarem atribuir culpa aos eventos naturais. No dia 07/04/2010, a capa de *O Globo* trazia o seguinte texto sobre as enchentes do Rio de Janeiro:

“O mesmo caos, as mesmas desculpas”.

O Prefeito Eduardo Paes que chegara a classificar o comportamento da cidade como 'inferior a zero', assumindo uma parte da responsabilidade, ontem mudou o tom.

Se quiserem acreditar que uma chuva dessas cai todo dia, toda semana, podem acreditar. Para mim, é algo fora da normalidade – disse o prefeito, que se irritou com as perguntas sobre a enchente – talvez, nas outras vezes, tenham limpado as galerias e, desta vez, eu tenha decidido não limpar⁵³.

No dia seguinte à publicação desta matéria, o jornal apresentou um texto que confronta a reação dos políticos em relação a uma “suposta inevitabilidade das chuvas”, apontando para a constância de enchentes como essa na história do Rio de Janeiro. O mesmo texto compara os terremotos do Chile e do Haiti, mostrando como uma força da natureza muitas vezes mais potente do que aquela que atingiu o Haiti pode causar menos de mil mortos no Chile, diante dos 200 mil do país caribenho.

Já na edição de 13/04/2010, o prefeito de Niterói Jorge Roberto Silveira também é criticado por fazer apontamento similar ao de Paes. “Neste momento, eu pediria que não demonizassem o prefeito de Niterói” e “Ninguém

⁵¹ *O Globo* 19/04/2010, pg.4.

⁵² *O Globo* 10/04/2010, pg1.

⁵³ *O Globo*, 07/04/2010.

responsabilizou os governantes da Ásia pelo Tsunami ou os chilenos pelo terremoto”.

*

Os trechos apontados nos permitem analisar a acusação aos governos pelos desabamentos, muitas vezes se aproximando de uma humilhação dos governantes. Na contraluz desse procedimento, a mesma imprensa que frequentemente clama por um Estado mínimo, que deve abrir espaço para a iniciativa privada, pede seu reforço para manter o dia a dia feliz e seguro do cidadão.

Isto é algo já observado com frequência em estudos acerca da cobertura jornalística em casos de mortes em catástrofes naturais, violentas, doenças contagiosas ou em acidentes como as quedas de avião. Os pesquisadores em comunicação associam essas categorias de notícias, aparentemente tão distintas, observando que há a proposta de que esses acontecimentos sejam “contingentes”, isto é, que poderiam ser evitados e são narrados como se pudessem acontecer com qualquer um (RONY e VAZ: 2011; 216).

Esses eventos são apresentados como a interrupção súbita e aleatória da vida cotidiana (...). Na indignação com as interrupções súbitas, o que se enfatiza, em contraluz, é o direito de cada indivíduo a uma rotina segura e prazerosa.

Isso seria garantido responsabilizando o Estado por este controle, o que acaba, por tabela, sugerindo ver os operadores do Estado como incompetentes ou descuidados quando este não cumpre suas 'funções' (e a rigor, é impossível que este as cumpra completamente).

Rony e Vaz relacionam a forma de narrar o sofrimento apresentada por essas matérias com o que chamaram de a “política da vítima” e a contrastam com uma política da piedade, que a teria antecedido cronologicamente. Baseando-se na análise de Hannah Arendt em *Sobre a Revolução* (1965), os autores apontam que a Revolução Francesa teria sido o palco do surgimento da política da piedade, que contrasta com a solidariedade comunitária porque a regra moral se universaliza, quebrando a estrutura de “nós” e “eles”.

“Em segundo lugar, o sofrimento de estranhos é (...) pensado como uma condição que está articulada a características da sociedade. (...) acredita-se que é possível mudar as condições sociais que produziram aquele sofrimento e, assim, reduzi-lo ou eliminá-lo” (VAZ e RONY: 2011; 218).

Para Arendt, essa forma de se entender o sofrimento está na base de grande parte da maneira de se fazer política nos séculos seguintes, incluindo o comunismo e as lutas anticoloniais. A política da vítima teria ganhado espaço com o movimento judaico após o Holocausto, as lutas das minorias étnicas e o feminismo. Em relação à política utópica, que justificava o sangue derramado nas revoluções como meio para um futuro melhor, a política da vítima sustenta que a violência ocorre para “que uma catástrofe semelhante não aconteça” (VAZ, RONY: 2011;220) e que visa à manutenção do presente, corrigindo aqui e ali as 'falhas' onde o Estado ou a ciência teriam ignorado inicialmente, por descuido ou incompetência. Em relação ao universalismo abrangente da política de piedade, a vítima não era punida pelo que fazia ou pela sua condição social, mas por um elemento de sua biografia.

Na produção da vítima virtual, especialmente em eventos de grande repercussão midiática, é importante que os sofrendores não sejam anônimos e que as notícias contenham diversos detalhes de sua vida pessoal, tanto para favorecer a identificação da audiência com a vítima, como para constituí-la em sua inocência (VAZ, RONY:2011;221).

A utilização dessas duas categorias é útil para pensar as mudanças na dimensão discursiva na passagem de uma determinada forma de política para outra, principalmente no que diz respeito à mudança de um discurso que fala de uma sociedade produtora de desigualdades para outro que prefere por em evidência um Estado incompetente. A utilização dessas categorias parece também ser bastante adequada ao que os jornais esperam do tema. Mas é importante remeter aos dados e a outras teorias para observar melhor os contrastes.

No caso do Morro do Bumba, o mais exato não seria dizer que as desigualdades desaparecem por completo do discurso e que a pobreza só aparece neles como detalhe. Pelo contrário, grande parte da abordagem que o veículo de imprensa deu à questão se deve ao fato de que os desabamentos ocorreram em uma favela e, como se sabe, de que esse tipo de habitação corresponde a uma grande parte da população brasileira. Ao lado de representações que tentaram mostrar as enchentes e o desabamento como afetando potencialmente qualquer pessoa – por exemplo, matérias que ressaltaram figuras de camadas médias e bairros desses mesmos estratos – figuravam narrativas criticando o modelo de favelas e propondo o modo como os governos deveriam proceder quanto às

mesmas. Com frequência, no jornal se repetiam palavras de ordem pedindo remoção ou exigindo dos governantes atitudes de “controle da ocupação”.

A maioria das reportagens simplesmente ignorava a questão do porquê de as pessoas voltarem para uma “área de risco” - termo que passou a designar as favelas como um todo na defesa que *O Globo* faz da política de remoções. Quando se tratava das falhas dos projetos de remoções e do retorno às favelas de origem, marcas de vários projetos de reassentamento como o da Cidade de Deus, o da Vila Kennedy e de diversas vilas operárias, depois de defender mudanças nos projetos, a reportagem “Áreas de risco um dia voltam a ser ocupadas” reconhece o retorno de moradores ao Bumba. Advoga então a necessidade de o governo controlar e impedir esses movimentos. Termina resignadamente: “Mesmo sofrendo com os deslizamentos e enchentes, moradores de comunidades mais atingidas não querem deixar suas casas. Eles defendem a realização de obras que garantem sua permanência”⁵⁴. Algo do modelo da vítima virtual, que a imprensa e o Estado utilizavam para procurar entender as ações dos moradores das chamadas 'áreas de risco', não se encaixava muito bem com a realidade que se apresentava.

Lembro-me de muitas conversas com amigos e parentes de meu meio social que não conseguiam entender por que as pessoas que continuam no Bumba “escolhem passar por esse risco”. Outros conhecidos simplesmente não conseguiam acreditar que boa parte dos moradores sabia que estava construindo perto do lixão ou mesmo em cima do aterro sanitário. Alguns recorriam a argumentos sobre a ignorância, a falta de informação e a carência de qualquer condição financeira para justificar a existência de “áreas de risco”.

Conforme foi ficando claro no decorrer da pesquisa, não é somente no caso das favelas que não se procede segundo o modelo da 'vítima virtual', que presume que se procura evitar ao máximo os riscos à vida individual. Particularmente, o caso da cidade de Itajaí, em Santa Catarina (SC), assolada por enchentes periódicas, pode ser esclarecedor quanto ao que se passa aqui. A dissertação⁵⁵ da antropóloga Débora Bueno Gomes (2011) descreveu como os moradores de Itajaí se utilizam de redes de solidariedade e de toda sorte de táticas

⁵⁴ O Globo, 18/04/2010, pg22.

⁵⁵ *Estudo antropológico sobre a formação de redes de solidariedade em situação de crise e trauma em contextos urbanos: experiência etnográfica em Itajaí (SC) em face da tragédia de 2008.*

para resistir à possibilidade de as enchentes provocarem rupturas irremediáveis nas relações sociais. Certos grupos já passaram por vários desses eventos catastróficos, tendo algumas famílias perdido suas casas ou a vida de parentes e amigos. Ainda assim, muitos escolhem permanecer.

No caso das famílias de dona Mariquinha e Andréa [entrevistadas para o trabalho], em que as casas foram levadas pela água, elas permanecem ligadas ao espaço onde anteriormente havia uma casa. Reinventam o cotidiano e por meio de novos projetos de vida ressignificam o contexto alterado pela enchente. Esta ressignificação acontece, pois são espaços sociais, considerados lugares de memória onde as identidades sociais são constituídas e reafirmadas (GOMES, 2011, 183).

Durante minhas próprias experiências de campo, verifiquei como o espaço no Morro do Bumba também era mais do que um dormitório ou um lugar onde se permanece simplesmente por ausência de opção. Para não nos desviarmos demais, basta apontar que boa parte das pessoas que tiveram a casa interditada pela Defesa Civil acabou voltando. Mesmo quem perdeu a moradia pelo desabamento ou pela demolição feita pelo poder público, muitas vezes não deixou de manter o antigo contato com as pessoas e com o local. Um morador que me ajudou muito durante a pesquisa chegou a morar em outro bairro de Niterói. Contou-me como às vezes passava sem perceber do ponto onde deveria descer do ônibus e acabava indo parar no Bumba novamente. Por fim, acabou deixando de lado o local que alugava e conseguiu outra casa no bairro de Viçoso Jardim, perto do morro.

Até em alguns dos casos de pessoas que não voltavam ou que não frequentavam mais o local, os motivos se deviam a relações com o espaço simbólico que o Bumba representava. “Não consigo voltar mais pra lá porque me lembro do que aconteceu, de todas as pessoas que morreram. Depois daquilo, o Bumba ficou um deserto”, disse-me uma antiga moradora, cria do morro, como se costuma dizer. Em outro caso, um senhor me contava: “Não consigo nem passar em frente daquele campo de futebol. Olha, lá embaixo tem muita gente ainda que as máquinas não tiraram. Eu não consigo mais subir porque sinto as almas naquele lugar”.

O contato com essas e muitas outras situações e concepções foi me levando a crer que o 'discurso da vítima virtual' talvez fosse uma espécie de projeto civilizatório, algo parecido com a que Michel Foucault em *Vigiar e Punir* apontou em relação às prisões e ao aparelho penal. Trata-se de um processo muito

complexo, que se deu no correr de séculos e que passou por alguns pontos principais: 1) o processo de objetificação e fragmentação do mundo e da sociedade, que foi acompanhado do desenvolvimento das ciências naturais e humanas; 2) o controle e o esquadramento do tempo e dos corpos e 3) o progressivo entendimento da vida como processo majoritariamente biológico e individual, que deve ser acumulado e estendido.

Quando as supostas vítimas em potencial não se encaixam exatamente neste papel de se policiar e de evitar os riscos segundo as maneiras apontadas pelo poder, torna-se difícil manter a ideia de que baste apenas que o Estado garanta um cotidiano tranquilo e prazeroso para os cidadãos. Racionalizações como “é para o próprio bem delas” proibir a favela aos favelados, bem como projetos de adaptá-los a padrões burgueses, mostram que, mesmo para quem está confortável com o proclamado fim das utopias e com a figura do Estado-empresa, vigora também o Estado autoritário, que interfere nas vidas “privadas”. Estado que interfere nas vidas privadas, pelo menos naquelas que não têm o “bom senso” de serem privadas segundo a maneira que a sociedade capitalista exige.

Este paradoxo se apresenta também na imprensa. Curiosamente, os mesmos jornais, nos quais costumamos ler clamores pelo Estado Mínimo e defesas do livre mercado, pedem o reforço das políticas de Estado quando se trata de remoções em favelas ou quando moradores de áreas de risco se recusam a sair de onde moram.

*

Sabe-se que não é necessário que uma forma cultural corresponda completamente ao real para que 'funcione' na teia de significações de uma cultura. As ideias de que a Terra fosse o centro do universo perduraram durante séculos na Europa e geraram seus efeitos sobre as ações humanas, mesmo que jamais tenham correspondido à realidade (pelo menos de acordo com nossas teorias atuais). Porém, deve haver condições para que um mito se instale numa determinada cultura, além do óbvio de que ele comunique algo considerado importante. Para a existência da oposição cidade/campo, que marcou boa parte da mitologia das sociedades capitalistas, particularmente no Brasil, talvez seja minimamente necessário que haja cidade e campo e que um seja colocado em contraste com o outro. Durante boa parte da história brasileira, apesar de o capital agrário ter participado ativamente da acumulação do capital industrial, a cidade ficou

marcada como o pólo moderno enquanto o campo aparecia como o arcaico ou tradicional. No contexto atual do Brasil, com o capitalismo agrário e com a industrialização do campo, a oposição pode não estar mais apresentando a antiga força.

Para que alguém se pense como 'vítima virtual', é necessário se ver como indivíduo que tenha por ideal de felicidade privada medir o mundo como risco, isto é, entendê-lo como potencialmente ameaçador em maior ou menor grau, e vendo esta ameaça como algo que pode ser contido com determinado tipo de controle sobre a vida. Neste caso o indivíduo passa a reger sua vida observando cuidados específicos para evitar riscos de prejuízos. Age como um empresário de si mesmo. Segundo esta perspectiva existencial, os riscos não se limitam a estar no presente: estendem-se do presente para o futuro e fazem com que a pessoa se projete no tempo – por exemplo, alimentando-se hoje de modo a prevenir um ataque cardíaco daqui a 70 anos.

Em vários setores da sociedade brasileira é provável que até certo ponto se pense dessa maneira. Os anúncios de planos de saúde, de seguros de vida, bem como toda uma série de reportagens sobre boa forma, alimentação saudável e prevenção de acidentes são indicativos desta probabilidade. A pesquisa no Morro do Bumba, porém, revelou vários dados que sugerem que essa tendência não chegou por completo àquele grupo. Muitos moradores rejeitam a relação com médicos de maneira cotidiana. A relação com as recomendações de saúde costuma ser bem diferente, como no caso de pessoas que relatavam comerem produtos do Bumba na época do lixão, sabendo que estavam fora de validade, mas bradando com orgulho que não passavam mal facilmente e que nada havia de errado com tal prática, desde que se soubesse distinguir o que se deve comer e como fazê-lo.

Em muitos casos caçoa-se do adestramento dos quais várias dessas práticas médicas derivam e que acabam reforçando. Numa tarde, em um campeonato de 'cafifa'⁵⁶, um menino cortou profundamente o dedo. Ele pôs-se a chorar por causa da dor. Um dos homens que estava por lá o sentou numa cadeira, trazendo álcool e algodão. Disse, brincando: “Se fosse uma madame do asfalto, já ia pra farmácia

⁵⁶ Objeto feito com dobradura de papel, cola e pedaços de madeira. É feito especialmente para que consiga voar com o impulso do vento, amarrado a uma linha, sendo utilizado em brincadeiras para mostrar a beleza de seu artesanato ou em disputas em que um participante tenta se apossar da 'cafifa' do outro. Utiliza-se uma mistura de cacos de vidro e cola – o cerol – para que a 'cafifa' corte mais facilmente a linha da outra. Chamada de 'pipa' em muitos outros lugares do Rio de Janeiro.

comprar mertiolate. Aqui não é assim não, não tem frescura”. E completou: “Tamo ainda aliviando, colocando álcool. A gente que trabalhava em oficina, quando ferrava o dedo nas ferragem, cicatrizava era com gasolina mermo. Não tinha essa de não arder não”. Diante disso, o menino engoliu o choro e se esforçou para ficar quieto, enquanto o outro limpava a ferida com álcool.

Noutra oportunidade, um dos moradores do abrigo do III Batalhão de Infantaria, para onde foram muitos dos que perderam (ou não) as casas nas chuvas de 2010, também zombou de sua 'doença'. Quando contei a ele que tinha ido ao médico por conta de uma infecção intestinal, recebi como resposta que ele também tinha andado doente. “Tô vendo, tá até com o nariz escorrendo”, eu disse. “Ih, isso aqui não é nada. Tinha que ver como eu tava semana passada. Peguei pneumonia braba”. Perguntei: “Mas então melhorou, né? E aí, teve que ir ao médico também?”. E ele, gargalhando: “Que nada. Curei foi na cevada mermo”.

Outro dia, um morador do abrigo me levava para comprar umas cervejas para reforçar um churrasco que ocorria lá. Ele me dizia que não podia pedir dinheiro para a avó para ajudar, pois ela era contra ele beber porque estava tomando remédios. Curioso por causa da pesquisa, logo perguntei: “Toma remédio pra quê?”. Seu semblante se fechou repentinamente⁵⁷: “Ora, como pra quê? Eu tomo como todo mundo toma, pra não morrer!”, exclamou um pouco grosseiramente, como se fosse óbvio.

Para mim, não era nem um pouco evidente que o uso de remédios era diretamente para evitar a morte. Lembrando a enorme variedade de medicamentos que somos levados a conhecer, via aqueles destinados a curar calvície, outros para

⁵⁷ Mesmo que nesse caso a reação possa ter sido agravada por condições do que ocorria no momento, devo registrar que notei que as pessoas do abrigo e do Bumba poderiam ficar muito irritadas em um momento e, logo depois, voltarem a ser alegres e festivas. Isso me causou forte impressão, talvez pelo contraste com aquilo que conheci em minha infância.

Como o nome deixa entrever, em grande medida sou de criação japonesa. Estou acostumado com um tipo de controle e disposição das emoções com muito menos altos e baixos repentinos. Parentes japoneses meus costumavam manter uma postura muito civil e respeitosa que, quando se rompia, parecia um estouro irremediável. No Bumba, muitas vezes os gritos e ameaças de raiva eram companheiros muito próximos das gargalhadas e da amistosidade.

Na casa de um amigo do morro, eu ia embora para o Rio. Eu já estava acostumado, mas para meu anfitrião parecia uma viagem longa. Ele me disse para eu ir ao banheiro, mas respondi que estava sem vontade. “Vai lá que a viagem é longa e no ônibus não tem banheiro”, ele me recomendou. “Ora, qualquer coisa dou uma passada num bar e vou ao banheiro”, respondi. Acredito que ele tenha pensado que eu não gostaria de ir a ser banheiro porque eu o considerava sujo com relação ao que eu estava acostumado ou algo do tipo. Só sei que ele pareceu muito bravo e falou: “Ora, se você não for, vou ficar chateado contigo”. “Tá bom, tá bom, eu vou. Só tava sem vontade mesmo”, desculpei-me. Achei que ele realmente tivesse levado muito a sério o assunto, mas ao voltar do banheiro a conversa retomou o tom leve e as risadas.

evitar determinado tipo de dor ou sintoma, aliviar as barrigas magoadas por comilanças, outros destinados a fungos nos pés ou em partes incômodas, uns para dormir, outros para acordar e ativar o metabolismo, fortificantes, emagrecimento... Enfim, toda uma coleção de substâncias que não pareciam ter como maior objetivo evitar a morte. Pareceu-me que vários as conheciam, mas a familiaridade não era exatamente a mesma que a de outros setores da sociedade brasileira.

De qualquer modo, achei a situação estranha e logo disse, “Relaxa, amigo, só tô perguntando”. Depois de um tempo andando e falando sobre outros assuntos, ele me contou que sofria ataques epiléticos e mudanças de humor. Notei que, mesmo que muitos moradores evitassem as consultas com médicos e uso de medicamentos, no que dizia respeito aos casos classificados como de “saúde mental” esse tipo de resistência não era tão frequente.

É claro que havia uma grande diversidade nas visões sobre a saúde. Afinal de contas, muitos trabalhavam em hospitais ou frequentavam cursos sobre saúde. Organizações Não-Governamentais e instituições ligadas ao governo propagavam certo tipo de visão sobre saúde e doença. Num caso, por exemplo, uma amiga reclamava que o filho de Fulano seria portador de uma doença de pele contagiosa para as outras crianças. Por conta disso, tentava evitar que seus filhos brincassem com o Fulaninho, evitando que pegassem a tal “pereba”. Eu disse que não conhecia a tal doença. Ato contínuo, minha interlocutora me mostrou o braço: “É essa aqui, ó. Mas a dele é muito maior e sai pus”.

Há situações em que estas mesmas pessoas vão aos postos de saúde ou recebem visitas médicas. Porém, a experiência de campo foi me mostrando que a maior parte desses casos era considerada extrema ou ocorria quando alguém dosse considerado como um ser com necessidades especiais – como um bebê recém-nascido ou alguém com doença (sobretudo mental) capaz de atrapalhar o convívio. Numa ocasião, perguntaram-me por que andava sumido. Eu disse que andava com uma infecção intestinal. “Fulano morreu disso, toma cuidado, hein? Você precisa ir ao médico”, disseram-me com urgência. Outro dia, Beltrano comentava: “Estou com pedras nos rins. Infelizmente, tenho que ir ao médico”. Sicrano respondeu, “Pois é... Não tem jeito, né?”. “É, tem que fazer cirurgia...”. Enfim, nas poucas vezes em que ouvia sobre ir ao médico, o caso era associado a morte ou a uma obrigação infeliz. Nunca ouvi falar, como é comum entre grupos

mais habituados ao nosso sistema de saúde, de uma consulta “de rotina” ou de que fosse preciso procurar profissionais de saúde regularmente a fim de se prevenir.

Lembro também de várias ocasiões em que vi pessoas rejeitando as recomendações da Defesa Civil para deixar suas casas, não por irracionalidade, mas por recusarem o que aquilo ocasionaria nas suas vidas. Deixar de estar entre conhecidos, morar em uma posição subalterna em um abrigo da prefeitura ou ter de se habituar a outros lugares, nos quais não se podem criar animais domésticos ou galinhas, como é muito comum no Bumba...

Muitos podem dizer que se trata de um problema de falta de informação ou mesmo usar a estranha expressão de que se trata de falta de cultura. Talvez possamos propor um olhar diferente nesta questão, priorizar que estas pessoas têm um discurso e que este afirma algo de positivo, não somente se apresentando como uma 'falta'. Será que pelo menos em parte essas atitudes não são uma afirmação *contra* o projeto civilizatório em torno do risco e da ideologia da vítima virtual? Será que elas não estariam “se manifestando positivamente não 'sem', mas *contra* o Estado – contra suas promessas, contra os seus métodos, contra seus aparelhos e contra seus efeitos?” (RODRIGUES, 2006, 158).

*

Pude presenciar situações em que isso acontecia de maneira muito explícita, nas quais o que ocorria é muito difícil de classificar segundo categorias como resistência/conivência, consciência/inconsciência ou apropriação/submissão. Nas manifestações políticas era comum que as representações apresentadas pelas pessoas a respeito de suas circunstâncias de vida diferissem bastante das que se faziam nos ambientes cotidianos. Por exemplo, uma pessoa que dizia que o marido morreu por conta das condições saúde pública em que viviam os moradores do abrigo, descreveu a morte do mesmo como causada por overdose de drogas no abrigo. Outra, que grita que muitos ficam presos do lado de fora do abrigo, que eles não têm as mesmas liberdades que teria em casa, dramatiza uma situação que acaba sendo bem mais maleável no cotidiano: depois de certa hora, os portões se fecham, mas os porteiros se revezam na madrugada para abri-los.

Quando comecei a pesquisa, minha expectativa era encontrar pessoas em situação de miséria absoluta, “abandonadas pelo Estado” após os desabamentos. Por conta de outras experiências, também esperava encontrar alegria e

descontração, mas totalmente nublados pela carência. Minha surpresa foi muita quando via uma grande quantidade de festas, de jogos de futebol, de conversas animadas em bares e na rua, churrascos – enfim, um transbordamento intenso de alegria. Evidentemente, quando assunto era a catástrofe, a tristeza aparecia, embora a maior parte das pessoas falasse da saudade dos parentes, do salvamento de alguém por acaso e da solidariedade entre as pessoas.

Por isso estranhei muito as manifestações por conta dos desabamentos, mesmo vendo uma participação relativamente pequena. Num dia, via pessoas que zombavam da política partidária, que afirmavam a alegria e que até faziam questão de dizer coisas como “ninguém aqui é coitado” e afirmar que “a vida ali era melhor do que em muito condomínio de classe média”. Noutro dia, durante as manifestações, às vezes as mesmas pessoas me surpreendiam ao clamarem: “É uma vergonha que dois anos depois o Estado não tenha feito nada”, que “os desabrigados estão jogados às moscas enquanto os políticos roubam” ou que “Fulano morreu por negligência do Estado”.

Fui juntando essas observações a outras até começar a emendar uma suspeita. Com dificuldade e em conflito com ideias que marcaram minha vida anteriormente, fui dando mais atenção à hipótese de que uma imagem da pobreza como miserável, irracional, ameaçada por doenças e pela violência era praticamente e sutilmente necessária para a manutenção do poder no capitalismo. Com isso, não quero negar a realidade da pobreza, que existam pessoas que passam fome e que não dispõem dos meios necessários para viver uma vida que considerem digna. Não quero negar a desigualdade social, tão evidente numa sociedade em que indivíduos podem ser donos de fortunas comparáveis à de países inteiros.

Igualmente, porém, não podemos esquecer-nos do fantasma que é, para as classes média e alta, a ideia de se “cair na pobreza”. E também de como o Estado toma para si a obrigação de “civilizar” esses segmentos da população, seja por programas de saúde e higiene, habitação, escolarização e até mesmo pela força da polícia. Não podemos ignorar o fato de que políticos explorem situações como a que ocorreu no Bumba para se beneficiar, afirmando que levaram tais e tais benefícios, tirando fotos e se filmando com moradores do local. Nem como os desabamentos foram noticiados, colocando um foco grande no sofrimento e na miséria e responsabilizando os governos por não os remediar. Muito menos

podemos fingir não ver a própria atitude dos moradores, que se colocavam como carentes de Estado, em contraste com o que se apresentavam no cotidiano.

Como colocou José Carlos Rodrigues:

...talvez seja uma característica logicamente inerente ao Estado atual inventar 'carências' ou convencer as camadas populares do que sejam portadoras de 'necessidades' (de esgoto, iluminação higiene, transporte escola, policiamento, saúde, cultura, segurança, etc.), 'carências' que, por esse ou aquele caminho, somente o próprio Estado pode suprir. Essas características chegam mesmo a fazer com que as pessoas passem a pensar que o Estado tem o “dever” de satisfazer tais carências ou necessidades. Por essa estratégia, onde havia necessidades aparece o “provedor” e onde imperavam as ameaças surge o “protetor”. Assim o próprio Estado transforma-se em uma “necessidade”.
(2006; 156-157)

*

Ainda sobre o tema do risco e da vítima virtual, numa de minhas idas ao Bumba ouvi de um senhor uma frase marcante que aponta para dois argumentos importantíssimos quanto a risco: “Se a gente respeitasse todas as leis para construir casa, ninguém aqui teria onde morar”. Primeiro argumento: a lógica com que trabalham os relatórios 'técnicos' sobre o risco é seletiva, assim como nosso pensamento sobre o mesmo. Ulrich Beck (2011; 69) mostrou isso muito bem quando analisou a lógica do risco científico: pelas estatísticas exatas sobre os riscos da energia nuclear, por exemplo, pode-se demonstrar que estes são muito pequenos e, portanto, justificar-se-ia uma escolha civilizatória como puramente técnica.

Outro aspecto dessa seletividade é ressaltado por José Carlos Rodrigues (2006) ao tratar de uma pesquisa sobre as razões de os operários de uma empresa não usarem equipamentos de segurança. Os administradores os consideravam “ignorantes”, embora eles mesmos praticassem esportes radicais, expondo-se a riscos “desnecessários”.

Assim como há riscos em morar em uma favela, há também os que decorrem de não ter onde morar, ou de morar muito longe. Há ainda outros como o de ficar fora de uma comunidade de pessoas que se reconheçam e que se estimem, o de não ter tempo para as relações pessoais ou ainda o de ficar desempregado por conta de morar longe e de tudo o que pode decorrer disso... Enfim, uma infinidade de possibilidades à qual podemos estender a mesma racionalidade dos riscos, mas que em geral não são consideradas quando se faz essa espécie de cálculo.

O segundo argumento é o de que parte dos riscos está implícita na própria ordem social que os calcula e que faz a gestão dos mesmos. Refiro-me aos riscos inerentes à própria existência de uma forma social na qual a distribuição extremamente desigual da renda, acompanhada pela concentração de postos de trabalho e por uma ferrenha e cruel especulação imobiliária implica dramáticas dificuldades para construir habitações populares.

No plano macroscópico podemos testemunhar uma sociedade produzindo em massa, utilizando largamente de materiais plásticos, produzindo lixo industrialmente... A 'solução' escolhida é introduzir grandes concentrações desses 'dejetos' nas partes menos abastadas das cidades e dos campos, fermentando riscos e mais riscos em cada um desses lugares. Por mais que as saídas administrativas ou técnicas produzam formas cada vez menos perigosas e mais eficientes de lidar com os dejetos, a própria produção acaba gerando mais e mais poluição.

Chega a tal ponto este processo que se inventam 'saídas' impensáveis em outros tempos. Países concordam em exportar lixo para outros, que passam a receber dinheiro em troca de armazenar detritos perigosos. Esta exportação é análoga ao que já se fazia em escala não tão gigantesca em que também certas pessoas menos poderosas são responsabilizadas pelo lidar com as impurezas, atividades quase sempre consideradas baixas e em geral, conseqüentemente, mal remunerada. A imaginação chega a ponto de cogitar que no futuro será possível enviar esse resto ao espaço, livrando-nos assim de sua produção em massa. Enquanto isso, mantém-se a incompatibilidade entre os ritmos de produção e os ciclos de regeneração da natureza – uma das principais raízes do que chamamos “crise ambiental”... Como se vê, a segurança também contém seus riscos.

Ao olharmos dessa forma, fica claro que os riscos e a 'vítima virtual' não constituem apenas novas formas de relação entre indivíduos e Estado ou uma maneira de viver pautada pelo racionalismo puro e pela cientificidade. Essas relações também são construtoras de mundos, formadoras de futuros coletivos. Ulrich Beck (2011, 33) aponta para a diferença fundamental entre o risco e a utopia:

...riscos vividos pressupõem um horizonte normativo de certeza perdida, confiança violada. Desse modo, os riscos, mesmo quando irrompem calados, encobertos por cifras e fórmulas, continuam a estar em princípio vinculados espacialmente como a condensação matemática de visões danificadas da vida digna de ser vivida. (...) Riscos são, nesse

sentido, imagens negativas objetivamente empregadas de utopias nas quais o elemento humano (...) é conservado e revivido no processo de modernização.

Para Beck (2011, 34), diante desse “horizonte normativo, no qual o que há de arriscado no risco começa a se fazer visível e seja tematizado e experimentado. Por trás de todas as reificações, cedo ou tarde emerge a questão da aceitação e, com ela, a velha questão: como queremos viver? o que há de humano no humano, de natural na natureza que é preciso proteger?”

*

Em uma ocasião inesperada, um evento feito para preparar a chegada de um bebê, ocorreu uma brincadeira/rito⁵⁸ que talvez possa ajudar a pensar esta e outras questões. Em certa altura da festa, depois de recebidos os presentes, acabaram os refrigerantes e a cerveja. Em vez de se fazer o ratatá⁵⁹, como eu esperava, as mulheres e crianças se reuniram em torno da futura mãe com rolos de papel higiênico. Não conseguia enxergar muito bem o que se passava de onde eu estava, mas ouvia os risos das crianças e os gritos das mulheres. Algumas batucavam alegremente em panelas e ensaiavam marchinhas. Quando resolvi me aproximar, vi a grávida toda coberta de papel higiênico, imitando um vestido de noiva, só que com a barriga exposta. Onde o branco do vestido representaria a pureza e a castidade da noiva, ressaltava-se o fato de a mulher em estado de gravidez avançada (o que lembra as velhas histórias de mulheres que casaram por estarem grávidas), os gritos e risos. Para completar o quadro, a noiva portava uma faixa, como as de madrinhas de escola de samba, onde se achava escrito “Mãe do ano 2012”. A batucada nas panelas, os gritos enlouquecidos e os risos faziam as vezes das bandas matrimoniais ou até mesmo dos ritos do padre. Em vez de a noiva se encaminhar ao altar, onde seria abençoada por Deus e juraria fidelidade ao marido, na pobreza e na riqueza, o povo foi todo para a rua, batucando. Lá, as pessoas cantavam em altos brados: “Ei, você aí! Me dá um dinheiro aí! Me dá um dinheiro aí!”. A grávida ia então, com a barriga de fora do vestido, botar uma panela para que algum passante na rua ou frequentador de bar pudesse depositar dinheiro, enquanto o coro cantava “Bota! Bota, Bota!”. Quando alguém negava doação, todos gritavam: “Pão duro! Pão duro!”. Se alguém parecesse ser mais

⁵⁸

Durante o ocorrido, me contaram que era um costume.

⁵⁹

Uma maneira de juntar dinheiro entre os presentes, descrita no capítulo III.

sensível a isso ou simplesmente para variar a cantoria, o coro cantava: “É pro bebê, é pro bebê!”. Aí alguém logo brincava ao fundo: “É pra bebê, é pra bebê!”

Talvez em parte por ser precária a sinalização da área, mas certamente também por uma questão de afirmação, o grupo todo de umas 40 pessoas se metia na rua quando ia atravessá-la, forçando os carros a esperar a passagem. A reação dos pedestres quando o grupo passava era muito variada: uns olhavam com horror, outros corriam, vários riam muito, outros pareciam alegres, uns tantos olhavam rápido e ignoravam. Alguns, que conheciam as pessoas da passeata, logo lançavam algum comentário jocoso: “Ih, é arrastão isso ae?”, “Ih, olha a Fulana aí, gente!”, “Conhecendo a Sicrana, daqui a pouco tá todo mundo com uma caixa de cerveja!”. Terminada a procissão⁶⁰, todos voltaram ao abrigo e se reuniram. Contado o dinheiro, anunciou-se a quantia com grande estardalhaço e tudo foi usado para continuar a festa em homenagem ao bebê. Alguns foram comprar cerveja e refrigerante e a comemoração foi até bem tarde. Podia-se dizer, enfim, que foi para o bebê e “pra bebê” ao mesmo tempo.

Entre vários elementos, o rito presenciado no chá-de-bebê fala de oposições como fora e dentro (quem é do abrigo/passantes da rua), usar do dinheiro recebido para fins considerados nobres (comprar produtos para cuidar da vida do bebê) e de outros que não são tão bem vistos pelos doadores (fazer a festa para comemorar a chegada do bebê e os amigos que ajudam a criá-lo). Escarnece da ideia de pureza da noiva grávida, misturando-a com elementos supostamente baixos (papel higiênico, pedir esmola, batuque em panelas...).

Mas a brincadeira se dá principalmente com os símbolos da pobreza, da caridade e do poder. Joga com a ambiguidade que esses elementos têm na tradição católica e no capitalismo. De um lado, a pobreza é ligada à inocência, cultuada como um desprendimento dos bens materiais ou é bem-vista por representar a eterna possibilidade de ascensão social que a ideologia do capitalismo coloca como diferença em relação aos demais regimes, além de evidentemente depender das classes pobres como mão-de-obra. Por outro, é mal vista porque acaba sendo simbolicamente associada a desvio, por muitas vezes os pobres serem menos comprometidos com a moral dominante. No capitalismo, a pobreza se associa ao

⁶⁰ Vale notar que fui o único homem adulto que participou, embora tenham me dito que todo mundo poderia participar. Creio que isso tem a ver com a identificação destes com a figura do trabalhador, o que não combina muito com pedir dinheiro, mesmo na brincadeira.

fracasso porque sua moral prescreve que os esforçados serão recompensados e a pobreza é onde se acumulariam aqueles que falharam em ascender socialmente.

Diante disso, a ambiguidade dos pedidos de dinheiro para o bebê aflora. Seria o dinheiro usado para a cachaça ou para a educação dos filhos? Normalmente, a caridade está ligada à humilhação ou humildade, ao pedinte implorar a alguém, às vezes exagerando a carência. No rito o pedido é feito com grande festa e alegria, quando não com exaltação e desperdício (as pessoas estragavam as panelas com os batiques), muitas vezes sem esconder que se está fazendo uma festa. Até exaltando, gritando e festejando. Nega-se a imagem de miséria que se veste ao mendigar a quem está em posição de poder, pois a brincadeira se faz justamente zombando dessa miséria.

*

Depois de muito pensar sobre a relação dos moradores do Bumba com o Estado e a lei, deparei-me com um trecho do livro *Antropologia do Dom*, de Alain Caillé (2002). Discorria sobre a ideia de contrato social e de como aqueles que acreditavam que a sociedade fosse regida pela conciliação de interesses individuais e pelo “toma lá, dá cá” - a condicionalidade do tipo “me dá dois reais, que te dou a água” - acabavam na crença incondicional no contrato, que manteria a ordem necessária a essas trocas e ainda permitiria o uso dos meios para corrigir ou punir as infrações.

O fato de os jornais conclamarem ao Estado a exercer seu controle e corrigir sua gestão do Bumba poderia representar uma humilhação dirigida aos governantes, mas é um reforço do suposto contrato e do próprio poder que gerencia essa ordem social. No Bumba não se compartilha da crença na justiça desse contrato imaginado: valorizam-se talvez outras características, como aquele que “chega junto”, os favores, as amizades, o contato... Entretanto não basta dizer que existe essa rejeição, até porque em várias ocasiões são aceitos favores do Estado e de outras instituições e muitos votam nas eleições, matriculam-se nos colégios, mais ou menos utilizam alguns serviços de saúde.

Alguns acontecimentos em campo provocaram ainda mais essa linha de pensamento. Em um dia, no campo de futebol, ocorreu uma confusão nos horários dos times que jogariam de manhã. Parece que houve uma diferença na interpretação da reserva de campo, pois uns achavam que teriam toda a manhã e poderiam manter o ritmo comum no Bumba, de as pessoas chegarem aos poucos.

O responsável por marcar os jogos agendou outro, crendo que o time só usaria o primeiro horário, jogando direto. De qualquer maneira, chegou-se à conclusão que os times de casa jogariam primeiro, em dois tempos de tantos minutos. Durante o jogo, muitos começaram a reclamar do juiz, como era bem habitual. Só que ao fim do primeiro tempo, passaram a discutir com ele porque estava encurtando o período de jogo para que o próximo time tivesse logo sua vez. Acusavam-no de estar fazendo isso para que o time de fora continuasse a vir para o Bumba e assim permanecesse pagando a contribuição que o juiz ganhava dos jogadores. O segundo tempo foi ainda mais curto e então os ânimos se acirraram. Puseram-se a gritar e a brigar com o juiz. Uns diziam que o tempo estava certo, outros que foram alguns minutos de diferença e a maioria tinha certeza de que mais de quinze minutos tinham sido descontados. Eu não tinha pensado em marcar, mas pelo que estimei no meu relógio, pelo menos 10 minutos haviam sido debitados.

- “Porra, esse juiz é o maior ladrão, não sei como ainda não partiram a cara dele”, gritava um.

- “Ainda tem a cara de pau de negar”, exclamava outro.

- “Ah é? Então apita você!”, disse o juiz, passando o apito para alguém.

De fato, a pessoa fez o serviço no próximo jogo. Isso não acalmou a maior parte das pessoas e parecia que ia dar em briga. Foi quando alguém falou, com tom conciliador: “Porra, cês sabem que Fulano [nome do juiz inicial] faz essas coisas. Todo mundo aqui já conhece. Quiseram deixar ele apitar, mas tá todo mundo cansado de saber”. Para a minha surpresa, isso fez com que a briga parasse. Tinha certeza que, se fossem outros conhecidos meus, essa frase só irritaria ainda mais. Dois jogos depois, o fulano que apitou o primeiro jogo, já estava como juiz de novo, para pessoas que lhe eram mais simpáticas.

Em outro dia, fui jogar sueca com alguns moradores que se retiraram do campo de futebol para tomar algumas cervejas em um bar. Sempre fazia questão de corrigir as pessoas quanto às regras do jogo, pois muitas vezes elas erravam sem querer (outras, claro, intencionalmente). Também sempre evitei sinalizar para o parceiro com o rosto ou com as mãos, indicando qual carta ou naipe seria mais favorável para as cartas de que eu dispunha. Acreditava que sinalizar usando as próprias ferramentas que o jogo disponibilizava tornava-o mais divertido. Na

sueca, a pessoa que joga a carta de valor mais alto numa rodada leva o jogo que se encontra à mesa e deve colocar na próxima rodada a carta inicial, escolhendo o naipe e fazendo os outros reagirem à sua jogada. Às vezes, seria vantajoso que o parceiro fizesse a jogada em seu lugar, mas pelas regras isso não é possível. Minha dupla muitas vezes tentava fazer isso, mas com tal naturalidade que eu o corrigia. Ele ficou muito irritado e disse: “Joga quieto!”. E eu: “Foi mal”. Acabei fazendo isso outra vez, por puro hábito e de novo veio a bronca. O engraçado é que meus adversários nem ligavam quando eu apontava para o que seria uma “trapaça” na minha concepção, mas me olhavam como se eu não soubesse jogar (apesar de nossa dupla estar ganhando). Quando eram eles que percebiam que meu parceiro trapaceava, eles chamavam a atenção e ele se corrigia sem reclamar. Notei também que todos tentavam fazer discretos sinais, provavelmente para indicar a próxima jogada.

Depois desses dois dias, conversei com Inácio sobre o jogo de cartas e como isso me espantou um pouco. Ele me explicou que era parte do jogo fazer sinais, assim como, em outro dia, quando jogávamos sinuca, ele fingiu ser menos habilidoso para atrair oponentes em busca de ganhar apostas fáceis. Aquilo que eu poderia perceber como trapaça era, para outros, parte do jogo. Inácio ficou com medo de que eu acreditasse que as pessoas seriam trapaceiras por conta disso.

Enfim, a partir dessas histórias sobre jogos, fui percebendo que, se não há uma aceitação incondicional das leis e contratos que seriam responsáveis por reger a sociedade atual, não há também, por outro lado, uma rejeição incondicional. Creio que a ideia de um juiz injusto por natureza, familiar não só ao Bumba como às torcidas de futebol, serve para descrever em parte a representação do Estado.

Há, evidentemente, outras maneiras de expurgar o que é considerado injustiça, papel que muitas vezes a troca de favores, o chamado “jeitinho brasileiro”, outras autoridades (família, força, culpa), autogoverno, mobilizações do grupo, acabam cumprindo. Até no futebol, independente de se aprovar ou não essa atitude, costuma-se cantar quando o sentimento de injustiça é grande: “Juiz ladrão, porrada é solução”.

5. Jeitinhos

Não é necessário ser especialista para saber que o senso comum, sobretudo o das camadas mais elevadas, e a imprensa associam favela, pobreza e criminalidade. Não é segredo que governantes tenham chamado as favelas de “fábrica de ladrões”, que as vejam como “terra sem lei” e que elas sejam figuras constantes nas páginas policiais. Lícia do Prado Valladares, em *A invenção da Favela* (2005), mostra como esse imaginário perdurou entre os administradores cariocas, ao pensarem as favelas como problema de criminalidade a ser resolvido. Mostrou também como este imaginário persistiu, mesmo depois que o pensamento predominante deixou de ser “eliminar” as favelas, passando a ser “corrigi-las”.

Em *O Mito da Marginalidade*, Janice Perlmann (1977) se preocupou em combater de maneira muito direta alguns preconceitos acerca da população das favelas. Sua pesquisa no final dos anos 60 no Rio de Janeiro demonstrou que as principais teses sustentando a marginalidade destes moradores não podiam ser comprovadas. Apontou que onde se supunha falta de organização havia intensa vida associativa, que onde se imaginavam isolamentos havia enorme circulação pela cidade e que onde se presumia parasitismo econômico muitos trabalhavam e valorizavam o trabalho.

O estigma da marginalidade, bem como o combate ao mesmo, estava presente nos lugares que pesquisei. Um dia em que me encontrava na portaria do abrigo quando repentinamente apareceram dois homens em uma motocicleta perguntando se alguém teria entrado ali correndo. O do banco de trás carregava uma pistola. Os dois eram de pele clara, estavam “bem vestidos”, usavam expressões diferentes das usadas ali. Logo um dos moradores, responsável por lidar com casos como esse, ficou visivelmente irritado.

- “Ih, mermão, não tem ninguém aqui não!”

- “Cê tem certeza?”

- “Porra, tenho. É só assaltarem alguém que logo acham que é daqui, né? O cara deve morar para lá. Disse apontando para uma das favelas da região.”

Quando a dupla foi embora, virou-se para mim e disse que um deles foi assaltado e que às vezes alguém passava lá com algum caso semelhante. Os outros moradores do bairro com frequência olhavam para o abrigo com suspeita. Muitos de lá acreditavam ser esta uma das razões principais para que tivessem tido que deixar um segundo abrigo que existia quando o número de flagelados pelo desabamento era maior, pois este ficava em Niterói, em uma área mais valorizada. “A gente já sabia que a história de que iam montar apartamento para a gente lá era mentira”, dizia-me uma amiga toda vez que o assunto surgia. Segundo esta e muitos outros, nem sempre os vizinhos eram receptivos, pois os acusavam de sujar a cidade ou de serem perigosos para o local.

Existe, contudo, um segundo perigo a que tal pensamento pode nos levar, não menos preconceituoso que o primeiro. Este é o de que favelas como o Morro do Bumba sejam espaços cujos habitantes almejam pautar suas vidas de acordo com os padrões das camadas médias, mas teriam suas aspirações frustradas em decorrência da ausência do Estado. Em outras palavras, que os moradores gostariam de confiar no poder público, mas estariam desiludidos da política, pessoas às quais faltaria acesso à educação, ao consumo e qualquer outro mediador para a cidadania e a vida digna.

Embora essa linha de pensamento expresse demandas que podem existir em diversas favelas (no Morro do Bumba inclusive)⁶¹ e não devam ser ignoradas, erra ao tentar entender os sujeitos envolvidos com base em referencial que lhes é estranho. Geralmente este modo de pensar toma como referência as camadas médias urbanas dos países centrais do capitalismo, em consequência caracterizando os sujeitos de outras sociedades pelo que a estes faltaria. Assim, alguns reduzem o domínio do tráfico de drogas sobre certa área à negligência do Estado, afirmando que os traficantes assumem funções que deveriam ser de governantes. Outros consideram o fato de alguns terem filhos numerosos, atribuindo-o à ausência de planejamento familiar ou à ignorância relativa aos recursos anticoncepcionais. Quando alguém se recusa a tomar as precauções recomendadas pela medicina moderna, quando outro deixa de priorizar o horário

⁶¹ Durante a pesquisa, como notei nos capítulos anteriores, a demanda pelo consumo era grande, sobretudo entre os mais jovens. A rejeição ao Estado era evidente, apesar de que se exigisse dele medidas como aluguel social, apartamentos para os desabrigados, cimento e outros bens – o que se poderia classificar como reivindicação de assistencialismo.

do serviço, quando à ascensão profissional alguém prefere as relações pessoais e a comemoração da vida, não faltam “teóricos” a buscar alguma falta: de educação, de capacidade organizativa, de responsabilidade... Quando alguns votam pensando nos amigos ou fazendo trocas para se beneficiar, logo vem a acusação de faltar a consciência política.

Esquece-se que para cair no cinismo ou na descrença em relação a essas concepções, é necessário primeiro aceitá-las como o que deve reger a vida. Não consegui encontrar evidências de que tenha havido esta aceitação prévia. Pelo contrário, muitas vezes a ação do Estado era vista como violenta e desagradável, a menos que fosse nos termos de trocas por dinheiro, bens ou compensações pelos desabamentos. Um morador chegou a dizer numa conversa sobre o assunto: “Prefiro que eles fiquem pra lá. As pessoas acham que pode ajudar, mas vem aqui e atrapalha”. Esta corrente de pensamento acaba ignorando as diferenças afirmadas. Não dá atenção ao fato de que ter filhos, por exemplo, é algo que se afirma; que família se procura expandir, multiplicar e celebrar. Não observa que a política é alvo de suspeitas não por sua ausência, mas justamente por sua atuação.

Enfim, não considera que muitos julgam que suas vidas, pelo menos em alguns aspectos, são muito melhores do que as de pessoas de camadas médias. Segundo depoimentos no decorrer da pesquisa:

- “Tem gente que vive em prédios em que não conhecem nem os vizinhos, Seijo. Não quero essa vida pra mim não. Aqui eu conheço todo mundo, sento ali tomando uma cervejinha...”.

- “Fulano só quer saber de ganhar dinheiro, não trabalha pra viver, vive pra trabalhar”.

- “Tem gente que tem medo de tudo, vive achando que alguém vai roubar ou fazer alguma coisa. Eu não vivo assim”.

- “Você vê uns caras estudados, cheio de diploma, mas que não sabem fazer nada. Não sabem bater uma laje, fazer uma cerca, não sabe nem viver”.

- “Vou querer viver juntando dinheiro pra quê? Meus filhos vão juntando os deles, mas deste mundo ninguém leva nada, só o bem que a gente faz”.

- “Quando faço serviço em casa de madame, muitas não me dão nem um copo d’água. Aqui (perto do Bumba), chego e almoço com o cliente, conheço a família inteira”.

*

Quase tão importante quanto aprender a olhar para os estilos de vida e as crenças que se afirmam no local, é observar que o raciocínio baseado na “falta” pode nos fazer idealizar o outro lado. Ele esquece ou ignora que as “justiças” do Estado podem muito bem ser injustas para quem as recebe. Por exemplo, não são poucos os habitantes de favelas “reconquistadas” ou “pacificadas” pelo Estado que se veem constrangidos a residir em zonas mais distantes, longe dos amigos e da vida que ali fizeram, expulsos pela valorização econômica do local, pelo encarecimento do custo de vida. Isto se dá também pela intolerância, que beira a violência, a algumas de suas práticas, que soam como restrições (bailes *funk*, a atividades informais de comércio, obrigação de constantemente se identificar e justificar). Como podemos fazer pouco caso de que numerosos moradores da Rocinha, favela carioca alvo de ocupação policial, tenham afirmado sentirem-se muito mais inseguros com a expulsão dos traficantes e com a presença dos policiais? Embora seja igualmente importante notar que muitos o evitem, como explicar que vários, como eu mesmo presenciei no Bumba, busquem a mediação do tráfico para conflitos em que outros recorreriam à polícia? O raciocínio baseado na falta deixa passar também o fato de que os tráficos de drogas e de armas estão entre as atividades mais lucrativas no mundo contemporâneo, comércios centrais no capitalismo muito mais do que atividades marginais.

Não se trata, evidentemente, de defender o tráfico de drogas. No Bumba seus membros eram tão criticados e vistos como moralmente duvidosos quanto os próprios políticos. São muitas as histórias de traficantes impondo alguma coisa “na covardia”⁶², vingando traições amorosas violentamente, matando um familiar ou amigo por dívida, ou mesmo invadindo a casa de pessoas que não são “envolvidas”⁶³... Estas são algumas das várias reclamações dos moradores quanto ao tráfico de drogas local. Vale lembrar que alguns moradores diziam que o Comando Vermelho respeita os moradores bem mais que outras facções, que não teriam problema para usar a força.

⁶² Usando de violência física ou de armas de fogo, de maneira que o outro não tenha a capacidade de se retribuir ou se defender.

⁶³ Quem está envolvido é porque participa de alguma das várias funções do tráfico ou da polícia. Contra estes, são autorizadas certas violências, atitudes e obrigações tidas como problemáticas se contra quem não é envolvido. Igualmente, certos privilégios vêm com essa condição, como a participação no esquema de alianças do tráfico de drogas ou no da polícia e a oportunidade de lucrar com eles.

Às vezes corremos o risco de imaginar a sociedade como uma espécie de organismo em pleno funcionamento, no qual há partes úteis, que contribuem para manutenção da saúde do organismo e outras que seriam como um órgão doente a impedir o bom funcionamento geral. A vida social, porém, pode em muitos aspectos ser distante desta maneira de a conceber. No caso do Bumba, o tráfico de drogas era não só essencial para o cotidiano de uma parcela considerável dos moradores – organizava as festas locais e parte do futebol, fornecia remédio, gás, cimento, etc., como muitos de seus membros eram parentes ou amigos de antigos habitantes. Em muitos casos fazia o papel de tribunal e de polícia, proibindo assaltos contra o comércio local, agressões aos moradores, resolvendo conflitos que iam desde brigas no campo de futebol até relações matrimoniais. É claro que algumas vezes se desviava do ideal de justiça que muitos podem esperar. Mas em muitas ocasiões, eu ouvi a aprovação dos moradores: “Deram uma dura no Fulano de Tal, mas também o cara tava errado”, “Mataram meu irmão, mas ele devia, foi perdoado, e foi sacanear os caras de novo...”, “Chamei o menino do tráfico para expulsar um cara de outra facção e que invadiu minha casa”, “Meu ex-marido só parou de me perseguir quando ameaçaram dar uma dura nele”...

Recordo-me de situações que não envolviam diretamente a polêmica do tráfico, mas que não seguiam exatamente a letra da lei. Produtos piratas, gato de luz, transmissão ilegal de TV a cabo, medicamentos obtidos com uma “ajudinha”, deixar de pagar impostos que seriam obrigatórios (luz, água, telefone...), venda ou troca de favores por votos... Situações que presenciei, tidas como necessárias para que se conseguisse manter o cotidiano.

*

Uma das histórias mais marcantes, que já contei menos detalhadamente neste trabalho, sobre a relação entre tráfico de drogas e comunidade veio de uma amiga do Bumba, Neia. Ela me disse que morava numa das casas que desabadas no alto do morro e estava arrumando as coisas quando um traficante chegou correndo, suplicando-lhe que o deixasse entrar. Ela notou que ele não era do Bumba e que, embora não a tivesse ameaçado, estava armado. Ela parou, pensou e disse que não. “Por favor, tia, os policiais vão me pegar! Me esconde aí!”, pediu. “Olha, com isso daí cê não entra não”, ela disse, apontando para a arma e as drogas. O garoto escondeu essas coisas do lado de fora, em um mato próximo e entrou. O traficante acabou passando boa parte do dia lá.

Depois de certa hora, ele pediu para tomar banho. Ela deixou. “Mas tia, minha roupa tá suja, cê me empresta uma?”, disse. Ao ver as vestes que ela lhe ofereceu, dirigiu-lhe um olhar decepcionado. “Pô, tia! Não tem de marca não?”. Para ela, foi a gota d’água: “Vem cá, você não acha que tá abusado demais não? Você vem aqui, nem te conheço, chega armado e com droga e pede pra te esconder. Depois toma banho e pede roupa. Agora, vem me pedir que seja de marca? Ah, vá...”.

- Não, não, tá tudo tranquilo, tia.

- E quando cê vai embora? - ela reclamou.

- “Pô tia, olha lá embaixo, os homi tão me caçando ainda. Como vou sair daqui?”, ele insistiu.

Cansada com a situação e num misto de pena e medo ela foi até o portão e viu que um membro do tráfico local passava por ali. Chamou-o discretamente:

- Ei, vem cá... Tem um menino que está escondido aqui, de outro morro.

- Ih, tia, quer que a gente dê cabo dele?

- Não, não! Ele tá foragido da polícia. Quero que vocês dêem cobertura pra ele sair daqui.

- Tia, pode deixar com a gente.

Depois, foi buscar seus companheiros e fez o garoto sair, garantindo que ia lhe dar cobertura.

Retomo essa história porque ela é especialmente interessante por uma série de fatores. O primeiro deles é que os membros do tráfico aparecem tanto como os causadores de situações embaraçosas quanto como quem ajuda a resolvê-las. Outro ponto é que nem sempre as pessoas armadas são as portadoras da autoridade, valendo também o respeito por um morador antigo ou por alguém que decide prestar ajuda. O primeiro rapaz deve a Néia abrigo e esconderijo da polícia, o que possibilita a ela pedir que ele deixe a arma e as drogas escondidas do lado de fora. Quanto ao segundo, respeita-a por ser do morro e por conhecê-la há muito tempo e lhe pergunta o que fazer com o rapaz, em vez de impor a ela a decisão dar cabo da vida do garoto por ser de outra facção. Em algum nível há na sensibilidade do tráfico do Bumba respeito a quem é da comunidade. Isso era tema de debates constantes entre moradores, quando os mais velhos diziam, numa das minhas primeiras visitas ao campo, que “podiam ir em tudo quanto é lugar”, ignorando as fronteiras dos territórios das facções. Enquanto isso, muitos outros

“não teriam a mesma liberdade de chegar em qualquer canto”, pois não seriam tão conhecidos e respeitados ou seriam até mesmo marcados por associação a alguma facção (mesmo se não são do tráfico).

Ouvia falar também de outros traficantes que não seriam tão respeitosos ou que, por não serem “crias do bumba”, seriam particularmente “ruins”. Em alguns desses casos, o bandido resolvia “tocar o terror” e matava até quem “não estava envolvido”. Em algumas dessas histórias, o traficante que desrespeitava acabava perdendo o controle do morro, por membros de sua facção ou por denúncias de moradores. Embora eu não possa comprovar, pelo que ouvi parece que, para se manterem, os traficantes dependem até certo ponto de algum respeito no morro.

De qualquer modo, esse respeito geralmente vinha acompanhado de afastamento e desconfiança. Conforme me contaram, uma grande parte dos pais, inclusive alguns traficantes, temia que os filhos entrassem para “essa vida”. Falar sobre os assuntos desta quase-instituição era em voz baixa e com muito cuidado. Sem eu perguntar, mais de quatro meses se passaram até alguém me dizer que a favela era ocupada pelo Comando Vermelho. Frequentemente ouvia o conselho dos mais velhos: “Aqui a gente faz assim, respeita. Uns dão oi, tchau... Mas não se envolve”. Evidentemente, alguns se envolviam, pois é como o tráfico se mantém.

O filho de Raquel conviveu desde criança com amigos do morro, parte dos quais se tornou traficante. Desempregado, passava muito tempo com eles. Nisso, alguém tinha que descer e lhe prometeu uma quantia relativamente alta para cuidar da venda de drogas durante algum tempo. Tratou-se de algo marcado como fortemente negativo pelos mais velhos; mas também de algo muito tranquilo e natural, como fazer um pequeno favor a um amigo. O rapaz acabou participando outras vezes, criou dívidas e vinculou-se um tempo às atividades do tráfico. Seu padrasto e outros amigos insistiram muito que saísse do movimento; chegaram a falar com as próprias pessoas que guardavam a boca. Segundo me contaram, até esses apoiaram. “Essa vida é muito ruim, não é pro Fulano não”, teria dito um. “Ele é um rapaz bom, não é pra isso aqui não”, disse outro.

Por fim, ele acabou levando um tiro na mão ao tentar roubar do tráfico e decidiu sair. Segundo me contaram, se ele não fosse dali provavelmente o teriam executado. Depois deste episódio, acabou convencido a arranjar emprego em outro lugar. Continuou com os mesmos amigos. Num dado dia, acabou apanhando

da polícia quando estava junto destes. Seus pais garantiam que ele apenas estava junto, contando que era comum policiais agredirem e extorquirem traficantes e quem estivesse por perto destes: “Mas é porque o cara tá no meio também, logo pensam que é envolvido”.

Ser ou não envolvido com o tráfico de drogas parece legitimar ou deslegitimar uma série de atitudes e concepções. Lembro, por exemplo, de um homem que reclamava de um traficante, em outro morro, que o impedira de jogar futebol lá. Outro comentava: “Pô, não entendo isso. Você é trabalhador, todo mundo aqui sabe disso... Se fosse vagabundo, tava certo...”. Os vagabundos, como eram chamados os traficantes e os que aplicavam pequenos golpes e viviam de furtos, poderiam ser alvos de ação policial violenta sem que o estranhamento fosse o mesmo. Era muito mais aceitável que “comesse bala” entre dois traficantes ou que estes punissem um “vagabundo” do que alguém que “não tinha nada a ver”.

Há assuntos que são tema de conversa entre quem está envolvido - quem foi levado pela polícia; como andam os subornos dados aos oficiais; as trocas de tiros ou resultados da boca. Enquanto isso, espera-se que quem não esteja envolvido faça de conta que não se interessa muito pelos mesmos dilemas. Prestar muita atenção a esses assuntos pode ser motivo de suspeita, sobretudo quando não se é conhecido na região. Durante as partidas de futebol, quando estavam fora de serviço, muitos traficantes ficavam no meio dos demais moradores, conversando normalmente, a ponto de serem indistinguíveis destes se o assunto não fosse tráfico. Muitos realmente eram moradores há muito tempo ali, eram parentes e amigos de numerosos habitantes do local. Já outros, eram menos conhecidos e costumavam ficar mais afastados. Estes, geralmente, vinham de outras favelas ou migraram do Rio com as UPPs.

Essa mistura não ocorria da mesma maneira quando os traficantes se encontravam de serviço ou eram chamados pelos companheiros de trabalho para conversar sobre assunto que dizia respeito aos negócios. A exceção maior talvez fosse a exibição de armas e dinheiro, que ocorria às vezes. No restante do tempo ficava bem visível quando alguém do tráfico era chamado para conversar – as expressões do rosto mudavam e o Fulano ia se reunir em algum canto afastado para falar em voz baixa. Os moradores entendiam essa divisão e todos procuravam não ficar muito próximos a não ser para passar rapidamente. Da mesma maneira, se alguém não gostasse de algum traficante ou quisesse contestar, passava por

perto só para irritar, provocar, conforme por vezes testemunhei algum morador mais ousado fazer. Para tomar este tipo de atitude era necessário obviamente algum respeito na área. Algumas vezes, por distração, não respeitei esta convenção espacial, recebendo em troca olhares de reprovação.

Um dia essa divisão ficou mais evidente para mim. Estava conversando perto do campo de futebol, quando dois amigos me chamaram para mostrar a casa de um deles e pegar uma cachaça que estava sobrando por lá. Outro amigo, que se preocupava comigo por causa do episódio em que me confundiram com informante de polícia, ficou meio em dúvida. Mas eu fui. Na hora em que subíamos, notei um grupo de pessoas em silêncio, lançando olhares sérios para nós. Os dois que subiam comigo, que antes estavam alegres e brincalhões, imediatamente ficaram sérios e respeitosos e acenaram com um formal “boa tarde”, o que eu imitei por reflexo. Passamos devagar e sem falar mais nada até chegarmos a casa.

- “Você notou algo, digamos assim, diferente?” - me perguntou um deles.
- “Aqueles caras ali atrás eram do tráfico?” – arrisquei.
- “Vi que você logo se ligou. Aquilo ali é tudo vagabundo. Mas a gente tem que respeitar”.
- “Tavam de serviço, né?”.
- “É, tavam olhando ali de cima. Com eles tem que ser assim ó: não é pra tratar mal, senão... É pra respeitar, dar boa tarde, boa noite, mas também não é pra se envolver...”.
- “E se der mole pra eles também, eles ficam abusados demais. Tem que saber ter moral” - o outro completou.

Em outra ocasião, Otávio me contou como seu irmão fora morto pelo tráfico de drogas. Viciado em *crack*, Fulano decidiu começar a vender narcóticos para pagar as dívidas. Pediu uma arma e mercadorias aos homens da boca e foi tentar fazer seu comércio. Antes de qualquer resultado significativo, acabou usando as drogas e teve que voltar à boca de mãos abanando. “Como ele era cria, deram a ele mais uma chance. Arranjaram mais drogas e uma arma e lá foi ele vender de novo”, Otávio explicou-me. Nesta segunda vez Fulano tinha colocado na cabeça que ia fazer as coisas direito. “Mas acabou levando uma dura da polícia,

que levou a arma e as drogas”. “Dessa vez, ele sabia que não ia ficar barato. Mas ele deu mole e continuou aparecendo por aqui. Fez merda, devia sumir, não é mesmo? Um dia, um cara da boca ainda chegou pra ele, deu um toque e mandou ele desaparecer”. O irmão de Otávio sumiu por um tempo, mas acabou voltando. Os traficantes encurralaram-no próximo a uma vendinha e o mataram com vários tiros. Depois desse dia, a vendinha passou a atender de porta fechada, passando os produtos por uma janela. “Não quero nem saber quem é que foi que deu os tiros, pois sei que ia ficar com raiva, não sei o que ia fazer. Mas meu irmão estava errado”, concluiu.

No correr destas e de outras experiências fui chegando à conclusão de que há uma separação bem maior entre tráfico e comunidade do que entre traficante e morador. Quem participa da atividade acaba sendo marcado como moralmente duvidoso e é alvo de suspeitas. Histórias como a do irmão de Otávio nos fazem saber que as leis do tráfico podem ser aliviadas para quem é conhecido e é da favela, mas também que continuam a valer. De que outra maneira poder-se-ia entender que pessoas que concebem o tráfico como atividade moralmente imunda possam dizer algo como “o moleque é traficante, mas é bom” ou “o tráfico nesse ponto é como qualquer atividade, tem gente boa e gente ruim”?

Podemos lembrar músicas como “A história de Tito”, dos MCs Cidinho e Doca, conhecidos pelo famoso “Rap da Felicidade”. Apesar de não estar relacionado diretamente com o Bumba, este *funk* nos ajuda a entender melhor a questão. Ele conta em primeira pessoa a história de um rapaz que o narrador conheceu no jardim de infância, entrou no tráfico de drogas e morreu em uma briga entre facções rivais, causando grande dor a seus amigos. Em certa altura da canção, o narrador passa a ser o próprio Tito, que diz: “Peço desculpa mãe/diz pra vó que gosto muito dela/ mas virei soldado da favela/ e ela vai ter que depender/ a lei não funciona mais com Tito/ tá sobrevivendo do perigo”. Ao mesmo tempo em que continua a ser um “moleque maneiro”, ele muda radicalmente, pois não anda mais com os mesmos amigos e deixa de freqüentar a escola. Em certo ponto o MC pergunta: “Quem não conhece alguém assim?” e “Tá lembrando de alguém, irmão?”.

Em campo, ouvi falar e conheci traficantes e ex-traficantes com reputação de serem bons pais, de ajudarem a mãe, de persistentemente se preocuparem com as pessoas da comunidade (assim como de outros com fama de não terem as

mesmas qualidades). Soube de casos de pessoas que dependiam de remédios para suas doenças e que os recebiam de traficantes. Algumas pessoas têm até certa simpatia pelos traficantes. Raimundo, por exemplo, contou-me que sua casa tinha sido invadida por policiais que lhe roubaram dinheiro: “Depois não entendem como maluco aí se revolta e entra pro tráfico. Confio mais neles que na polícia”. Nesta linha, o mais lembrado nas conversas era que muitos dos que trabalhavam na boca de fumo, arriscando a vida, ajudaram quando parte do morro desabou nas chuvas de 2010. Considerando essas histórias e outras da mesma natureza, ficou evidente a impossibilidade de entender sociologicamente os personagens do tráfico reduzindo-os às figuras que aparecem nos noticiários e nas tipificações legais.

Essa imagem do traficante como alguém que se revolta com a violência policial ou com as injustiças da sociedade e passa a buscar um caminho torto em relação à lei ou até mesmo errado era relativamente comum no Bumba, mas também em outros lugares - como Alba Zaluar observou na Cidade de Deus dos anos 80. Qualquer ouvinte de funk seria capaz de observar esse tipo em muitas letras de música, como “Barraco da Favela”, “Catador de Latinha”, entre outras. Às vezes até, a mesma pessoa que fala sobre o traficante dessa maneira pode enunciar discursos contra os “excessos” do tráfico e contra a violência e a imoralidade presentes no mesmo. O traficante pode ser visto como alguém que se impõe pela força, que “tá errado”, que é “vagabundo pois não quer ganhar a vida direito”. Não é à toa que algumas Igrejas evangélicas exibiam faixas dizendo que “Todo o mal vem das drogas” e que até mesmo muitos traficantes vejam suas vidas como “erradas”.

*

Guardadas as devidas proporções e considerando seu envolvimento com a comunidade, é preciso apontar que o tráfico de drogas é uma instituição regida predominantemente por leis. Trata-se de um comércio que transgride as leis do Estado, mas ao mesmo tempo é firmemente regido por procedimentos muito próximos aos estatais e aos do mercado: acumulação de riquezas, fortes hierarquias entre os membros, tribunais penais, tendência ao monopólio da violência, forte conceito de dívida, gestão e interdição de território. Apesar de intensamente envolvido no cotidiano dos moradores das áreas onde atua, o tráfico não deixa de ser de certa forma externo e distante, mesmo que muitos traficantes

não o sejam. Como o Estado, o tráfico promove interdições territoriais, especialmente contra a concorrência de outras facções, estabelece limites à circulação livre de informação – sobretudo às ligadas a segurança – e ao ir e vir das pessoas, particularmente nos horários em que ocorre a troca de turno da polícia, quando se dá o suborno e em que se deve tomar cuidado por onde se anda.

Entretanto, é necessário marcar um ponto muito importante acerca da mediação dos conflitos e da justiça no Morro do Bumba (talvez valha igualmente para outras favelas). Apesar de o tráfico muitas vezes ser convocado a desempenhar papel de árbitro e de polícia, em casos muito numerosos os problemas são resolvidos por meio de discussões diretas entre os moradores interessados. Registrei no meu diário de campo que certa vez que um morador, desses caracterizados como “malandro” ou “vagabundo”, embora não fosse do tráfico e atuasse por conta própria, tentou furtar o bar de uma senhora, moradora antiga do morro. Segundo me contaram, outro morador que viu o que ocorria chamou a atenção do que tentava a ação: “Ela é nossa, deixa isso aí”, observou. O primeiro ouviu e foi embora.

Certamente, nem sempre isso se dá de maneira tão pacífica. Em mais um caso já contado anteriormente, Inácio fez exatamente a mesma coisa com outro, que tentava roubar a casa de uma moradora. “Se fosse vagabundo vendo, o cara morria na hora”, contou-me. Uns tempos depois, o ladrão tentou se vingar, contratando um ex-traficante que acabava de sair da cadeia para assassinar Inácio. “Mas aí o próprio cara quando me reconheceu, viu que eu era da comunidade e já tinha até ajudado ele. Aí não quis nem saber disso. Quando eu contei pra ele o que o outro fez, que tentou roubar a casa da Fulana de Tal, ele me perguntou até se eu queria que desse um jeito no cara. Eu disse pra deixar pra lá”.

Outro conflito que foi resolvido sem a intervenção do tráfico foi a minha própria entrada em campo. Aos poucos, as garantias de um ou de outro de que eu era “gente boa” foram deixando de lado as suspeitas de que eu fosse informante de polícia. Pessoas me diziam “Eu nunca te vi por aqui antes. Mas agora a gente já conhece, pode deixar que ninguém faz nada contigo não”. Muitas outras disputas como matrimoniais, brigas por dívidas, confusões por conta de organização do campo de futebol, pais que desrespeitam os filhos e vice-versa eram quase sempre resolvidos entre os próprios envolvidos ou por parentes próximos. Aparentemente a maior parte dos conflitos é resolvida sem a intervenção do tráfico.

Este se envolvia quando sua assistência é explicitamente solicitada ou quando se trata de assunto que de outra forma seria de polícia. Outras ocasiões em que o tráfico agia como tribunal eram os eventos dos quais seus membros participavam, sobretudo quando a situação poderia se tornar violenta, ou quando o assunto era dívidas ou traições ligadas diretamente ao tráfico. Mas muitos moradores resistiam a usar essa intervenção, mesmo quando fosse em seu favor; outros só recorriam em casos radicais. Quem é amigo de traficantes parecia contar também com uma espécie de proteção especial, pois se temia mexer com eles.

*

Após o final da pesquisa, um dia eu tomava chope com amigos, entre eles um russo que morava na Espanha há muitos anos. Como muitos estrangeiros, tinha uma curiosidade muito grande sobre as favelas. Quando descobriu que eu fazia pesquisa em uma e que tinha contato com traficantes, perguntou-me: “O que você faria se descobrisse que eles tinham matado alguém? Chamaria a polícia?”.

Imaginando um morador diante da mesma pergunta, vi como tudo poderia ser complicado. Como confiaria na polícia, sabendo que estava muitas vezes envolvida nos crimes? Como colocar as esperanças no Estado, considerando o tipo de vida que ele favorece?

No caso do senhor cujo irmão foi morto pelo tráfico, ele considerou a medida razoavelmente justa porque o irmão “se envolveu”, “estava devendo” e “deu mole”. O outro que se considerou injustiçado quando Inácio impediu seu furto, acabou procurando a assistência de um matador.

Contando ao meu amigo histórias como essa, aquelas dos tribunais do tráfico e dos X-9, via como ele ficava desesperado com a perspectiva do local.

“Mas e a justiça? Como se aplica a justiça?”, insistia ele, se exaltando

“Há a justiça que é feita entre as pessoas no dia a dia. Mas não há ninguém que fique como um deus a julgar todo mundo, como a gente imagina às vezes que o Estado pode fazer”, foi a resposta que encontrei.

Foi assim que percebi o que queriam dizer alguns moradores quando explicavam que “é muito fácil julgar quando se está de fora, quero ver vir aqui e conhecer a realidade”. No decorrer da pesquisa, fui percebendo como é arrogante quando fingimos resolver todos os problemas inventando ações como o enrijecimento das leis, políticas de prisões em massa, reforço ou purificação da polícia...

Em outro dia, comecei a conversar com um senhor de idade que descansava à sombra de uma árvore próxima ao Bumba. Ele tinha uma cicatriz funda na perna, que me deu a impressão de que algo lhe arrancou parte da carne e depois a ferida fechou. Quando perguntei o que era aquilo, ele me respondeu que foi de um acidente de trânsito que sofreu junto do irmão. De noite na Avenida Brasil, um caminhão tentou entrar na pista quando sinal se encontrava fechado para ele. Não viu o carro que vinha com os dois irmãos. Ambos ficaram no hospital durante alguns dias, mas saíram relativamente ilesos.

- “Me disseram até que dava pra processar a empresa”, disse Fulano.
- “E aí? Processou?”, perguntei.
- “Eu não. O cara tava errado, mas você acha que eu ia processar trabalhador?”.
- “Mas o dinheiro não ia sair da empresa?”.
- “Olha, podia até ser que pagassem. Mas depois iam cobrar do cara. Eu ia ganhar quanto? R\$10 mil, pelo que disseram. O cara devia receber, vamos botar aí, R\$600. Quanto tempo ele ia demorar pra devolver isso pra empresa? Ainda mais tendo que sustentar mulher e filho? Se eu tivesse perdido a perna, não desse pra trabalhar... Aí é outra história. Mas tô inteiro, posso ganhar o meu. Pra que tirar o dos outros?”, concluiu.

Evidentemente, não era sempre que se evitava desse modo recorrer à polícia ou ao sistema legal. Foram alguns os moradores que entraram com ação contra o Estado para tentar obter alguma compensação. O próprio senhor da última história afirma que poderia recorrer a isso se não estivesse mais apto a trabalhar. Porém, o que ocorreu nos dois casos foi a recusa a recorrer a uma instância “superior” de justiça, a solidariedade com alguém em situação parecida predominando sobre eventuais compensações ou a vinganças.

Quando falo desse tipo de justiça, Nietzsche é um dos primeiros que vem à mente. Indo na contramão de uma história da filosofia que quase sempre se perguntava por uma espécie de justiça ou moral que deveria preceder ou julgar o mundo, Nietzsche nos alerta sobre “os frios demônios do conhecimento”, que colocariam a lei e a moral acima do acaso e da força da vida. Ele nos alerta que em nome dessa justiça absoluta e descarnada, cega, como em sua representação atual, já se cometeram os piores crimes.

Como me disse certa vez Viola, falando sobre um parente que entrou para o tráfico: “A gente não pode julgar ninguém, não dá para saber a índole da pessoa, porque ela entrou para o movimento. Quem sabe é Deus e a pessoa. Depois ela pode até sair e fazer outras coisas, a gente não sabe”. “Muitas vezes quem te estende a mão é alguém que tá errado”, observou outro. Já um amigo de lá, uma ocasião, me contou como ajudou a esconder o irmão da polícia, mesmo considerando-se um trabalhador e respeitador das leis.

Esse fenômeno podemos observar no Bumba: não é à toa que uns se identificam como “trabalhador”, outros como “vagabundo” ou “malandros”. Também existem os traficantes “bons” e os “ruins” e que muitas pessoas escolhem “respeitar, mas não se envolver”. O que não consegui verificar lá era uma espécie de abismo moral insuperável existindo entre as pessoas. Algumas vezes ouvi falar de traficantes que “se endireitavam” e viraram trabalhadores e de trabalhadores que se “revoltavam” e começavam a viver do crime. Existiam, inclusive, casos de trabalhadores que até certo ponto se identificavam com a “revolta” dos traficantes, isto é, a indignação com o fato de “uns terem muito sem suar a camisa” enquanto outros precisavam trabalhar para obter certas “conquistas”.

*

“Nos relógios de luz mais novos eu já não sei fazer gato, mas nos antigos, você tem que tirar o fio que vai da parte tal e coloca ali. Aí você deixa a energia passar, mas o relógio não roda”, contou um morador. Pelo que ouvi, eram muitos os que não pagavam conta de luz e impostos – fazer isso tornaria muito difícil continuar a viver no Bumba. Também não eram poucos os usuários da famosa *gatonet*, transmissão pirata de canais de televisão a cabo. Alguns comentavam que já se acostumar ao condicionador de ar ligado o tempo inteiro.

As próprias moradias passam por situação semelhante. No Bumba uma grande quantidade de moradores possui título de propriedade, mas muitos outros não o têm. Mesmo aqueles que hoje são legalizados, construíram no passado sem observar toda a regulamentação. “Se esperássemos fazer tudo certinho conforme a lei, aqui ninguém tinha casa”, disseram-me. Remédios, gás, festas, cimento – muitas vezes esses itens são obtidos por meio de um jeitinho ou de um favor: numa hora de necessidade uma amiga enfermeira pode arranjar um remédio para apaziguar a doença ou um amigo tem um pouco de antibiótico sobrando.

Presenciei muitos jeitinhos, que não eram ilegais, embora provocassem explicações dos moradores por conta de minha presença, marcada como diferente pela educação universitária e por alguns hábitos meus identificados como camada superior. A casa de um amigo era cheia de móveis improvisados, cadeira de plástico remendada com arame, um armário que era “quase bom, só tenho que dar um jeito nele”, como Oswaldo me disse. Ele, que ao me receber repetia insistentemente que a casa não era “Nenhum palácio da Zona Sul, mas tá tudo certinho”, no começo parecia quase me pedir desculpas pelos móveis improvisados. Quando expressei admiração pelo fato de ele conseguir consertar móveis e dar um destino ao que iria para o lixo, Oswaldo respondeu: “Não tenho medo de pedir não. Um morador aqui às vezes joga fora um móvel quase bom. A gente vai juntando uma coisa daqui e outra dali e agora minha casa tá montada, tenho meu cantinho”. Sua televisão, adquirida desse modo, tinha imagem bem borrada e granulada. Mas quando a pegou nem funcionava.

Como Oswaldo apontou, nesse ponto há grandes diferenças internas entre os moradores. Há um circuito de trocas, de dar e de vender mais barato equipamentos domésticos e móveis usados. O pólo inicial é geralmente alguém que trabalhe de empregada doméstica ou alguma profissão que tenha contato com o ambiente de pessoas de classes mais elevadas, que recebe algum móvel ou eletrodoméstico então passado adiante. Estes objetos também podem vir de igrejas e de instituições de caridade, ou diretamente do mercado formal, caso das famílias com maior renda. Entre os moradores há um grande intercâmbio destes bens, de modo que alguns, como os berços de bebê, acabam passando de mão em mão conforme a necessidade. Mesmo dentro da favela, vale o velho ditado tão popularizado que ouvi diversas vezes na minha estadia no campo: “O que é lixo para alguns, é luxo para outros”.

O jeitinho aparecia muitas vezes no cotidiano, como quando dona Maria chamava um vizinho para dar um jeito em um cano que seria da responsabilidade de um órgão do governo. “Vá esperar eles vir”, disse na oportunidade. Noutra esquina, uma senhora lava roupa com a máquina quebrada, batendo a roupa como se fosse um tanque. Mais adiante um morador pedia um fiado na esquina para comprar cachaça. Outro usava um lençol para fazer as vezes de porta divisória no quarto de dormir, enquanto seu vizinho improvisava uns pedaços de telha de

amianto para completar a cerca que separava sua casa da rua e as galinhas da liberdade.

O afamado jeitinho brasileiro, mais do que um drible nas leis ou no funcionamento normal da sociedade, parecia ser algo completamente natural e cotidiano neste contexto. Havia os que reprovavam o recurso a “gatos” e expedientes similares, pelo menos quando estavam na minha frente. Entretanto, mesmo estes viam estas soluções como parte normal da favela, concedendo que “Muitos não poderiam pagar a luz mesmo”. Não encontrei quem considerasse bandido ou tivesse horror aos que recorriam a esses procedimentos – o que, evidentemente, não exclui que um ou outro possa pensar assim.

Em *O Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual do que os outros* (2006), Livia Barbosa faz uma análise da prática, comparando-a a outra presente no nosso cotidiano — o “Você sabe com quem está falando?”, que apela para a hierarquização das pessoas que interagem em determinada situação. A autora faz uso de duas categorias usadas por Roberto DaMatta, *indivíduo e pessoa* (1997). No jargão utilizado, indivíduo é, basicamente, o cidadão igual a todos os outros diante da lei, o anônimo que a lei de um Estado presume.

DaMatta vê no indivíduo um ideal de igualdade, que entra em conflito com a categoria de pessoa, que prioriza a posição social dos sujeitos. Em um dos exemplos utilizados pelo autor para explicar o “Você sabe com quem está falando?”, um atendente de uma repartição pública anuncia o fim do serviço a um cliente que esperava na fila, dizendo que já era a hora de fechar. O homem que se encontra esperando reclama que o horário oficial vai até mais tarde, ao que recebe a resposta de que “foi o chefe que mandou”. Nisso, o anônimo da fila anuncia: “Você sabe com quem está falando?” e revela que é o presidente do órgão que regula aquele serviço e manda despedir todo o grupo que sairia mais cedo.

Por seu turno, Barbosa sustenta que o jeitinho poderia ser utilizado por qualquer um, servindo para igualar os participantes da situação e gerar vínculos positivos entre os envolvidos. Alguém que dá um jeito de adiantar um documento que normalmente levaria semanas acaba formando relações com o que recebe o favor, mesmo que temporário. O rito faria com que houvesse uma passagem do indivíduo - anônimo diante da lei - para a pessoa, favorecida por sua distinção, geralmente não restabelecendo as hierarquias. Ocorre que a autora trabalha com exemplos muito gerais, procurando pensar questões como identidade brasileira, à

qual atribui caráter universal. No caso do Morro do Bumba, não me pareceu que os jeitinhos se dessem por contraposição à ideia de um indivíduo indiferenciado diante da lei. Trata-se lá de procedimentos que acontecem por causa dos vínculos com a comunidade e em relação estes. Não se parte de “indivíduo” para se promover a “pessoa” (2006;97-101).

A contraposição ocorre muito mais nitidamente entre a dimensão da lei geral e abstrata, oficial, e as regras locais de respeito, que se dão com base nos vínculos pessoais, tendo como critério principal ser “morador antigo”, “nascido e criado no Bumba”. Frequentemente regras e práticas desse segundo tipo predominam sobre as do primeiro. Quando considerados no interior de uma comunidade, os jeitinhos acabam participando dos processos de formação dos vínculos e das trocas de favores. Deixam de ter como ponto de partida o pressuposto “igualitário e anônimo”, como pretende a autora. São geradores de relações tanto quanto gerados nas relações. Nas situações observadas, o jeitinho faz a pessoa tanto quanto a pessoa faz o jeitinho.

Muitas vezes as papeladas e os trâmites que a lei geral exige estão distantes daquilo que acontece em lugares como os pesquisados. Como esperar que alguém vá registrar todos os pequenos trabalhos ou bicos que faz para completar o orçamento? Como crer que um sistema legal abstrato e genérico será capaz de resolver os intrincados fiados dados nos bares, que normalmente só estão registrados na palavra? Que alternativas há para aqueles que escolhem começar suas casas em terrenos abandonados ou perigosos, quando o preço da moradia assusta até mesmo os detentores de poupanças muito robustas?

*

Deixando de lado os casos de extrema necessidade ou de urgência, escolhidos retoricamente para despertar a simpatia do leitor, resta-nos olhar para casos bem mais cotidianos, que formam uma porcentagem considerável dos jeitinhos no Bumba. São casos como aquele em que alguém se disse doente para faltar ao serviço, surruiu algumas cervejas quando trabalhava em um depósito ou usou gato para ver televisão a cabo. Há explicações locais, inspiradas em conceitos próprios de justiça, sempre acompanhados de gargalhadas: redirecionam-se as transmissões de televisão porque “na aberta não passa nada”, “é bom pras crianças assistir” ou “na casa de madame eles têm dinheiro para pagar; aqui a gente vai de gato mesmo”. Às vezes, as justificativas foram mais

ousadas e desafiadoras: “Ih, vou lá jogar meu dinheiro fora? Deixa eu aqui com meu gatinho” ou “Na promoção pra pobre que eles fazem só tem canal ruim. Os bons eles botam é pros ricos!”.

O caso em que um amigo desviava cerveja no serviço ocorreu quando descobriu que havia como retirar algumas latas de uma caixa sem romper o lacre. Sua esposa se preocupava, pois ele “poderia perder um emprego bom por uma bobeira dessas”. Ela considerava um erro, mas não lembrava o caso com a indignação e a revolta que um “roubo” poderia trazer (provavelmente também por os donos do estabelecimento serem bem mais ricos que eles). O marido às vezes brincava com a história, dizendo: “Qualquer coisa arrumo outro emprego” e que “A gente tem que trabalhar pra viver e não viver para trabalhar. Tem patrão que explora a gente o dia inteiro, mas vê se ele pega no pesado assim? Pega nada!”. Aos olhos de seus companheiros, de maneira alguma isto caracterizava meu amigo como malandro ou vagabundo. Pelo contrário, era respeitado como um trabalhador que suava pelo pão.

Na minha caderneta de anotações registrei também uma história que muito marcou minha visão sobre qual o caráter do jeitinho no Bumba. Em uma tarde, nas proximidades do campo de futebol, conversava com um amigo que conheci durante uma das manifestações pedindo justiça para os desabrigados. Aos risos, ele discutia com outro amigo se deveria me contar uma história sobre como conseguiram fazer um grande número de balões. Decidindo que eu já era conhecido do pessoal, o Fulano começou a narrativa, que caracterizou como sendo “dessas coisas que pessoal de favela faz de vez em quando”. Na época do acontecido, era usual que fosse feito um festival de balões no Bumba, em que estes eram lançados do morro em uma grande festa e todos admiravam enquanto os gigantes de papel iluminavam a noite, levando sua luz por sobre as casas e árvores até desaparecerem no horizonte. Fulano me contou como ele, Sicrano e Beltrano faziam balões enormes e enfeitados, balões chineses e nordestinos, vermelhos, verdes e amarelos, de variados tamanhos e formas. Geralmente eram alguns dos mais admirados no festival. Aconteceu de não conseguirem material para fazer a festa. Não me explicaram se alguma pessoa que contava com mais dinheiro prometeu e não deu, ou se simplesmente calhou de ficar escassa a contribuição de cada um.

Nisso, Beltrano pensou, pensou até tomar a decisão. Chamou os dois outros e pediu que arrajassem um carro emprestado: “A gente ia levar da empresa uns papéis coloridos grandes, grampo e cola”. De madrugada, chegaram com o carro e “abarroaram até a borda” com os produtos. Como não conheciam muito bem o lugar, acabaram tomando uma curva em um lugar errado, passando em frente a uma cabine da polícia. “Imagina três nego dentro de um carro capenga, andando de madrugada com a mala e o banco traseiro cheios de pacotes de papel, grampo e cola. Logo pararam a gente”, riu.

Nesse ponto da história eu ainda não tinha entendido direito o que se passava. Nunca imaginava que iam me contar com tanta naturalidade uma história como essa, sem se desculpar ou falar que o furto tinha ocorrido por necessidade. Ao contrário da vergonha que eu estava acostumado a testemunhar quando relatavam casos como este, a ênfase era mais na graça e na aventura do que na vergonha da transgressão propriamente. A expressão usada, “a gente ia levar” tinha feito com que eu entendesse que era um material que a gráfica ia dar ou ia jogar fora. Mas não, como me disseram, “era coisa que não presta mesmo”. Acabou então que os policiais ouviram a história “que era para fazer balões para as crianças” e que estavam levando da empresa sim. “Eles pediram o arrego⁶⁴ deles, mas como ninguém tinha nada, ficaram com nossas identidades e era pra gente levar o dinheiro em outro dia, senão dava zica⁶⁵”. Venderam então uma parte do que conseguiram para obter o dinheiro dos policiais e tiveram as identidades de volta. O restante ficou para fazer a festa dos moradores.

- “Ô, branquinho, vou te dizer que foi o maior perrengue. Foi uma vez pra nunca mais”, disse rindo.

- “É, foi o maior aperto⁶⁶, mas depois valeu a pena. Deu pra soltar tanto balão... A gente fazia pras crianças, colocava pra voar de noite e via ele indo, levado pelo vento. Todo mundo ria, brincava”, lembrou Sicrano com saudade.

- “A gente fazia grande, pequeno, de tudo que é jeito... Mas olha, era muito papel!”, emendou o outro.

- “Mas e na empresa, ninguém sentiu falta?”, perguntei

⁶⁴ Suborno

⁶⁵ Problema.

⁶⁶ Dificuldade.

- “Ih, isso no outro dia já tinham comprado tudo de novo. Isso aí pra eles não é nada não. Até procuraram saber quem era, mas não pegaram ninguém”.

Esses e outros casos foram me fazendo questionar também a ideia de que as pessoas sejam obrigadas a recorrer ao jeitinho somente quando sofrem de alguma carência, encontram-se sem Estado a lhes dar suporte ou quando se veem sem opção. Essas histórias foram me mostrando como ocorre também um questionamento afirmativo desta ordem, do que estava destinado ao “rico” e o que era próprio do “pobre” — mesmo que no fim da conta se mantenha a lei e o sistema de consumo. Deve-se notar que os casos relatados apresentam alvos parecidos (o patrão, a empresa, quem é dono do dinheiro). Muito provavelmente não seriam aceitos da mesma forma se realizados contra alguém da comunidade ou mesmo contra alguém mais pobre, mesmo não conhecido.

Nesses casos os arranjos não ocorreram porque faltou algum item “de necessidade”, mas por causa de aspectos que envolviam a comemoração da vida. Até mesmo as próprias histórias e a maneira como se narram as ações são jocosas e brincalhonas. Evidente que há casos, em que se “rouba por estar passando necessidade”, mas estes indicam que a existência simbólica e a afirmação da vida podem ser motivos igualmente importantes para a transgressão.

Fui percebendo como o famoso jeitinho não andava separado de certa revolta e contestação social, mesmo quando a ação em si não provocasse consequências de longo prazo. Nesses casos, o alvo da transgressão eram os patrões e os “ricos”, aqueles que dispunham de muito mais no sentido econômico e que não necessitavam passar pelas mesmas condições. Também eram esses que se colocavam como hierarquicamente superiores aos devedores de obediência e emprego. Os alvos eram aqueles para quem “não faria falta”, pois “no dia seguinte já compravam novamente tudo outra vez”. No Bumba o jeitinho tem, pois, algo de inversão.

6. Considerações finais

Desde seu surgimento as favelas têm sido vistas como um problema pelos diversos governos. Território hostil que deve ser pacificado, risco a ser atenuado, pobreza a ser compensada, marginalidade a ser policiada e/ou educada... Como esquecer, por exemplo, que a Revolta da Vacina ocorreu, entre outras causas, por conta de várias famílias terem sido obrigadas, muitas vezes sob a mira de armas, a aplicar as medidas de saúde do governo? Como não lembrar que continuamente surgem e desaparecem projetos com esses propósitos, governamentais ou não?

No Morro do Bumba, as favelas são de formação relativamente recente⁶⁷, com muitos moradores sendo imigrantes nordestinos ou descendentes diretos destes, estando, comparados a favelas mais antigas, com moradores há mais tempo na cidade grande, talvez um pouco menos dentro de um contexto com ritmos urbanos de trabalho e de vida cotidiana. O Bumba talvez esteja menos plasmado por instituições como escola e o mercado, bem como por “necessidades” naturalizadas nesses contextos. É bem provável que as conclusões da pesquisa não possam ser plenamente transpostas sem adaptações para outros lugares, sendo necessárias as devidas adaptações.

O que observei durante a pesquisa foi que as instituições e as visões de mundo que caracterizam uma espécie de modernidade capitalista não são aceitas passivamente pelos moradores. Diante das práticas comerciais que evitam o envolvimento pessoal, daquilo que se caracteriza como “profissionalismo”, verifiquei uma rede de práticas que mistura conhecimento pessoal e vínculos comunitários com a presença do mercado.

Isso ficou mais evidente na divisão que se faz entre quem é de dentro e quem é de fora da comunidade. Para quem não é conhecido no local, muitos dos comércios e dos serviços e favores que os moradores fazem se parecem muito mais com o tipo de reciprocidade negativa do lucro. O processo de alguém se

⁶⁷ Apesar de já existirem há séculos pessoas vivendo na área, que anteriormente abrigava o que chamavam de Fazenda do Saraiva, os relatos de moradores dão conta de que a aglomeração começou por volta dos anos 60. A referência também foi encontrada no livro Niterói-Bairros - Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia de Niterói – 1991. Mas a afirmação também é se baseia em informação de moradores.

envolver com os moradores e passar aos poucos a ser identificado como “alguém dali”, “conhecido na comunidade”, faz com que se comece a participar de um sistema de favores e de reciprocidades que se afasta da impessoalidade requerida pelo o mercado.

Também são diferentes as reações diante de outras situações que a sociedade coloca, como a necessidade de se obter dinheiro para ser dono de certos bens como moradia própria, veículos, fogão, geladeira, bujão de gás, remédios, entre outros⁶⁸. Como se verificou durante a pesquisa, há uma rede de cooperação e de troca entre os moradores quanto a esses bens; mas também há a participação de outro tipo de troca de favores, a saber, com os políticos e com os traficantes de drogas. Essas últimas são marcadas como moralmente duvidosas, apesar de muitas vezes estarem envolvidas por vínculos comunitários.

Com o tráfico de drogas, o que a pesquisa verificou foi uma relação bem próxima do cotidiano da favela. Enquanto os políticos eram, em geral, pessoas “de fora” e que só se aproximavam em tempos de eleição ou possuíam um ou outro morador como seu cabo eleitoral, os traficantes muitas vezes residiam e moravam durante toda sua vida no Bumba (muito embora houvesse muitos também “de fora”, sobretudo depois da chegada das UPPs em outras favelas).

Os traficantes ou “vagabundos”, como eram chamados, estão comprometidos com um tipo de instituição (o tráfico), que exerce certo controle sobre a favela, mas em troca também oferece (pelo menos no caso estudado) algum grau de respeito aos moradores e lhes propicia festas e bens necessários para o cotidiano. Por esse comprometimento, os traficantes são obrigados a exercer certas leis e a participar de certos conflitos, e passam a ser vistos como naturais alguns tipos de comportamentos por parte deles e contra eles.

O caso mais evidente é o da dívida com o tráfico, cuja lei prevê consequências mortais para quem a infringe, mas é assunto que pode até ser um pouco relevado se se tratar de alguém de dentro da comunidade. No caso dos comportamentos e dos conflitos, podemos destacar que não se considera tão alarmante que alguém que esteja envolvido com o tráfico morra baleado quanto quando isto acontece a um morador. Afinal, assume-se que quem “se envolve” já

⁶⁸ Evidentemente, em um contexto rural em que os ritmos e os hábitos são diferentes, não há a necessidade de fogão a gás ou mesmo de geladeira, já que o alimento é obtido de maneira mais direta e são utilizadas outras técnicas para o seu preparo. Este é um dos vários sentidos para a ideia de que as tecnologias e ritmos de vida criam “necessidades”.

sabe com o que está se comprometendo. Como me disseram, “Raramente quem não se envolve acaba morrendo”, embora algumas vezes os casos ocorram, principalmente quando há confrontos com a polícia.

O distanciamento que ocorre entre tráfico e comunidade talvez não se dê entre traficante e morador. Apesar de o envolvimento com o tráfico implicar dúvidas sobre o caráter da pessoa, foram muitas as vezes em que ouvi falar de traficantes que eram considerados “um cara bom”, que “tem respeito e moral aqui na comunidade” e muitos eram amigos ou parentes de outros moradores. Tráfico, porém, era assunto falado somente em voz baixa e com muito cuidado.

*

Evidentemente, eram muitos os que reivindicavam o direito ao aluguel social e aos apartamentos que o Estado prometera como compensação pela perda das suas casas. Essas compensações eram alvos de vários dramas sociais dentro da própria favela. Houve muitos que dependeram dessas medidas para pagar um lugar onde morar, bem como de doações para se restabelecer. Mesmo assim, o aspecto que era realmente valorizado nas descrições narrativas no cotidiano era a ação das pessoas locais, acompanhado da desvalorização do governo e de seus projetos.

A investigação verificou que a compensação que o Estado presta aos moradores é alvo de ação interesseira e não gera o mesmo tipo de vínculo que as trocas internas. É razão para disputas dentro da favela, que acabam gerando dúvidas sobre a moral dos que decidem participar delas, embora o tom geral também seja de não afastar e isolar completamente essas pessoas. Procura-se, muitas vezes, a aproximação com elas.

Como pude perceber, a relação de propriedade privada e do interesse nesse âmbito geralmente independe da vontade particular de cada sujeito, embora haja espaço para diferentes tipos de representação e de ação diante desta. Durante a pesquisa, passei por dificuldades de habitação e uma das famílias, mesmo possuindo dois quartos para seis pessoas, me ofereceu abrigo, já que eu passara a ser considerado “de casa”. Esse tipo de relação ficou evidente durante os desabamentos, quando muitos moradores foram viver na casa de amigos ou de parentes. Vale lembrar que um pastor abrigou em sua residência mais de cinco pessoas que perderam seus lares. Infelizmente acabaram morrendo soterradas em um segundo momento dos deslizamentos.

Mesmo que seja verdade que moradores que retornaram não tenham mais “para onde ir”, conforme nos informam os jornais para explicar por que muitos rejeitam as recomendações da Defesa Civil para deixarem suas casas, observamos que isso não diz tudo sobre as razões de as pessoas continuarem no Morro do Bumba. Mesmo os que conseguiram outros lugares para morar, muitas vezes acabam voltando para a favela, para as proximidades, ou continuam a participar do futebol, a frequentar os bares, as igrejas e várias atividades locais.

Outras situações também eram propostas aos moradores para mobilizar os poderes políticos. Entre elas estavam as manifestações políticas, que comportavam discursos bastante diferentes daqueles que eu ouvia em situações cotidianas e em festas. Nessas últimas situações, mesmo quando o tema das narrativas eram os desabamentos, poucas vezes aparecia a tentativa de responsabilizar o Estado pelo ocorrido e as compensações eram identificadas como algo que ajudaria quem perdeu casa ou parentes mais do que como necessidade de justiça ou direito.

No decorrer das manifestações políticas, contudo, os discursos se davam de maneira completamente diferente. Aos gritos, os participantes clamavam por justiça ao governo, acusavam e xingavam o prefeito de Niterói da época e bradavam coisas como “Dois anos depois, nada foi feito por esse governo desse safado do Jorge Roberto Silveira. É UMA VERGONHA!”. Tudo isso era muito diferente da afirmação da vida que eu via no cotidiano e nas festas, pois as ocasiões de manifestações políticas enfatizavam a imagem de miséria e de dependência da população em relação ao Estado (incidentalmente inclemente e irresponsável).

De maneira parecida com o que verifiquei em *O Globo*, esse tipo de representação fazia a humilhação dos governantes, mas pedia o reforço do papel do Estado. Este mesmo que, segundo discursos proferidos em outras circunstâncias, seria responsável por medidas de controle contra as quais os moradores frequentemente se manifestavam. Oralmente ou nas ações, as pessoas repudiavam procedimentos estatais como cobrança de impostos que não poderiam pagar, obrigação de certas leis (sobretudo a de moradia) que não queriam ou não poderiam cumprir, desigualdade social, remoções forçadas...

Por meio destas manifestações muitos conseguem manutenção de certos benefícios, como aluguel social, e cobram entrega de moradias para aqueles que

perderam suas casas. Essa perspectiva abre espaço para se pensar não somente em termos de dominação/resistência, mas também para perceber táticas mais sutis de estabelecimento do poder do que o exercício da força através da polícia. Além disso, do ponto de vista dos participantes, trata-se de uma maneira de garantir ou de tornar melhor sua vida e garantir um lugar na sociedade.

O tom geral com relação ao Estado parece não ser o de uma aceitação absoluta, mas também não o de uma rejeição completa. Evocando as manifestações daquilo que Bakhtin observara na Idade Média, muitas vezes essa relação era lembrada com humor e sátira, mas sem se colocar fora do próprio mundo que se encontra em movimento. Durante as eleições, pude presenciar uma festa de grandes proporções nas ruas do bairro que um estrangeiro poderia confundir com um carnaval fora de época. Com humor, as pessoas zombavam dos candidatos e da própria participação política; outros compravam ou vendiam votos no meio da rua – um espetáculo muito diferente da imagem responsável e obrigatória das eleições que os meios de comunicação nos passam.

Considere, assim, observando uma situação ocorrida no campo de futebol do Bumba que envolvia um árbitro injusto, que o Estado era visto como uma espécie de “juiz ladrão”. Até certo ponto, aceita-se que ele seja o mediador do jogo principal, mas está sempre se teatralizando uma falta para conseguir um favor seu, tenta-se fazer um gol de mão ou fazer com que ele deixe passar um impedimento ou infração menor sem cartão amarelo ou vermelho.

Os chamados “jeitinhos”, aquela região em que a lei não dá conta ou simplesmente não é vista como satisfatória, proliferam no Bumba. Desde gatos de luz ou de televisão a cabo até arrumar um cano de esgoto que deveria ser de responsabilidade do Estado, muitos são os que improvisam e que passam por cima das oficialidades no seu cotidiano. Mais do que uma exceção, pareceu-me que o “jeitinho” era algo extremamente necessário e comum para o cotidiano do Bumba e do abrigo. Não era visto como algo feito somente por necessidade ou como algo desagradável. Participava da formação de vínculos entre os moradores, fazia com que as pessoas circulassem e conhecessem ou revisitassem umas às outras e muitas resolviam seus problemas dessa maneira, sem recorrer ao mercado formal ou às leis.

7. Referências

- ARENDT, H. **On revolution**. Londres: Penguin Books, 1965.
- BAKHTIN, M. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: Hucitec, 2008
- BARBOSA, L. **O Jeitinho brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro Elsevier, 2006
- BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- CAIAFA, J. **Aventura das Cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- CAILLÉ, A. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CICOUREL, A. “Teoria e método em pesquisa de campo”. In: **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- DAMATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. Londres: Routledge, 2002.
- _____. **Pureza e perigo**. Lisboa: Edições 70, 1991.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- FOOTE-WHYTE, W. “Treinando a observação participante” in: **Desvendando Máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. P.77-86.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- GOLDMAN, M. “Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus, Bahia”. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ra/v46n2/a12v46n2.pdf>, acessado em 24/03/2013.
- GOMES, D. **Estudo antropológico sobre a formação de redes de solidariedade em situação de crise e trauma em contextos urbanos: experiência etnográfica em Itajaí (SC) em face da tragédia de 2008**. Dissertação de mestrado. UFRGS, 2011.
- HEGEL, G. W. F. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis/Bragança Paulista: Vozes/Universidade São Francisco, 2002.

MAGNANI, J.G. C. In: **MAGNANI, J.G.C., TORRES, L. de L. (Org.) Na metrópole: fazendo antropologia urbana.** São Paulo: Edusp/Fapesp, 1996. P. 12-53.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva” in **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

MORIN, E. “Da necessidade de um pensamento complexo”. Artigo disponível em: <http://www.eternoretorno.com/wp-content/uploads/2008/08/necessidade-de-um-pensamento-complexo-edgar-morin.pdf>, acessado em 24/03/2013.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos: ou como filosofar com o martelo.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2000.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade: Favelas e a política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POLANYI, K. A. **Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

REBOUÇAS, L. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema.** São Paulo: Annablume, 2000.

RODRIGUES, J. C. **Comunicação e significado: Escritos indisciplinados.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Mauad, 2006.

_____. **Tabu da morte.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

_____. **Antropologia e comunicação : princípios radicais -** Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2008.

VALLADARES, L. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VAZ, P. e RONY, G. **Políticas do sofrimento e as narrativas midiáticas de catástrofes naturais.** Revista Famecos, 2011.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza.** São Paulo: Brasiliense, 1994.